

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DISSERTAÇÃO

O INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL E A
INVENÇÃO DE UMA TRADIÇÃO PARA O EXÉRCITO BRASILEIRO
(1937-1945).

Natália Vial de Oliveira

2014



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

O INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL E A
INVENÇÃO DE UMA TRADIÇÃO PARA O EXÉRCITO BRASILEIRO
(1937-1945).

NATALIA VIAL DE OLIVEIRA

Sob a Orientação da Professora

Adriana Barreto de Souza

Dissertação submetida como
requisito parcial para obtenção do
grau de **Mestre em História**, no
Curso de Pós-Graduação em História.

Seropédica, RJ
Novembro de 2014

355.00981

O48i Oliveira, Natalia Vial de, 1985-

T O Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e a invenção de uma tradição para o Exército Brasileiro (1937-1945) / Natalia Vial de Oliveira. - 2014.

128 f.: il.

Orientador: Adriana Barreto de Souza.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em História, 2014.

Bibliografia: f. 123-125.

1. Instituto de Geografia e História Militar do Brasil - Teses. 2. Brasil. Exército - História - Teses. I. Souza, Adriana Barreto de, 1971- II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em História. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO E
DOUTORADO**

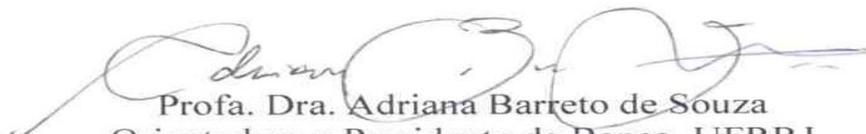
*O Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e a invenção de uma tradição para o
Exército brasileiro (1937-1945)*

NATALIA VIAL DE OLIVEIRA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**, no Programa de Pós-Graduação em História – Curso de Mestrado, área de concentração em Relações de Poder e Cultura. Linha de Pesquisa Relações de Poder, Trabalho e Práticas Culturais.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 18/11/2014

Banca Examinadora:



Prof. Dra. Adriana Barreto de Souza
Orientadora e Presidente da Banca, UFRRJ



Prof. Dr. Luís Edmundo de Souza Moraes
Membro Interno, UFRRJ



Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta
Membro Externo, UFMG

DEDICATÓRIA

Em honra do passado, dedico esse trabalho a minha mãe, minha Rosa. Com muita esperança no futuro, dedico também ao meu companheiro, Rogério.

Agradecimentos

Não são poucas as pessoas que cooperaram para a realização de um trabalho acadêmico. Em alguns momentos, tudo o que precisei foi de um milagre, e sempre pude contar com “anjos” nessa tarefa. Gostaria de registrar aqui algumas notas de agradecimento.

Em primeiríssimo lugar a minha orientadora, professora, amiga, Adriana Barreto de Souza. Por tudo o que você é e por tudo o que fez por mim nunca poderei agradecer o bastante. Então, passarei a vida tentando.

A CAPES por ter me dado a possibilidade de me dedicar exclusivamente a este projeto e ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, por todo o suporte durante o desenvolvimento do trabalho. Ao corpo docente do programa que muito me auxiliou com sugestões valiosíssimas. Sinto-me, contudo obrigada a agradecer de forma mais direta a dois professores em especial: Maria da Glória de Oliveira e Fábio Henrique Lopes, professores que só conheci no mestrado e que mudaram minha forma de pensar e praticar história. Vocês me “desorientaram”, e eu gostei.

Aos membros da banca examinadora, os professores Luís Edmundo de Souza Moraes e Rodrigo Patto Sá Motta, por generosamente ceder seu tempo para uma leitura tão atenciosa. Ouvi atenciosamente cada crítica e cada elogio, e compreendo que ambos devem provocar em uma pesquisa, o mesmo resultado: estímulo.

A todas as pessoas que me auxiliaram nos arquivos onde passei. No Arquivo Nacional, um agradecimento especial para Sátiro Ferreira Nunes, que me deu uma preciosa aula sobre buscas em arquivos. Ao Clube Militar e ao IHGB, em especial a Maura Corrêa e Castro, e ao professor Pedro Tórtima. Muitos nomes a procurar, muitos dicionários para vasculhar e muita dedicação em ajudar. No Arquivo da Marinha sou especialmente grata ao sargento José Antônio, sempre solícito. Ao Arquivo Histórico do Exército e a Bibliex, onde Jucerli Aparecida Gomes Prestes, Luiz Claudio Santos de Carvalho, Eraldo da Silva Montenegro, tenente Fabiana Schtspar e o major Wagner Alcides de Souza prestaram imenso auxílio durante a pesquisa, seja criando um ambiente agradável de pesquisa ou mesmo carregando pilhas de almanaques. Sei que dei trabalho.

Um agradecimento especial ao comandante Francisco Eduardo Alves de Almeida. Obrigada por me abrir as portas do IGHMB. Sem a sua ajuda o trabalho seria outro.

Ao IGHMB por permitir meu acesso. Aos soldados Leonardo Bonfim e Hugo Gielow agradeço por toda a atenção dispensada a mim na reta final da pesquisa.

A professora Maud Chirio que em tão pouco tempo me ofereceu tanto. Sua ajuda foi muito além do que possa imaginar.

A minha trupe, Ana Paula Balduino, Naylla Oliveira, Renata Bersch, Joice Serafim, Vanessa Gualberto. Não sei o que fiz para merecer amigas como vocês, mas estou feliz por tê-las. Estendo esse agradecimento também a Clarice Barros Berkowicz, uma companhia sempre agradável em eventos e fiel ajudante nas “trocas de figurinhas”.

A minha família, por compreender minhas ausências, mesmo sem compreender o que faço exatamente. Amo vocês. Ao meu companheiro, grande responsável pelas minhas recentes conquistas. Você “cruzou o meu caminho e mudou a direção”, você é e sempre será meu *shidoshi*.

RESUMO

OLIVEIRA, Natalia Vial. **O Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e a Invenção de uma Tradição para o Exército Brasileiro (1937-1945)**: 2014. 138p Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Letras e Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2000.

A proposta dessa dissertação é investigar a relação entre a criação do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e a invenção de uma tradição para o Exército Brasileiro durante o período do “Estado Novo” no Brasil. O estudo mostra também uma prosopografia dos fundadores do instituto para tentar compreender esse momento a partir de uma análise de trajetórias. Para compreender como o Instituto de Geografia e História Militar funcionou como construtor de uma identidade social, a estratégia utilizada foi a análise do material publicado na Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, especificamente, os escritos de cunho biográfico.

Palavras-chave: Forças Armadas; Instituto de Geografia e História Militar do Brasil;

ABSTRACT

OLIVEIRA, Natalia Vial. O Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e a Invenção de uma Tradição para o Exército Brasileiro (1937-1945): 2014. 138p Dissertation (Master Science in History). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Letras e Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2000.

The purpose of the present dissertation is to investigate the relationship between the creation of a tradition for the Brazilian Army during the “Estado Novo” in Brazil. The study also shows a prosopography of the founders of the institute to try to understand this time from a trajectory analysis. To understand how the Instituto de Geografia e História Militar do Brasil was worked as a builder of a social identity, the strategy used was to analyze the material published in the Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, specifically biographies.

Key words: Armed Forces; Instituto de Geografia e História Militar do Brasil;

Listas de Quadros.

Quadro 1 – Distribuição dos sócios fundadores do IGHMB entre as Forças Armadas (1936).....	62
Quadro 2 –Distribuição dos sócios fundadores por patentes (1936).....	64
Quadro 3 – Estrutura do corpo de oficiais do Exército e da Marinha (1936).....	65
Quadro 4 – Média de idade dos sócios fundadores.....	66
Quadro 5 – Distribuição dos sócios fundadores por local de nascimento.....	67
Quadro 6 – Publicações.....	71
Quadro 7 – Cursos – Militares do Exército.....	79
Quadro 8 – Cursos – Militares da Marinha.....	80
Quadro 9 – Participação em revoltas.....	85
Quadro 10 – RIGHMB – Artigos publicados (1941-1945).....	97
Quadro 11 – RIGHMB – Classificação dos textos.....	100

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo I: Inventando a Instituição Militar.....	19
I.1. O Exército e a política da instituição.....	21
I.2. Em Guarda (contra o comunismo).....	30
Capítulo II: Construindo uma “Casa de Soldados”.....	47
II.1. Apresentando o IGHMB.....	50
II.2. Militares e História: composição do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (1937-1945)	55
Capítulo III: Uma história militar “amistosa”.....	89
III.1. A construção de um passado, a construção de uma política do Exército.....	92
III.2. A Revista do IGHMB e o culto patriótico.....	97
III.3. História Militar e Biografia: Causas que enaltecem inocentes e silenciam culpados....	102
III.4. Vida e Sacrifício: Interesses pessoais no altar da Pátria.....	107
III.5. Viagem Maravilhosa: Diálogos entre morte e vida.....	116
Conclusão.....	120
Bibliografia.....	123
ANEXO (Lista de Fontes).....	126

Introdução

“A decepção para o historiador tensamente ligado à relação passado-presente origina-se do receio de não se investir, de fato, na aventura democrática; sob a capa dos contornos formais restam o continuísmo e as alianças obstaculizadoras da gestão do novo”(Alcir Lenharo, *A sacralização da Política*, 1986.)

Não é incomum nos dias de hoje, ao se abrir um jornal ou uma página da internet, nos depararmos com notícias de prisões de manifestantes ou punições aos indígenas em conflitos por terras pautadas na Lei de Segurança Nacional. A primeira versão da Lei, promulgada em 4 de abril de 1935, transferia os crimes contra a segurança do Estado para uma legislação especial, com um regime mais rigoroso. O fim do regime ditatorial do Estado Novo, em 1945, não garantiu o fim dessa lei absolutamente pautada na ótica do inimigo interno. A ideia era de que o Estado deveria se proteger contra o próprio cidadão e as Constituições brasileiras que se sucederam mantiveram a Lei de Segurança Nacional, que ganhou maior importância durante a ditadura civil-militar (1964-1985), após a formulação da doutrina de segurança nacional gestada na Escola Superior de Guerra.¹

Enquanto escrevia essa dissertação, um projeto de lei, recém-elaborado, era apresentado na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. A leitura do projeto, nº 2974/2014, provocou em mim um forte sentimento de familiaridade. Ele propõe a criação, no sistema de ensino do Estado do Rio de Janeiro, do programa “Escola sem partido”. A justificativa é de que haveria nas escolas forte doutrinação política e ideológica.² A mensagem não é dissimulada: Os agentes do Estado não devem se envolver com o que consideram “politicagem” - termo curiosamente bastante difundido durante a década de 1920.

¹ Ver: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-7/RadicalizacaoPolitica/LeiSegurancaNacional>. Acesso em 1º de Junho de 2014.

²O projeto de Lei está disponível no endereço eletrônico da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro: <http://alerj.rj.gov.br>. Há também uma ONG com o mesmo título do projeto de Lei elaborado pelo deputado Flavio Bolsonaro. www.escolasempartido.org.

Tal como exposto por Lenharo na epígrafe dessa introdução, a gestão do novo travada por continuísmos na década de 1980, período da escrita de Alcir Lenharo, ainda tem entraves causados pelos receios de se investir de fato na “aventura democrática”. Os gritos ouvidos nas ruas durante as manifestações ocorridas em junho de 2013 que ecoavam frases como “sem partido” e o tratamento dado à essas manifestações demonstram instrumentos limitadores das garantias de um regime plenamente democrático.

É nesse cenário que proponho um retorno à década de 1930. Não escrevo para salvaguardar a memória dos grandes homens que lutaram por uma história que elogia o “deve ser assim”. Esse trabalho deve ser lido como uma luta, como diria Nietzsche, *contra a história*, no sentido de que é impulsionado para frente, com a vontade de fundar uma geração nova.³

Não é novidade que, durante o Estado Novo (1937-1945), houve um esforço para a promoção do desenvolvimento de uma política voltada para a “recuperação do passado nacional brasileiro”.⁴ Meu interesse, no entanto, é investigar essa recuperação do passado em um espaço ainda pouco estudado: no interior das Forças Armadas. O período selecionado se justifica pelo fato de que foi durante o Estado Novo que o Exército se colocou como elemento fundamental de afirmação e defesa do regime. Segundo José Murilo de Carvalho, 1937 marca a vitória de um projeto articulado por um setor do Exército que visava mudanças na estrutura interna da organização militar, bem como nas suas relações com o Estado e a sociedade.⁵

Talvez não possamos mais endossar a afirmação de José Murilo de Carvalho de que poucos são os trabalhos que se propõem a estudar os grupos conservadores da sociedade, bem como suas estratégias. Mas concordo com José Murilo de Carvalho quando afirma que há um certo “veto” aos estudos sobre os militares, e que os historiadores, quando optam por fazê-lo - ainda hoje - quase têm de se desculpar.⁶

O autor acredita que há duas razões para esse “veto”. A primeira delas é de natureza intelectual. Os esquemas de interpretação que predominavam até pouco tempo tinham dificuldade de entender os militares como atores políticos com algum grau de autonomia.

³ NIETZSCHE, Friedrich. *Escritos sobre a História*. Tradução e notas: Noéli Correia de Melo Sobrinho. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2005.p. 149.

⁴ GOMES, Angela de Castro. “Cultura Política e cultura histórica no Estado Novo”. In: ABREU, Martha, SOIHET, Rachel, GONTIJO, Rebeca. *Cultura Política e leituras do passado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp. 44-63.

⁵ CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 2005. p 64.

⁶Idem. p 140.

Sem conseguir enquadrá-los nos esquemas tradicionais da ciência política, já que não podiam ser bem acomodados – malgrado alguns esforços – em conceitos clássicos como o de partido, classe social, ou ainda de estrato burocrático, os especialistas acabavam negando-lhes a condição de sujeitos históricos.⁷

A segunda razão, ainda segundo José Murilo de Carvalho, é política, dada a identificação dos militares com governos ditatoriais.⁸

Na verdade, a relação é ambígua. Por um lado, a necessidade de entender o Golpe de 1964 funda o campo de estudos sobre militares, que até então ficavam restritos a um ou outro capítulo em livros sobre a política nacional. Todavia, essa marca de origem deixa sequelas. O interesse dos especialistas recai apenas sobre os movimentos de intervenção, deixando de lado uma série de temas e períodos históricos anteriores às intervenções e que são fundamentais para se entender a atuação dos "militares". Um forte exemplo é a tese de John Schulz “*O Exército na política: Origens da Intervenção Militar (1850-1894)*”, onde o autor defende seu recorte cronológico afirmando que, por volta de 1850, jovens oficiais poderiam ser definidos como um grupo de oposição. E, que, acompanhar a evolução desse grupo nos quarenta anos subsequentes é particularmente importante para compreender o golpe de 1889.⁹ Em função desse interesse pelas intervenções em geral, os "militares" têm seu papel reduzido ao de instrumento de grupos políticos.

Edmundo Campos Coelho, em ensaio bibliográfico que trata a instituição militar no Brasil, aponta que, na década de 1970, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/ FGV) editou uma vasta bibliografia sobre o tenentismo. Porém, Campos Coelho afirma que o interesse dessas análises se pautava no suposto caráter revolucionário desses movimentos. E, talvez por isso, não se considere a particularidade dos personagens em questão – os militares. O que, por sua vez, acaba não inspirando uma análise acerca da instituição militar no Brasil.¹⁰

⁷ROUQUIÉ, Alain. *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980. O autor defende que as Forças Armadas podem ser forças políticas que desempenham, ainda que por meios diferentes, as mesmas funções que os partidos, tendo em seu interior processos de deliberação, tomadas de decisão, união e articulação social.

⁸CARVALHO, José Murilo de. “Forças Armadas e política no Brasil”. op. Cit. p. 67.

⁹Conforme SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

¹⁰COELHO, Edmundo Campos. “A Instituição Militar no Brasil: Um ensaio bibliográfico”. In: *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. BIB 19, primeiro semestre, 1985. p5.

Em suma, o que tanto José Murilo de Carvalho quanto Edmundo Campos Coelho denunciam é a escassez de trabalhos sobre as instituições militares no Brasil, já que estas não constituem um objeto de análise por si mesmas, sendo sempre entendidas através de concepções instrumentais, como “braços armados” de setores e grupos políticos. Em seu clássico ensaio bibliográfico, publicado em 1985, Campos Coelho reformula essa crítica, afirmando que em geral as abordagens submetem os “militares” - em especial, o Exército - a um processo de “paisanização” ao “politizarem” lideranças militares como os generais Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra. Ambos – ainda segundo Campos Coelho – recebem da historiografia o mesmo tratamento dado a Getúlio Vargas, ignorando-se a forte marca da instituição na trajetória e atuação desses homens.¹¹

Incomodado com essas abordagens, Edmundo Campos Coelho desenvolveu uma tipologia composta por três vertentes para caracterizá-las. Na primeira delas – a *vertente oligárquica* – as classes dominantes, incluindo aí os setores agrário, comercial e financeiro, comandavam diretamente o Exército, fazendo uso dele nos momentos em que o sistema de dominação se encontrava em crise. Um trabalho que, segundo Campos Coelho, representa essa corrente é o de Otávio Ianni, *O colapso do populismo no Brasil*. Nele, Ianni afirma que “o poder militar aparece como fator do poder civil, entendendo-se este como produto das relações de classe”.¹²

A segunda vertente identificada por Edmundo Campos Coelho é a dos *setores médios*. Nela o Exército seria o agente político das classes médias. O recrutamento é sugerido como o mecanismo que viabiliza o caráter representativo do Exército. Essa tese foi exposta em 1933, pela primeira vez, por Virgínio Santa Rosa, em *O sentido do Tenentismo*.¹³

A terceira e última vertente dessa concepção instrumental é a que foi apresentada por Stepan – a *moderadora* – que pressupõe uma função arbitral para o Exército.

Alfred Stepan apresentou como eixo norteador de seu trabalho a busca das origens históricas de 1964.¹⁴ Em sua interpretação, os militares teriam desempenhado até 1964 um “poder moderador”. Em tal modelo, aplicado, segundo Stepan, entre os anos de 1945 e 1964,

¹¹Idem. p 5.

¹² IANNI, Otávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1968, p. 146.

¹³COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: O Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p 32.

¹⁴ STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política*. Rio de Janeiro: Record, 1980.

os militares são chamados para agir como moderadores da atividade política, sem terem o direito, porém, de dirigir quaisquer mudanças no interior do sistema político:

Longe de se constituírem nos “construtores da nação” ou nos “reformadores”, como são encarados em alguns países, no modelo moderador os militares têm uma tarefa que consiste essencialmente na atividade conservadora de manutenção do sistema. O papel dos militares, de modo geral, se restringe à deposição do chefe do executivo e à transferência do poder político para grupos civis alternativos.¹⁵

Alfred Stepan assinala que, em 1964, os militares não se limitaram a depor o presidente, mas assumiram o poder pela primeira vez no século XX.¹⁶ O que se propõe com o padrão moderador de Stepan é que para compreendermos o comportamento do Exército bastaria que nos concentrássemos nos interesses em disputa das classes sociais. Resumindo, o Exército não é tomado como um objeto de análise por si mesmo.

A interpretação de Alfred Stepan, cinco anos depois da publicação de seu livro, *Os militares na política*, seria classificada por Edmundo Campos Coelho como emblemática de uma “concepção instrumental” da atuação dos militares na política.

As três correntes que compõem a tipologia proposta por Edmundo Campos Coelho partem de um mesmo pressuposto: o de que a ação do Exército é definida por fatores que extrapolam a fronteira da organização militar. Daí a ideia de uma concepção instrumental.¹⁷

A proposta de Edmundo Campos Coelho para encaminhar esse problema analítico é a elaboração de um “paradigma organizacional”. Nesse modelo de análise das instituições militares, os aspectos internos e específicos das instituições militares são privilegiados. O autor afirma que o que caracteriza o enfoque organizacional é a ênfase na organização.¹⁸ Importa para esse tipo de enfoque refletir sobre a maneira como a organização se relaciona com o ambiente externo e como ambos se influenciam mutuamente.¹⁹

José Murilo de Carvalho, em um artigo clássico - *As Forças Armadas na Primeira República: O poder desestabilizador*, publicado em 1978 - se posiciona como signatário do

¹⁵ STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política*. Op cit. p. 50.

¹⁶ Idem. p. 70.

¹⁷ Idem. p.33.

¹⁸ Edmundo Campos Coelho entende por “organização militar” as agências, métodos de socialização e treinamento, valores que moldam e mantém sua estrutura, sua doutrina, suas prescrições de comportamento, sua peculiar visão de mundo. Em suma, “tudo que forma e informa a alma militar” cf.COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: O Exército e a política na sociedade brasileira*. opcit.p 18.

¹⁹ Idem. p. 41.

paradigma organizacional, defendendo que a sociologia tem demonstrado que as organizações possuem características muito peculiares e que não podem ser reduzidas a reflexos de influências externas. Pretendendo compreender o comportamento político do Exército, o autor se deteve na análise do processo de recrutamento, no treinamento do corpo de oficiais, na estrutura interna da corporação, no tamanho e na localização geográfica dos efetivos militares e, por fim, na ideologia organizacional.²⁰

Com a nova forma de abordagem, os militares gradativamente passam a ser o tema dos estudos e a intervenção militar na política deixa de ser o centro das análises. Os militares e a instituição militar não são mais tratados apenas pelo interesse em compreender intervenções na política. E podemos afirmar que, hoje, apesar de poucos, os trabalhos que se debruçam sobre os militares demonstram suas conexões com a sociedade civil, procurando desconstruir esquemas que reduziam a atuação dos militares ao papel de meros instrumentos políticos.

As pesquisas de Celso Castro são tributárias desse debate. O antropólogo, ao realizar na década de 1980 um trabalho de campo na Academia Militar das Agulhas Negras sobre a construção da identidade social do militar, defende a ênfase no cotidiano e nas formas próprias de pensar da instituição. O objetivo do antropólogo era fornecer uma interpretação sobre o processo de socialização profissional do cadete na Academia a partir da análise dos aspectos informais do curso, apontando para a importância da interação cotidiana, para a apreensão de valores, atitudes e comportamentos que definem o que é *ser militar*.²¹

Paralelamente, com resultados apresentados na década de 1990, a produção acadêmica sobre história dos militares vinha tomando novo fôlego. Antigas questões foram retomadas e ganharam novas interpretações. O livro de Ricardo Salles, *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*, marcou o retorno dos estudos sobre a Guerra do Paraguai tão presente na produção de uma tradicional história militar do final do século XIX. No trabalho de Salles, a temática da intervenção militar na política não se coloca, e a ênfase recai sobre as consequências da guerra para a escravidão e para a cidadania no Brasil.²²

²⁰CARVALHO, José Murilo de. “As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador”. In: *HGCB* 9. São Paulo: Difel, 1978.

²¹CASTRO, Celso. *O Espírito Militar: Um estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990. p. 14.

²²SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

Nessa mesma perspectiva historiográfica, vale mencionarmos os trabalhos de Adriana Barreto de Souza e de Vitor Izecksohn. No primeiro caso, a autora, ganhadora do prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa, analisou o papel do Exército na consolidação do Estado Imperial, apontando para a forte participação dos militares na elite política do Império, rompendo, assim, com a clássica tese que afirmava a existência de uma forte hostilidade entre os dois grupos, e que teria gerado o pensamento intervencionista de finais do século XIX, base da proclamação da República.²³

Já Vitor Izecksohn se debruçou sobre o impacto da Guerra do Paraguai na relação entre o Exército e a monarquia, além de identificar uma incipiente “mentalidade militar” desenhado pela organização do Exército fora do território brasileiro.²⁴

Ao fazer nesse trabalho a história de uma instituição cultural criada por militares na segunda metade da década de 1930, às vésperas do golpe que instaurou o “Estado Novo”, recusando-me a reduzi-la a um mero reflexo de influências externas, mas reconhecendo que organizações desse tipo possuem características muito peculiares, incluo esse trabalho como tributário desse debate. Esse é o motivo de não enfatizar as esferas da propaganda política e da política cultural do regime. O meu interesse recai nas formas próprias de se pensar e de agir de membros da instituição militar.

Um ano antes do golpe que inauguraria o Estado Novo, um grupo de oficiais militares do Exército e da Marinha se reuniu no salão nobre do Clube Militar para tratar da criação de um Instituto voltado para o desenvolvimento da geografia e da história militar e para o “culto” patriótico dos vultos do passado. Com discursos recheados de temas ligados ao fortalecimento da nação, à condenação da política partidária e à doutrinação ideológica, esses homens instalariam oficialmente, em 1938, dois anos depois da reunião ocorrida em 1936, e já em plena ditadura do Estado Novo, o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (doravante IGHMB).

²³SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na consolidação do Império: um estudo sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: arquivo Nacional, 1999.

²⁴IZECKSOHN, Vitor. *O cerne da discórdia: a Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército*. Rio de Janeiro: E-papers, 2002.

Essa pesquisa surgiu do desejo primeiro que rege todo trabalho historiográfico, o de historicizar. Desnaturalizar a história de uma instituição, e o que se produzia em seu interior. Mostrar de que modo o IGHMB foi construído historicamente. Analiso o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil como um lugar de produção de uma história voltada para a construção da identidade social do Exército, sem ignorar a relação entre memória e história, sempre presente na luta das forças sociais pelo poder, de forma que, como afirma Le Goff, tornar-se senhores da memória e do esquecimento foi, e ainda é, uma das grandes preocupações de classes, grupos e indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Nessa operação, os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes usos da memória coletiva.²⁵

Ainda durante a graduação, ao me dedicar a estudar a criação da Bibliex e a o primeiro trabalho publicado pela editora, de cunho anticomunista, percebi que a criação da Biblioteca/Editora não poderia ser vista como uma ação isolada e despretensiosa. Na verdade, ela guardava relações com um *projeto* fomentado por um grupo específico de militares que se dedicou a conformar uma cultura histórica no interior das Forças Armadas. Os indícios das linhas gerais desse projeto estão dados no livro *História da Biblioteca do Exército*, escrito pelo então tenente Umberto Peregrino. Em suas páginas, é dito explicitamente que a primeira obra publicada pela biblioteca/editora era a “peça inicial de uma campanha de esclarecimento anticomunista”. Ainda segundo Umberto Peregrino, o então capitão Severino Sombra de Albuquerque via na biblioteca, fortalecida com a criação de um setor editorial, um “instrumento de trabalho anticomunista junto à oficialidade do Exército”. O mesmo general teria inspirado a criação do IGHMB, partindo dos mesmos princípios e preocupações.²⁶

A noção de *projeto*, tal como utilizada por Gilberto Velho, foi que me orientou, fazendo-se extremamente útil na compreensão da maneira pela qual o nível individual lida com um certo campo de possibilidades ancorado em avaliações e definições da realidade. Gilberto Velho recupera a proposta de Alfred Schutz para ressaltar o que vem a ser essas “definições da realidade”. Schutz as define como “resultados de complexos processos de negociação e construção que se desenvolvem com e constituem toda a vida social,

²⁵LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Op.cit. p.422.

²⁶PEREGRINO, Umberto. *História da Biblioteca do Exército: Um capítulo da História Cultural do Brasil*. SL:S/d. p.72.

inextricavelmente vinculados aos códigos culturais e aos processos históricos de *longue durée*.²⁷

O trabalho de Gilberto Velho contribuiu para uma melhor compreensão acerca da construção da identidade social a partir da sua noção de *projeto* e da articulação desse com a memória. Para o antropólogo, o projeto e a memória se articulam ao dar significado às ações dos indivíduos. O autor assevera que:

(...) na constituição da identidade social dos indivíduos, com particular ênfase nas sociedades e segmentos individualistas, *memória* e o *projeto* individuais são amarras fundamentais. São visões retrospectivas e prospectivas que situam o indivíduo, suas motivações e o significado de suas ações, dentro de uma conjuntura de vida, na sucessão de etapas de sua trajetória (...) A memória é fragmentada. O sentido de identidade depende, em grande parte, da organização desses pedaços, fragmentos de fatos e episódios separados. O passado, assim, é descontínuo. A consistência e o significado desse passado e da memória articulam-se à elaboração de projetos que dão sentido e estabelecem continuidade entre esses diferentes momentos.²⁸

Entender a criação de diferentes instituições destinadas ao resgate e valorização do passado, especificamente o IGHMB, sob a ótica do projeto, ajudou-me a compreender quais os efeitos, em termos sociológico e político, os atores engajados nesse projeto buscavam alcançar.

Ao estudar o IGHMB como lugar de memória que fez uso do passado para criar a coesão de um grupo e da instituição militar,²⁹ tentei compreender as operações em torno da memória institucional, que procurou “recuperar” fatos e personagens. As atividades do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil buscaram construir e legitimar, através de exposições,

27VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose: Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. p. 27.

28Idem. p. 101-103.

²⁹Em um célebre artigo, intitulado “Memória, esquecimento, silêncio”, Michael Pollak afirma que diferentes pontos de referência como monumentos, tradições, costumes, datas e personagens históricas são indicadores empíricos da memória coletiva de um determinado grupo, uma memória estruturada por hierarquias e que define o que é comum em um grupo e o que o diferencia de outros grupos, reforçando sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais. Ou seja, sedimentam identidades. POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n 3, 1989. p. 9.

narrativas, excursões, publicações de periódicos, um culto ao passado. Um lugar de memória funcional que não deixa escapar que, enquanto memorial, possui uma história.³⁰

Apesar de tomar o IGHMB como um lugar de memória, seguindo a definição de Pierre Nora ao apontar para o caráter nada espontâneo da criação desses lugares,³¹ tratarei a produção do instituto reconhecendo a simbiose entre história e memória. Nesse trabalho, o que se produziu no IGHMB será tomado como fruto de uma operação, tendo sempre em vista as implicações sobre a relação entre escrita e história. Analisar essa produção por esse viés me obriga a considerar, como alertou Michel de Certeau, o lugar social – levando em conta que é a partir desse lugar social que a história militar publicada nas Revistas do IGHMB terá seus métodos instaurados e os interesses articulados – os procedimentos de análise, e a construção do texto.³²

Esse lugar ajuda a *inventar uma tradição*. A tradição do apolitismo militar. As histórias narradas em seu espaço cabem na definição que Eric J. Hobsbawm dá às *tradições inventadas*. Pois, nesse espaço, se desenvolve um conjunto de práticas, de natureza ritual ou simbólica, que têm por objetivo inculcar valores e normas de comportamento por meio da repetição, tentando estabelecer, sempre que possível, uma continuidade com o passado histórico apropriado. Nesse sentido, a data de fundação do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil ou mesmo a localização que se buscou obter – na casa do marechal Deodoro da Fonseca - corroboram para a continuidade necessária de manutenção de uma tradição.³³

Uma característica da *tradição inventada* é a difusão da imagem da “nação” e a promoção da adesão a ela, ligando os indivíduos ao país e à bandeira. Essa pauta está inegavelmente presente no IGHMB. Em um discurso realizado pelo então ministro da Educação, Gustavo Capanema, em 28 de novembro de 1941, no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, afirma que o patriotismo é uma paixão humana, e deve ser cultivado como paixão, como a mais forte paixão, pois sem paixão, os homens não caminham para o sacrifício, e patriotismo é, nas palavras de Capanema, rigorosamente, disposição ao sacrifício.

³⁰NORÁ, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. In.: *Projeto História*. n. 10, São Paulo: PUC, 1993. p. 21.

³¹ Idem, p.13

³²CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 66,67.

³³HOBSBAWM, Eric J. RANGER, Terence. *A invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 9

Apesar de o IGHMB não ter sido formalmente uma instituição das Forças Armadas - no vocabulário militar atual uma OM, organização militar - e tal vinculação sempre tenha sido negada pela instituição, há fortes indícios de vinculação do instituto com o Exército e o governo.

Um bom exemplo do tipo de vinculação mantida entre o IGHMB, o Exército e o governo é dado pelo decreto-lei número 527 de 1º de Julho de 1938. Esse decreto regulava a cooperação financeira da União com as entidades privadas, por intermédio do Ministério da Educação e Saúde, garantindo a cooperação da União através de uma subvenção federal a dois tipos de instituições de caráter privado: as instituições assistenciais, caracterizadas pelo oferecimento de qualquer espécie de serviço social, e as instituições culturais, pautadas na realização de atividades concernentes ao desenvolvimento da cultura. Neste último caso, a única exigência era a de que, dentre os objetivos da instituição, estivesse alguns dos seguintes itens: a produção filosófica, científica e literária, o cultivo das artes, a conservação do patrimônio cultural, o intercâmbio intelectual, a difusão cultural, a propaganda ou campanha em favor das causas patrióticas ou humanitárias, a organização da juventude, a educação cívica, a educação física, a recreação. O decreto deixava claro que a subvenção não seria paga às instituições que desenvolvessem atividades de orientação ou tendência contrária aos princípios que presidiam a organização nacional.

Esse é um ponto central: o assunto subvenção esteve presente em todas as sessões preparatórias do IGHMB, com exceção da primeira, ocorrida em 7 de novembro de 1936. Na última sessão, ocorrida em 8 de novembro de 1938, quatro meses após a publicação do decreto, não há discussão sobre a oportunidade de se ganhar a subvenção por meio do referido decreto. Todavia, consta na ata dessa última sessão preparatória a leitura, pelo então secretário do IGHMB, o capitão Severino Sombra de Albuquerque, de um memorando dirigido diretamente ao presidente da república requerendo a subvenção.

Em nota emitida à imprensa, o presidente da república é convidado para a inauguração do IGHMB. Segundo o convite, a inauguração do instituto se daria sob o alto patrocínio do chefe da nação e que o Instituto teria como presidentes de honra os ministros do Exército e da Marinha. Não encontrei registro que me permita confirmar a presença do próprio presidente na inauguração do Instituto. No entanto, uma correspondência assinada pelo almirante Raul Tavares, e datada de 14 de abril de 1937, que pedia uma verba de sessenta

contos de réis e um auxílio inicial da mesma importância para a instalação do IGHMB, deixa evidente que o presidente Getúlio Vargas aceitou a presidência de honra do Instituto.

Diante da demora em se conseguir a subvenção, os sócios do IGHMB aceitaram a sugestão dada pelo almirante Augusto Carlos de Souza e Silva, que esteve presente na primeira sessão ordinária do Instituto. O almirante sugeriu que os sócios contribuíssem mensalmente, a título de empréstimo, com dez mil réis, que seriam devidamente restituídos logo após a liberação da subvenção do governo, o que só ocorreu em 1941.

Apesar da demora da liberação da subvenção, nos anos subsequentes, o IGHMB foi sendo gradativa e informalmente incorporado pelo Exército, permanecendo alojado em suas instalações por vários anos. Entre os anos de 1946 e 1970, funcionou nas dependências da Biblioteca Militar, na Ala Marcílio Dias do Palácio Duque de Caxias. Entre 1970 e 1974, ocupou o Palácio Monroe em condomínio com o Estado Maior das Forças Armadas (EMFA). Em 1976, foi dada permissão para o instituto se instalar no décimo oitavo andar do Palácio Duque de Caxias, novamente junto com a EMFA. Um dos documentos encontrados durante as buscas no arquivo do IGHMB – e vale destacar, mais uma vez, não se tratar de um arquivo organizado - aponta que, durante a ditadura militar, a partir dos anos finais da década de 1970, a relação entre o IGHMB e o Exército se tornou oficial através de um convênio firmado entre o Estado Maior do Exército e o IGHMB, que visava estimular pesquisas sobre a Guerra da Tríplice Aliança e a Segunda Guerra Mundial.

Mas, curiosamente, tal relação é negada até os dias de hoje pelo Exército. Durante a realização dessa pesquisa, quando eu me apresentava em órgãos da Marinha e em instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), e explicava qual era meu objeto de pesquisa, a resposta era sempre a mesma: esse Instituto é do Exército. Já no Exército, a relação continua sempre a ser negada. De fato, pelo menos no período da criação do IGHMB, os indícios dessa relação são menos óbvios. Porém, não podemos deixar de considerar como substancial o fato de que, dos 42 sócios fundadores do instituto, 31 fossem oficiais do Exército, quase todos da ativa. Ou seja, quase 74% do grupo. Além da quantidade de militares do Exército da ativa envolvidos na criação do IGHMB, vale destacar que, mais recentemente, em 1996, por ocasião dos 60 anos do IGHMB, na edição comemorativa da Revista do Instituto, essa estreita vinculação também foi assumida. Nela, o então presidente do IGHMB, o coronel Luiz Paulo Macedo de Carvalho, afirma que:

Fundado o Instituto em 1936, provocaria ele o ressurgimento e a reorganização em novas bases de outra tradicional instituição militar centenária em junho de 1937 – a Biblioteca Militar, hoje denominada Biblioteca do Exército ou Casa do Barão de Loreto. Irmanados desde esses tempos em perfeita interação, quis o destino que as duas entidades culturais crescessem juntas. Propunha-se o Instituto à pesquisa seletiva e sistematizada do aspecto militar da nossa História e da nossa Geografia, enquanto que a Biblioteca à difusão do resultado desses trabalhos, que encontrariam, no Arquivo do Exército, fontes de consulta inesgotáveis. Com esse tripé, visualizava-se desenvolver um centro de excelência de pensadores militares nacionais.³⁴

De fato, o Arquivo Histórico do Exército foi criado no mesmo contexto, alguns anos antes, em 8 de abril de 1934, por ato do então ministro da Guerra, general Pedro Aurélio de Góes Monteiro. Já a então denominada Editora Biblioteca Militar foi criada um ano depois do IGHMB, em um ano politicamente muito significativo, em 1937. Desse modo, não seria absurdo afirmar aqui que as três instituições citadas pelo coronel Macedo de Carvalho – o IGHMB, a Editora Biblioteca Militar e o Arquivo do Exército – são componentes de um mesmo contexto histórico, ou partes de um mesmo *projeto político*.

É possível que a referência feita pelo coronel Macedo ao tripé tenha sido extraída de um texto escrito sobre o Arquivo do Exército pelo coronel Claudio Moreira Bento. O texto, intitulado “O Arquivo do Exército e a memória histórica de nossa força terrestre – atualidade – rumo” não tem data e há uma anotação à mão indicando que foi produzido para noticiário. O acesso a esse texto me foi facultado no IGHMB. Mas, como seu arquivo não se encontra devidamente organizado, não há como oferecer aqui uma referência satisfatória. É dessa maneira que o coronel Claudio Moreira Bento se refere a esse conjunto de instituições:

Implantado o repositório das fontes históricas primárias do Exército, surgiria como corolário um órgão específico destinado a pesquisar e estudar aquelas fontes. Ao Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, fundado em 1936, caberia, através de seus ilustres membros desempenhar essas relevantes tarefas. Faltava, entretanto, uma terceira peça no sistema que iria se encarregar da divulgação dos resultados dos estudos e pesquisas. O problema foi resolvido em 1937, menos de um ano após a fundação do Instituto, com a reativação da Biblioteca do Exército. Completava-se assim o tripé – FONTES HISTÓRICAS (Arquivo do Exército) – PESQUISA E ELABORAÇÃO (IGHMB – 1936) e DIVULGAÇÃO (Bibliex – 1937).

³⁴Revista do IGHMB. Ano 56, nº 82, 1996. p.8.

Há ainda uma disputa interna pela paternidade da atual Bibliex. Concorrem nessa disputa dois generais: Valentim Benício da Silva e o idealizador do IGHMB, Severino Sombra de Albuquerque, que afirmava constantemente ter sido sua a ideia de restaurar a Biblioteca do Exército.³⁵ Sobre a criação da Biblioteca Militar (nome da editora Biblioteca do Exército durante os anos 30) e do IGHMB, o então capitão Umberto Peregrino, figura importante e bastante ativa nos dois espaços, afirma em publicação da década de 1980 que:³⁶

Em abono do papel atribuído pelo Gen Sombra a si mesmo, milita a circunstância verídica de que a Biblioteca, ao ser restaurada em 1937, apresentava-se também como editora e a primeira obra editada, *Em Guarda*, era peça inicial de uma campanha de esclarecimento anticomunista (estávamos a curta distância cronológica do levante comunista da Praia Vermelha e do Nordeste). Ora, o Gen Sombra vivia, àquele tempo, ainda no posto de capitão, a sua notória experiência de integralista graduado. Natural, portanto, que visse na restauração da Biblioteca, enriquecida com poder editorial, um valioso instrumento de trabalho anticomunista junto à oficialidade do Exército. **Com essas mesmas preocupações teria inspirado a criação do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, que é paralela à da Biblioteca Militar.** Tudo, portanto, muito lógico quanto ao papel do Cap Severino Sombra na restauração da Biblioteca em 1937.

[...]

Daí também, a criação do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, cuja reunião de fundação foi pelo Cap Severino Sombra promovida, conforme Ata datada de 7 de novembro de 1936 (Revista do I.G.H.M.B., nº 1 p. 77). Essa data, bem anterior a das providências iniciais para a criação da Biblioteca Militar (Decreto de 26 de junho de 1937), tem significação válida em favor das alegações do Gen Severino Sombra, pelo menos quanto à motivação que determinara aquela iniciativa, **ou fosse o desencadeamento de uma ação cultural sistemática no âmbito do Exército.** (grifos meus).

Diante dessas aproximações, que vinculam as três instituições como parte de uma "ação cultural sistemática no âmbito do Exército", não parece restar dúvidas de que, apesar de não pertencer formalmente ao Exército, não é absurdo tratar o IGHMB como parte de uma mesma política cultural militar, que, se não foi levada a cabo pelo Estado Novo foi, ao menos, apoiada por ele.

³⁵ Conforme pesquisa intitulada *Da biblioteca do Exército à biblioteca Militar: o lugar da instituição no Estado Novo*, que vem sendo desenvolvido por Clarice Barros Araújo Berkowicz no programa de pós-graduação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

³⁶ PEREGRINO, Umberto. *História da Biblioteca do Exército: Um capítulo da História Cultural do Brasil*. Op cit. p.71,72.

Algumas questões conduziram esse trabalho e acabaram por estruturar os três capítulos que o compõem: *Por que se recorda? Quem recorda?* e, finalmente, *O que se recorda?* As três questões fazem alusão à relação do IGHMB com a escrita de uma história militar elaborada a partir de uma maneira específica.

Com o primeiro capítulo, procurei refletir sobre os fatores que teriam motivado um grupo de oficiais militares à criação de uma instituição nos moldes do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB). Quais as suas condições de possibilidade? Quais fatores tornaram a sua criação possível? Com isso, tento fornecer uma imagem mais geral do período, apontando para uma possível relação da criação do IGHMB com o projeto de fortalecimento das Forças Armadas, posto em ação na década de 1930.

O antropólogo Celso Castro destacou que a integridade institucional do Exército era uma questão em aberto nas décadas de 1920 e 1930 e que dar uma solução a essa questão tornou-se o objetivo central de diferentes atores, individuais e coletivos. Mais do que a “reorganização” de um Exército fragmentado após inúmeras clivagens, o Exército passou por uma “invenção”, passando, assim, a desempenhar um papel na construção da Nação. Essa “invenção” envolveu um conjunto de elementos simbólicos.³⁷ Apresentar alguns dos caminhos percorridos por alguns setores do Exército para se “inventar” é também um dos objetivos desse primeiro capítulo.

Ao apresentar partes desse primeiro capítulo em eventos acadêmicos, quase sempre sou questionada sobre a ausência de outras instituições culturais criadas durante o regime do Estado Novo. Como se, obrigatoriamente, ou mesmo naturalmente, a reprodução de determinado “contexto” tivesse de ser automática. Por considerar o “contexto” uma construção da investigação historiográfica, optei por outro caminho. Interessa-me, nesse primeiro capítulo, traçar a tessitura das relações, reinventar o passado de maneira a religar o indivíduo à sociedade. O “contexto” selecionado e fabricado por mim nesse primeiro capítulo parte de uma reflexão e, por esse motivo, decidi não reproduzir fatos comparáveis dentro dessa mesma seleção temporal. Diante dessa escolha, persegui o destaque dado à fragilidade institucional do Exército por Celso Castro ao demonstrar que a integridade institucional do Exército era uma questão em aberto nas décadas de 1920 e 1930.

³⁷CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Op cit. p.12

Utilizei como fontes para esse primeiro capítulo alguns documentos do Fundo Góes Monteiro, do Arquivo Nacional, além dos trabalhos de sociólogos e historiadores que escrevem sobre o período. Utilizei também alguns documentos referentes às “revoltas tenentistas” – depoimentos dos revoltosos – para tentar entender melhor a “fragilidade” institucional destacada pelos autores dedicados à temática militar, sempre tendo em vista, como questão crucial, o que justificava, naquele momento, investir tempo, esforço e dinheiro na criação do IGHMB, enfim, o que tornou possível a sua criação.

Já o segundo capítulo possui uma dupla função. Considerando o fato de não haver trabalhos sobre o IGHMB, achei necessário traçar o perfil institucional do instituto, buscando elucidar o seu modo de funcionamento. As atas, o programa e o estatuto do IGHMB foram as fontes utilizadas nessa empreitada. Em seguida, procurei trabalhar o perfil sociológico do grupo de sócios fundadores do IGHMB. As duas funções desse capítulo referem-se à questão *Quem recorda?*

Para essa análise, utilizei o método prosopográfico, definido por Lawrence Stone como a investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas. Nesse tipo de investigação, vários tipos de informações sobre os indivíduos são justapostos, combinados e examinados em busca de variáveis significativas.³⁸ Em alguns momentos, no entanto, decidi me desviar das “características comuns” e “bagunçar” um pouco essas classificações. Essa decisão é resultado de uma constatação trazida durante a pesquisa, quando percebi que alguns dos militares envolvidos na busca lutaram em alguns momentos, em posições opostas. Alguns foram exilados e expulsos do Exército, somente retornando após anistias concedidas pelo governo. A “bagunça” que proponho é para desnaturalizar o que coloca esses homens em um certo lugar comum, o que os torna “iguais”, pois acredito que há dados em suas vidas que são impossíveis de serem combinados e mesmo capaz de produzir explicações gerais. A “bagunça” me ajuda a não eliminar a experiência desses militares de forma a ignorar a maneira como suas trajetórias foram construídas. Considero essa postura útil para questionarmos as bases universais supostamente existentes em diferentes épocas e culturas, e dessas bases, não escapa a categoria “militar”. Dito de outra forma, essa postura ajuda a historicizar a própria categoria “militar”, mostrando que mesmo dentro de um grupo restrito,

³⁸STONE, Lawrence, “Prosopografia”. In.: **Rev. Sociol. Polit.** Curitiba, v. 19, n 39.p. 115-137, jun. 2011.

é possível "ser militar" de diferentes maneiras. Afinal, ainda que a categoria "militar" una os 42 homens investigados, eles tomaram decisões muito distintas e lutaram em posições opostas. Essa parte serve, na minha concepção, mais para provocar questionamentos que para oferecer respostas definitivas ou alimentar pretensões de totalidade e unidade.

Utilizei diversas fontes nessa tarefa: Almanques do Exército e da Marinha, dicionários biobibliográficos e também pastas pessoais, que contém dados sobre as trajetórias desses homens no Exército. Essas últimas tiveram um uso mais restrito devido às dificuldades de acesso a elas. Houve certa demora na obtenção de permissão para ler esses documentos e, além disso, a direção do Arquivo Histórico do Exército restringiu o meu acesso a duas pastas por dia, em um arquivo que já possui um horário de funcionamento bem limitado. Para piorar, a maioria das pastas, quando solicitadas, ou estavam sendo digitalizadas - e assim permaneceram até o fim da minha pesquisa, fora de consulta - ou, simplesmente, não foram encontradas.

Diante da questão *O que se recorda?*, dediquei o terceiro e último para pensar a hipótese de que a recuperação do passado foi um dos instrumentos utilizados para "modelar condutas" no interior do Exército, em um momento onde se forjava uma doutrina unificadora para a Instituição. Para testá-la, voltei-me para a produção intelectual dos sócios do IGHMB publicadas em seu periódico, a *Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil*. Meu objetivo com esse terceiro capítulo foi examinar o que os fundadores do IGHMB entendiam por "história militar" para, a partir daí, analisar como praticaram a escrita dessa história no Instituto durante os anos iniciais de sua existência, considerando também a forma como esses trabalhos eram apresentados, pois o que se escreveu para o IGHMB me pareceu inseparável de um ato de ritualização. Não se tratava de escrever uma história e publicar em uma revista, mas de teatralizar o que se narrava através de uma cenografia.³⁹

Durante parte considerável dessa pesquisa, a *Revista do Instituto de Geografia e História Militar* era a única fonte de que dispunha. Como já relatei anteriormente, o acesso ao arquivo do instituto só foi liberado na reta final da pesquisa. Desse modo, por muito tempo, priorizei analisar o que se produziu no IGHMB, o que só podia ser recuperado através das publicações da *Revista*. Obviamente, isso implicava em outros trabalhos, como por exemplo,

³⁹CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolho do tempo: Memória e fim do fim da história*. Coimbra: Almedina, 2009. p.52.

compreender a lógica de seleção do que seria publicado e mesmo o processo de construção desses trabalhos. Diante dessas demandas, tornou-se necessário explicar a estruturação da *Revista* que se tornou crucial para esse capítulo. Além disso, até o acesso às atas ser liberado, era somente a partir da *Revista do IGHM* que poderia compreender o funcionamento das sessões do IGHMB. Ao final, com o acesso às atas do instituto autorizado, pude entender que o que se publicava na *Revista* era fruto das sessões de debate que ocorriam no IGHMB. Porém, a importância da *Revista* se manteve, pois somente através dela podemos ter acesso aos trabalhos produzidos para apresentação nas sessões do instituto.

Oito volumes da *Revista* foram publicados durante o período abarcado por essa pesquisa (1937-1945) que são constituídos por um total de 65 artigos. Esse número expressivo e a diversidade dos assuntos abordados trouxeram a necessidade de uma seleção. Precisei, então, criar tipologias para os trabalhos publicados na revista e, após essa separação, analisar cada um deles, dando preferência na análise aos trabalhos realizados pelos sócios fundadores, grupo estudado no segundo capítulo, que somam cerca de 34 artigos.

Capítulo I – Inventando a Instituição Militar.

Há cinco dias que a população de São Paulo, completamente isolada do mundo, assiste perplexa a verdadeiros combates em vários bairros da Capital, nos quais entram em ação o fuzil, a metralhadora e o canhão. Nada se pôde ainda apurar acerca das origens e dos fins do movimento militar que põe em justa inquietação toda a cidade.

(O Estado de São Paulo, 09-07-1924)

Mas, acima de tudo, doutrinemos pelo exemplo, o mais eloquente e o mais convincente de todos os argumentos.

(Coronel V. Benício da Silva – 06-12-1935)

(...) O passado legitima. O passado fornece um pano de fundo mais glorioso a um presente que não tem muito o que comemorar.

(Eric J. Hobsbawm, Sobre História, p. 17.)

Se houve por parte da historiografia uma palavra que pudesse ser o distintivo dos anos 1920, essa palavra foi “crise”. A década de 1920 foi constantemente retratada como um período de transformações nos panoramas político, cultural e econômico. A primeira epígrafe selecionada para esse capítulo dá conta de retratar, de forma bem genérica, parte das inquietações do período. Genérica porque não só faz referência a um dos aspectos dessa crise, mas também a somente um dos focos das revoluções de 1924, que também atingiu outros estados das mais variadas regiões do país: Mato Grosso, Pará, Amazonas, Sergipe, e Rio Grande do Sul também vivenciaram conflitos.

Ao tecer algumas considerações sobre o clima ideológico da década de 1920, Maria Cecília Forjaz assinala que, além do debate intelectual ter sido acirrado e rico, uma das características do pensamento social produzido na época é a “consciência da existência de uma crise e a noção da necessidade de mudança, assim como o ceticismo e a inquietação”.¹ Já Boris Fausto dedica uma parte do último capítulo de seu livro - o hoje clássico “A revolução de 1930: Historiografia e História” - para pensar especificamente a “crise dos anos 1920”. O autor afirma que o sistema começa a apresentar sinais inquietantes de desequilíbrio já nos

¹ FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 1930*. Rio de Janeiro:Forense Universitária, 1988.pp.39-40.

primeiros anos da década de vinte e que esses sinais se revelam, sobretudo, nas revoltas tenentistas.² Em um artigo sobre a crise dos anos 1920, Marieta de Moraes Ferreira e Surama Conde Sá Pinto asseveram que o país estava mergulhado numa crise cujos sintomas se manifestaram nos mais variados planos e experimentou “uma fase de transição cujas rupturas mais drásticas se concretizariam a partir do movimento de 1930”.³

Não é minha intenção dedicar mais linhas à crise dos anos 1920 ou mesmo pensar como a “crise” identificada pelos contemporâneos, ou por alguns deles, passou a ser distintivo do período para a historiografia. Dos anos 1920, me interessa destacar, tal como feito pelo jornal *O Estado de São Paulo*, os movimentos militares, mais precisamente, os movimentos de 1924 e o quanto movimentos desse tipo eram perturbadores para a instituição militar.

Este capítulo tem por objetivo pensar o que tornou possível e/ou necessário – caso consideremos a perspectiva dos militares engajados em um determinado *projeto* - a criação de uma instituição nos moldes do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).

Diante desse objetivo, o presente capítulo assume um caráter mais geral. Algumas questões conduziram essa reflexão. A primeira delas se destina a pensar se há uma relação entre o projeto de fortalecimento das Forças Armadas, posto em ação na década de 1930, amplamente identificado e interpretado por autores que se dedicaram à temática militar, com a criação do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil no ano de 1936. Muitas das medidas inseridas nesse projeto foram lidas como uma resposta de setores militares ao atraso do país e à falência da democracia liberal. A base dessa leitura, bastante difundidos pela historiografia, são os vários discursos do ministro Pedro Aurélio de Góes Monteiro,. O general sempre apontava para o fortalecimento das Forças Armadas como meio de fornecer apoio ao governo, tornando-o forte e capaz de realizar as transformações necessárias e dissolvendo assim os “problemas” identificados pelo general no interior do Exército.

Admitindo hipoteticamente uma relação entre o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e o fortalecimento do Exército enquanto instituição na década de 1930, outras questões derivam dessa possível relação. Uma delas diz respeito ao Exército que se busca fortalecer. O que o caracteriza? Em outras palavras, o que ele quer deixar de ser?

² FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: História e Historiografia*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1972. p.92.

³ FERREIRA, Marieta de Moraes, PINTO, Surama Conde Sá. “A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930”. In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucilia de A. Neves. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excluyente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.pp.387-415.

Apesar dessa questão ser importante nesse capítulo, bem como no trabalho como um todo, esse capítulo se lança a refletir principalmente sobre uma outra questão, derivada dessa primeira: Por que setores do Exército quiseram, em um determinado momento, deixar de ser o que vinha sendo? O que levou parte do Exército a pensar e promover mudanças em sua estrutura interna, em suas relações com o Estado e com a sociedade? Refletir sobre essa última questão é a minha principal intenção nesse capítulo.

Para tanto, dividi esse capítulo em duas partes, apresentando, em primeiro lugar, a maneira como alguns trabalhos, clássicos na grande área das ciências sociais, interpretaram esse projeto de fortalecimento do Exército. Aproveito ainda essa discussão para descrever parte das medidas que caracterizam esse projeto. Em um segundo momento, procuro historicizar essas medidas, tendo sempre como foco as condições de possibilidade para a criação de um instituto voltado para a valorização do passado histórico militar e como este instituto pode ter contribuído para o projeto de reorganização do Exército. Acredito, na verdade, que esses dois elementos estão relacionados. Apesar de o IGHMB não ter sido uma instituição das Forças Armadas - no vocabulário militar atual uma OM, organização militar - e tal vinculação sempre ter sido negada pela instituição, há - como vimos na introdução - fortes indícios de vinculação do instituto com o Exército e o governo.

I.1. O Exército e a política da instituição

Na madrugada de 5 de julho de 1922, ocorreu um levante militar envolvendo parte da jovem oficialidade do Rio de Janeiro. Nove dias após o episódio, o então tenente Antônio de Siqueira Campos, um dos líderes do levante, relatou, em depoimento ao general Augusto de Tasso Fragoso, encarregado do inquérito no Hospital Central do Exército, que na noite do dia 4 de julho, quando chegou ao Forte de Copacabana, já havia decidido pela “rebelião”. O combinado era que o movimento se iniciasse à uma hora da madrugada, hora em que, de fato, ouviu-se o primeiro tiro de canhão. Porém, o general Bonifácio Costa chegou ao Forte de Copacabana antes disso para tentar retirar dali o comandante, o capitão Euclides Hermes da Fonseca, que chefiava o levante no Forte e era filho do marechal Hermes da Fonseca.

A chegada do general teria antecipado o princípio da revolta, pois o tenente Siqueira Campos e seus companheiros resolveram impedir a saída do general, dando início ao levante. Ao ser questionado pelo general Tasso Fragoso sobre a tentativa de atirar em um general do

Exército, o tenente Siqueira Campos respondeu que, caso o general Bonifácio Costa não tivesse ouvido suas ponderações, ele teria atirado.

O tenente Eduardo Gomes afirmou, também em depoimento ao general Tasso Fragoso, que no dia 4 de julho, por volta das dezessete horas, apresentou-se no Forte de Copacabana para tomar parte na sublevação que ali ocorreria. Após se apresentar, o tenente Eduardo Gomes foi até a cidade com o objetivo de colher notícias, somente retornando ao Forte por volta das dezenove horas. Os dois tenentes passaram a noite do dia 5 de julho em vigília junto a um holofote na companhia de algumas praças. No dia 6 de julho, após se negarem a rendição, os tenentes foram informados, por telefone, da prisão do capitão Euclides Hermes da Fonseca que comandava o levante e foi induzido pelo grupo a tentar negociar com o governo, deixando o comando com o tenente Siqueira Campos. Após a notícia da prisão do capitão e de que as condições por ele propostas ao governo não haviam sido aceitas, saíram então do Forte os tenentes e cerca de 20 praças, portando, cada um deles, um fuzil e munição e tomaram parte em um tiroteio que se estendeu por quase duas horas e que deixou ambos os tenentes feridos.

Quando o tenente Eduardo Gomes foi questionado sobre o motivo que o fizera tomar parte na rebelião, ele respondeu que o governo estava “saindo fora da lei” com o propósito de intervir em Pernambuco. Disse também que era desejo do país evitar a posse de Artur Bernardes. Já em sua resposta, o tenente Siqueira Campos, além de citar o caso de Pernambuco, mencionava também o que denominou “caso puramente militar”, referindo-se à prisão do Marechal Hermes e de outros generais contrários ao governo. O tenente afirmou que, de um modo geral, a maneira como o governo tratava o Exército “permitia a esse Exército todos os atos de revolta”.⁴

O coronel João Nepomuceno da Costa, comandante do *4º Destacamento das Forças de Ataque*, ficou incumbido de apresentar um relatório com a versão oficial dos acontecimentos ao ministro da Guerra Pandiá Calógeras. Em um relatório a princípio extremamente técnico, pois se propõe a descrever minuciosamente os rumos das ações tomadas para debelar o levante, de forma inesperada, após as considerações relativas à luta, o comandante pede permissão para aproveitar a oportunidade e chamar a atenção do ministro da guerra para

⁴ Tanto os depoimentos dos tenentes Eduardo Gomes e Antonio Siqueira Campos como o relatório do comandante cel. João Nepomuceno da Costa estão disponíveis em: FILHO, Ivan Alves. *Brasil, 500 anos em documentos*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. pp. 383-384; 388.

“velhas questões já muito estudadas e ainda não resolvidas”. Dentre essas questões, o coronel ressalta que:

A mania moderna de fazer passar pelas fileiras do Exército o maior número possível de sorteados faz esquecer outras questões de grande significação militar.

A passagem, a pressa desses moços que nunca mais se encontram com o quartel, não os pode fazer “soldados”.

É uma necessidade imperiosa, a permanência nas fileiras, de um certo número de homens, pelo menos um terço do efetivo. Assim exige a tradição militar, a disciplina e a eficácia da tropa.⁵

A interpretação desse levante que inaugurou as “revoltas tenentistas” e que se cristalizou na historiografia como o episódio dos “Dezoito do Forte” - foi a de que o movimento estava fundamentalmente contra as figuras presidenciais de Epitácio Pessoa e Artur Bernardes. O descontentamento com o primeiro teria se dado por ter punido com prisão o marechal Hermes da Fonseca e ter fechado o Clube Militar, presidido à época pelo marechal, por ele ter criticado duramente o governo de Epitácio Pessoa pela intervenção na sucessão estadual de Pernambuco, enquanto o segundo tinha a sua eleição contestada, uma vez que “até mortos votavam”.

Dois anos após esse primeiro levante, em julho de 1924, estourou um novo movimento rebelde, dessa vez, em São Paulo e sob o comando do general reformado Isidoro Dias Lopes. Este movimento se deslocou pelo sul do estado alcançando o Paraná e o interior do Rio Grande do Sul. Já em 1925, teve início o terceiro grande movimento do tenentismo, conhecido como Coluna Prestes. Um elemento une todos esses movimentos em sua narrativa: o realce de uma fragilidade política que não permite aos militares se apresentar como uma alternativa ao poder.

O “tenentismo” foi o fenômeno político no qual a grande área das ciências sociais mais se concentrou, na década de 1970, para refletir sobre o papel dos militares na vida política do Brasil. Para Edmundo Campos Coelho, o interesse não estaria no próprio “tenentismo”, mas

⁵FILHO, Ivan Alves. *Brasil, 500 anos em documentos*. Op. Cit, p. 388.

no fato de ser ele um fenômeno político, utilizado recorrentemente para explicar a “Revolução de 30”, não havendo nenhum esforço de vinculá-lo às estruturas do Exército.⁶

Os depoimentos dos tenentes Siqueira Campos e Eduardo Gomes acima citados não sugerem que o movimento se deu apesar e a despeito do Exército. Antes de abandonar o Forte, o tenente Siqueira Campos e seus companheiros teriam arrancado seus distintivos declarando que não pertenciam mais ao Exército. Além disso, como vimos, o comandante responsável por debelar o movimento, o coronel João Nepomuceno da Costa, sugeriu mudanças no Exército.

Esses conflitos são fundamentais para compreendermos o que o Exército quer deixar de ser. Ou melhor, que alguns setores do Exército, na década de 1930, se preocuparam com bastante afinco em fazer “soldados”, diante da visão de que à instituição não fosse mais permitido, tal como exposto na fala do tenente Siqueira Campos, “todos os atos de revolta”, como um tenente mandar prender ou ameaçar com uma arma a vida de um general.

Ao tratar dos obstáculos à expansão do poder das Forças Armadas, José Murilo de Carvalho nos apresenta “duas fases” da participação política dos militares. A primeira delas seria a “fase política na organização”, que tinha como distintivo o cunho social e a dedicação a reformas políticas. Os veículos dessa fase seriam os jovens oficiais por conta da sua origem social, treinamento e posição na organização. Teria sido nessa fase que as Forças Armadas assumiram o lugar de “poder desestabilizador”, uma vez que os conflitos perpetrados no Exército favoreceram movimentos contestatórios contra a política dos estados.⁷ Já a segunda fase seria a “fase de política da organização” iniciada após os anos 1930.⁸

É consenso entre os especialistas que Getúlio Vargas, ao chegar ao poder em 1930, incentivou a transformação das Forças Armadas em ator político, fazendo delas um dos pilares de sua sustentação diante das forças oligárquicas. José Murilo de Carvalho afirma que o auge do entendimento entre o presidente Getúlio Vargas e as Forças Armadas se deu durante o Estado Novo (1937-1945), quando houve total coincidência dos interesses do presidente com os da corporação militar. Os principais protagonistas desse período teriam

⁶ COELHO, Edmundo Campos. “A instituição militar no Brasil: Um Ensaio Bibliográfico”. In: BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, vol 19, 1985. pp. 5-19.

⁷ “As Forças Armadas na Primeira República: O poder desestabilizador”. In: CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. pp. 13-61

⁸ As fases distintas apresentadas por José Murilo derivam da célebre frase do general Pedro Aurélio de Góes Monteiro que afirmava a necessidade de se criar uma consciência coletiva com a finalidade de se fazer a política do Exército e não mais a política no Exército.

sido o presidente Getúlio Vargas e o general Góes Monteiro, único militar a perceber que o espaço era propício à participação dos militares na política nacional.

É importante enfatizar que o general Góes Monteiro foi aluno da Missão Militar Francesa, que apregoava a necessidade de o Exército permanecer neutro na luta política. Até 1930, o general afirmava que essa neutralidade era condição essencial de coesão do Exército e mesmo de sua existência enquanto instituição. A verdadeira e única política feita pelo Exército deveria ser, na concepção de Góes Monteiro, a preparação para a guerra.⁹

O contexto no qual Góes Monteiro pregava a neutralidade do Exército era marcado por grande instabilidade. O Exército estava cindido. Essa divisão, que comprometia a hierarquia e a disciplina no interior da Instituição, já era percebida no início da década de 1920, tendo se tornado mais grave com o Tenentismo. A posição do general mudaria em 1930, ao comandar uma revolução ao lado das oligarquias dissidentes lideradas por Vargas. Suas crenças, bem como sua ação política, foram alteradas por razões conjunturais, o que o forçou a reelaborar continuamente suas concepções sobre o papel dos militares na sociedade.¹⁰

José Murilo de Carvalho ressalta o caráter fragmentado do Exército que emergiu após a revolução de 1930. Essa fragmentação era visível tanto no interior da organização quanto externamente, para as lideranças civis.¹¹ Concordando com essa interpretação, Edmundo Campo Coelho afirma que, após 1930, houve uma duplicidade de comando, passando a existir um “Exército duplo”: um obedecia às ordens do Quartel General Revolucionário, e outro obedecia ao então Ministro da Guerra, o general Leite de Castro.¹² Vitorioso o movimento, e estando o Exército à frente de um regime autoritário, fazia-se necessário preservar um alto grau de disciplina e de níveis altíssimos de coesão interna.¹³

⁹ CARVALHO, José Murilo. “Vargas e os militares: Aprendiz de Feiticeiro”. In: *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. p. 102-117

¹⁰ PINTO, Sérgio Murilo. “Góes Monteiro e a política do Exército”. In: *Militares e política*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, n. 5, julho-dezembro, 2009. p. 82-101.

¹¹ CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. p. 64,65.

¹² COELHO, Edmundo C. *Em busca de identidade*. Op cit. p. 104.

¹³ Edmundo Campos Coelho, em seu clássico “Em busca de identidade”, pontua o ano de 1937 como um marco, exatamente pelo fato de ter o Exército se tornado avalista do Estado Novo, um regime de essência militar. Para o autor, “a construção do Estado Novo e a institucionalização da “identidade” do Exército eram uma mesma e única empresa”. COELHO, Edmundo C. *Em busca de identidade*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000. p. 110

Várias mudanças foram postas em ação nesse sentido. Algumas delas objetivando um alcance no plano simbólico. Já no ano de 1923, por exemplo, há registro de iniciativas que tinham por objetivo instituir “cultos” a figuras consideradas expoentes do Exército. Isso após essas figuras serem submetidas a um processo de reconstrução, que colocasse em destaque valores legalistas e de um certo apolitismo.¹⁴

Para Celso Castro, o investimento do Exército na construção de uma identidade, que exigia a elaboração de uma coesão interna, se deu através da evocação de continuidade com um passado muitas vezes ideal ou mítico. Assim, Castro elenca duas importantes tradições instituídas pelo Exército nesse contexto: o culto a Caxias – que passa a ser oficial no Exército no ano de 1923 e cujo investimento se estende até a década de 1940, utilizando a figura de Caxias como o modelo ideal do soldado brasileiro – e as comemorações da vitória sobre a “Intentona” que, no ano seguinte ao levante, foi celebrada, ganhando mais imponência durante o “Estado Novo”. A institucionalização dessas tradições seria pensada nesses momentos de profundas divisões no interior da instituição militar.¹⁵

Ao citar a Reforma da Escola Militar do Realengo, idealizada por José Pessoa em 1930, como um bom exemplo de criação de “novas tradições”, Celso Castro faz uso de alguns trechos onde José Pessoa aponta para a homogeneização do Exército. Em um deles, José Pessoa afirma que o Exército procura formar “mentalidades uniformes” em detrimento de personalismos. Uma nova mentalidade deveria se impor através de “métodos” responsáveis por “novas e homogêneas gerações”. Partindo do discurso de José Pessoa sobre a necessidade de se formar no Exército “mentalidades uniformes”, Celso Castro conclui que as gerações homogêneas as quais José Pessoa se referia seriam aquelas disciplinadas e “divorciadas” da política. Assim,¹⁶

Em nome da reestruturação do Exército no período pós-revolucionário e da formação de um corpo disciplinado de oficiais, José Pessoa queria em primeiro lugar afastar a *política* – que divide – e enfatizar a *disciplina* – que une.

¹⁴ Um bom exemplo pode ser o culto a Caxias, historicizado em CASTRO, Celso. *A Invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. Já a desconstrução da imagem de Caxias pode ser vista em: SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: O homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

¹⁵ CASTRO, Celso. *A Invenção do Exército Brasileiro*. Op.cit.

¹⁶ Idem. pp 41-42.

Outro elemento importantíssimo na estratégia de fortalecimento da corporação militar nos anos 1930 foi a reestruturação do corpo de oficiais. Uma série de expurgos, promoções e mudanças nas vias de acesso aos postos foram colocadas em prática. Em sua “fase política na organização”, anterior aos anos 1930, os soldados eram recrutados entre o proletariado por duas vias distintas. A primeira era a apresentação voluntária, enquanto a segunda correspondia à conscrição. Os oficiais graduados entravam no Exército pelas mesmas vias, não passando de soldados promovidos. Desse modo, como destaca Carvalho, o oficialato não era um privilégio da classe dominante. Muitos oficiais eram recrutados nas próprias fileiras do Exército, por meio das promoções de subtenentes a segundo-tenentes.

O segundo elemento importante no processo de fortalecimento do Exército foi a operação complexa de fechá-lo à sociedade. O escopo das mudanças que visavam fechar o Exército à sociedade era, segundo José Murilo de Carvalho, o isolamento da Força buscando a sua imunização política. Segundo o autor, as principais mudanças – e também as mais explícitas - se concentraram na seleção e formação do corpo de oficiais. Entre as medidas, buscou-se dificultar a promoção de praças a oficiais. Se, em 1891, - como destaca Carvalho - era permitido preencher vagas de segundo-tenente com praças, a partir de 1934, isso só seria possível excepcionalmente, quando não houvesse número suficiente de aspirantes para o preenchimento das vagas e, ainda assim, exigia-se da praça a realização do curso de formação de oficiais. Todavia, depois de 1937, o regulamento de promoções impossibilitava por completo esse tipo de promoção. Somente no ano de 1943, diante da necessidade de incentivo à participação na Força Expedicionária Brasileira essa possibilidade voltaria a existir. José Murilo de Carvalho destaca que as medidas pensadas e postas em prática para fechar o Exército à sociedade não foram consensuais no interior do Exército e já era fruto da vitória do grupo conservador na instituição.¹⁷

Mudanças referentes ao recrutamento de oficiais afetaram diretamente a Escola Militar, e, a partir de 1940, o ingresso era controlado por filtros que submetiam os candidatos a uma avaliação metódica e claramente discriminatória, sobre sua situação familiar, nacionalidade, religião, orientação política e condições morais. Esses seriam os filtros colocados na porta de entrada para o oficialato do Exército brasileiro.¹⁸

¹⁷ Idem. p. 79.

¹⁸ “Forças Armadas e Política, 1930-1945”. In: CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil. Op cit.* p. 80.

Esses filtros, identificados por José Murilo de Carvalho, foram analisados em profundidade por Fernando Rodrigues que construiu como objeto de estudo os padrões de discriminação na Escola Militar do Realengo entre os anos de 1937 e 1945. Já a versão oficial, difundida na “História do Exército Brasileiro”, editada pelo Estado Maior do Exército, afirma que foi durante o período compreendido entre os anos de 1920 e 1940, anos em que a Missão Militar Francesa esteve à frente das instruções de várias instituições de ensino militar, que o Exército brasileiro “elevou o nível da sua oficialidade, definindo critérios rigorosos para a seleção de seus chefes”.¹⁹ Essa seleção, com a afirmação de padrões altamente discriminatórios como sendo “elevados”, ou seja, positivos, só contribuía para a reprodução da discriminação no interior do Exército.

O candidato ao oficialato deveria ter nascido no Brasil e ser filho legítimo de brasileiros também natos, não sendo permitido o ingresso na Escola de Formação de Oficiais de estrangeiros ou naturalizados. Além disso, o futuro oficial deveria pertencer - como destaca a nota secreta do Ministro da Guerra, o general Eurico Gaspar Dutra, para o comandante da Escola Militar - a uma “família organizada e de bom conceito, ser física e mentalmente sadio, não ser de cor, e não ser judeu, maometano ou ateu confesso”.²⁰

Vale ressaltar que essas restrições não foram abolidas com o fim do Estado Novo, mantendo-se, ainda que não integralmente, durante o regime inaugurado com a Constituição brasileira de 18 de setembro de 1946.²¹

José Murilo de Carvalho apresentou ainda outro instrumento de isolamento dos oficiais: a legislação sobre a participação em organizações de caráter político-partidário. Apesar dessa participação ter sido bastante intensa nos anos seguintes à “Revolução de 1930”, a partir de 1933 começa a se perceber uma tendência ao veto à participação em qualquer organização política sob o pretexto da intimidade entre os pontos de contato entre a política e as Forças Armadas.²²

¹⁹ *História do Exército Brasileiro: perfil militar de um povo*. Vol. 2. Brasília e Rio de Janeiro: Edição do Estado Maior do Exército. p. 813.

²⁰ RODRIGUES, Fernando. *Indesejáveis: Instituição, Pensamento Político e Formação Profissional dos Oficiais do Exército Brasileiro (1905-1946)*. Paco Editorial.p.151.

²¹ “Forças Armadas e Política, 1930-1945”. In: CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. *Op cit.* p. 80.

²² *Idem.* pp 79-80.

Por outro lado, com o decreto nº 22.885 de 1933, o Exército se abria à sociedade. Uma abertura devidamente controlada e hierarquizada. O decreto tornava o certificado de serviço militar obrigatório para o exercício de cargo público, exigência que, mais tarde, foi incorporada à Constituição de 1934. José Murilo de Carvalho afirma que esse decreto teve um peso maior que a campanha de Olavo Bilac com seus “apelos patrióticos”.²³ Outras medidas, como a negação do direito de pleitear em juízo o não cumprimento das obrigações militares e a instituição de multas para insubmissos, ajudavam no processo de abertura da sociedade ao Exército.²⁴

A ampliação do sistema de ensino militar teria atraído jovens "bem nascidos" para o quadro de oficiais graduados. Os alunos das Escolas Preparatórias que não conseguissem ingressar na Escola Militar eram aproveitados como sargentos visando, assim, elevar o nível social do grupo. Carvalho afirma que, ainda de maneira precária, o Exército começava a se vincular a todas as classes sociais. Além disso, se na primeira fase, identificada por José Murilo de Carvalho como a da "política na organização", o soldado só saía do Exército por expulsão ou no final de carreira, na “fase de política da organização” isso mudou, pois a maioria dos recrutas passou a ser composta por jovens que, após um ano de serviço, retornavam à vida civil.²⁵

Na leitura proposta pela *História do Exército Brasileiro*, a estagnação do Exército teria se dado no final da monarquia, quando teriam cessado os investimentos na evolução dos métodos de combate e na renovação do material bélico. A partir desse momento, o Exército teria, malgrado os esforços do que é identificado como uma “elite do profissionalismo militar”, caído em total estado de estagnação. O marco para o início do ciclo de reformas militares - de acordo com essa versão oficial - seria após a proclamação da República, com a reforma instituída em 1890 pelo regulamento Benjamim Constant. Ainda assim, esse regulamento possuía um grave defeito: não contemplava uma “instrução militar adequada”, ignorando o tema da reforma nas escolas de formação de oficiais. Desse modo,

²³ A partir de 1915, Olavo Bilac empreendeu vasta propaganda, de âmbito nacional, em prol do serviço militar obrigatório. A campanha seria marcada por sua ênfase em ideais de civismo e patriotismo.

²⁴ “Forças Armadas e Política, 1930-1945”. In: CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Op cit. p.76.

²⁵ “Idem. p. 77.

ciclo de reformas teria terminado, ainda segundo essa versão institucional, em 1940, com a Missão Militar Francesa.²⁶

A “Lei de Organização do Ministério da Guerra”, aplicada integralmente a partir de janeiro de 1939, apontava para a importância do Ensino Militar nesse projeto de Reforma. Foi regulamentado que os Colégios Militares, a Escola de Educação Física, o antigo Instituto Geográfico²⁷, a Escola Técnica, a Escola Militar, e a Escola das Armas ficariam sob a direção da Inspeção do Ensino, que deveria entrar em entendimento com as Diretorias das Armas para que fosse mantida a “necessária uniformidade no ensino de cada uma delas”.²⁸

Todas essas mudanças perpetradas no Exército tinham um objetivo muito claro: homogeneizar ideologicamente o oficialato, o deixando imune a doutrinas consideradas corrosivas tanto à corporação quanto à nacionalidade. No entanto, entendemos que a descrição dessas medidas, apesar de necessária, não é suficiente. Devemos examinar ainda o que tornou possível a elaboração e, principalmente, a implementação desse projeto, apresentando as condições de possibilidade da gestação de uma política institucional.

I.2. Em Guarda (contra o comunismo)

O IGHMB - na avaliação do capitão Umberto Peregrino, em livro clássico sobre a Biblioteca do Exército - foi criado sob as mesmas preocupações que permeiam a criação da Editora Biblioteca Militar, devendo funcionar como uma peça de trabalho anticomunista entre a oficialidade do Exército. Em 1937, ano de criação dessas instituições, os levantes ocorridos em 1935 estavam ainda recentes, e essas instituições, somadas ainda ao recém criado Arquivo do Exército, seriam peças chave nos planos de reação do governo.

De fato, 1935 foi crucial para uma aproximação entre chefes militares divididos em disputas pela liderança militar no período pós 1930. Além disso, os levantes ocorridos em

²⁶*História do Exército Brasileiro: perfil militar de um povo*. Vol. 2. Brasília e Rio de Janeiro: Edição do Estado Maior do Exército. pp 801-813.

²⁷ Esse instituto foi criado pelo decreto nº19.299 de 5 de junho de 1930 com o objetivo de formar Engenheiros Geógrafos e era subordinado ao Serviço Geográfico Militar.

²⁸*Boletim do Exército*, nº 19, 5 de abril de 1938. pp.1063.

1935 possibilitaram a elaboração da ideia de inimigo comum tanto na coesão dos quadros superiores quanto na articulação destes com os demais escalões do Exército.²⁹

Para Edmundo Campos Coelho, o anticomunismo:³⁰

Revestiu-se de um significado político particular com referência à organização militar. Realmente, a semântica do anticomunismo na área militar adquiriu cada vez mais característica de *dramatização*, ou seja, de uma estratégia de comunicação particularmente eficaz para unir os componentes da organização em torno de uma mesma definição de situação.

Formou-se o clima favorável à aplicação das medidas de exceção até que, finalmente, fosse instaurada a ditadura do Estado Novo. Este regime só se tornou possível porque atendia aos interesses do Exército tal como eram interpretados pela liderança militar que o garantiu. Embora com uma chefia civil no governo, o Estado Novo foi, de fato, uma ditadura dos militares: eles a instauraram, impuseram quase sempre os seus pontos de vista e eles a cancelaram. Quaisquer que tenham sido os interesses nacionais aduzidos, eles foram interpretados pelo prisma dos interesses do Exército.

Os trabalhos em torno do IGHMB integram esforços que, no que tange ao plano político, correspondem à construção da memória e da História desse novo Exército. O seu compromisso com a união da Força e as representações dos militares do passado podem ser vistos como componentes de um mesmo momento. Um dos pronunciamentos que destaquei na epígrafe, o do então coronel Valentim Benício da Silva, demonstra sua crença no papel pedagógico das vidas exemplares. Essas vidas, oferecidas ao militar por meio de uma bem definida história militar, deveria, segundo essa crença, influenciar a maneira como os indivíduos se relacionam com o Estado e com a sociedade, fazendo do discurso histórico um campo de luta perfeito, onde se produz e reproduz determinadas ideias e se constroem posicionamentos contrários a outras, consideradas nocivas à organização militar. Dentre as ideias mais hostilizadas estava o comunismo, retratado pelo ministério da Guerra ao longo de toda a década de 1930, como sendo incompatível com a condição do militar. Em circular aos comandantes de regiões e diretores de serviços do ministério da guerra, o então ministro general Eurico Gaspar Dutra afirmou que o militar, oficial ou soldado, praticante ou adepto do comunismo, enxovalha a farda que vestia, sendo indigno de vesti-la e conduzir as armas que a nação lhe concedeu para defender as instituições que o comunismo visava destruir.³¹

²⁹COELHO, Edmundo C. *Em busca de identidade*. Op cit. p. 121.

³⁰Idem. p122.

³¹*Em Guarda contra o comunismo*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1937.p.40.

José Murilo de Carvalho afirma que as revoltas de 1935 provocaram transformações significativas na legislação, destacando a emenda número 2 à Constituição de 1934. Essa emenda permitia que fossem cassadas as patentes dos oficiais que se envolvessem em atividades subversivas, o que resultou na expulsão de um número expressivo de oficiais. Ainda sobre a medida, o autor destaca que:³²

(...) A medida era tão radical que provocou reação do próprio Góes Monteiro, que a acusou de desmoralizar o corpo de oficiais, favorecendo assim, mais do que dificultando, a bolchevização do país. A Constituição de 1937 revogou a medida, mas incorporou a proposta de Góes: proibição do voto a todos os militares da ativa. Retirou também a cláusula “dentro da lei”, obrigando as Forças Armadas à “fiel obediência ao presidente da República”. Cortava-se pela raiz mais um laço de contato entre oficiais e o mundo civil.³³

Em documento elaborado para apresentar métodos eficientes na repressão ao comunismo no interior do Exército, o então tenente coronel Angelo Mendes de Moraes representa o comunismo como sendo o responsável pela destruição da disciplina e da hierarquia no interior do Exército, devendo ser “extirpado, eliminado e esmagado com a maior energia possível”. Para essa eliminação, o Ministério da Guerra, com o apoio do Governo Federal e dos Governos Estaduais, além do auxílio de organizações policiais civis e militares estabeleceram um plano de repressão ao comunismo, criando no Ministério da Guerra, em caráter secreto e permanente, a “Comissão Central Militar de Repressão ao Comunismo”. Essa comissão seria composta por três membros: dois oficiais superiores e um tenente-coronel ou coronel chefe, cujos nomes não foram divulgados. Apesar de o comunismo ser o alvo preferencial da repressão, “outros extremismos” também deveriam ser - na avaliação do tenente-coronel - combatidos entre os militares.³⁴

O documento define quinze finalidades da Comissão Central Militar de Repressão ao Comunismo. A mais importante delas se dedica a refletir sobre a criação de uma campanha anticomunista no interior do Exército. Essa campanha organizaria também as bases da

³²“Forças Armadas e Política, 1930-1945”. In: CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. *Op cit.* p.82.

³³ A cláusula “dentro da lei” foi escrita na Constituição de 1891. Por relativizar a obediência dos militares foi utilizada pelos tenentes na década de 1920 para justificar revoltas.

³⁴ Este documento faz parte do Fundo Góes Monteiro do Arquivo Nacional (notação 664) e apesar de não estar datado no inventário analítico posso inferir que tenha sido produzido na década de 1930, pois Angelo Mendes de Moraes era tenente coronel no momento de produção do documento. A crença de se tratar de um documento da década de 1930 tem respaldo no fato do militar ter sido promovido a tenente-coronel em 16/06/1933 e a coronel em 07/09/1938. Logo, o documento deve ter sido produzido entre os anos de 1933 e 1938. Cf. *Almanaque do Exército para o ano de 1941*.

repressão ao comunismo, com a confecção de listas dos principais elementos comunistas identificados nos quadros do Exército e a realização de sindicâncias junto às unidades e estabelecimentos militares. O documento previa ainda a elaboração de fichários com informações sobre a atuação dos elementos considerados suspeitos de extremismo no interior do Exército e, a partir desses dados, seriam propostas transferências de sargentos e oficiais comprometidos para unidades famosas pela ordem e energia de seus comandantes.

Ainda nessa lista das finalidades da Comissão de Repressão ao Comunismo, três merecem destaque especial. Diferente das demais, elas não buscavam investigar, catalogar e punir, mas apresentavam uma preocupação em modelar condutas:

(...) f) estabelecer um plano de propaganda anticomunista, por meio de palestras, conferências, publicações e impressos, nos corpos de tropa e estabelecimentos militares, procurando evidenciar não só o fracasso de tal sistema na Rússia, com a nocividade de qualquer extremismo no seio das classes armadas e a nenhuma razão de ser em nosso país.

i) procurar por todos os meios suasórios alheiar os quadros e a tropa das paixões partidárias e das ideias extremistas, tendo em vista que o esforço principal deve ser dirigido, agora e com todo o vigor, contra o comunismo

j) procurar, por meio de sugestões aos órgãos superiores, alheiar a tropa e os quadros das campanhas políticas, não esquecendo que o meio mais eficaz e salutar é o do trabalho intensivo nos quartéis, das instruções militares e das competições atléticas, obrigando-os assim a empregar as horas de folga em repouso físico para a labuta do dia seguinte.

Na mesma década, em março de 1934, o então primeiro tenente Severino Sombra de Albuquerque, idealizador e secretário do IGHMB, redigiu, a pedido do general Góes Monteiro, então ministro da Guerra, um plano intitulado “Política Social do Exército”³⁵.

Essa política social do primeiro tenente Sombra era composta por três partes, sendo a primeira destinada a pensar a “exposição e o projeto”, enquanto a segunda se dedicava ao “método e execução” e a terceira e última apresentava o “esquema”.

A "exposição" do plano destaca uma “afirmação de personalidade” do povo que seria histórica e moral, resultado de uma marcha de séculos em um destino próprio na vida da humanidade. Essa personalidade estaria presente na linguagem do povo, nos seus hábitos,

³⁵ Referência AN 684. – SA684.1.2.

suas artes, suas tristezas e alegrias. Em suma, em todas as suas manifestações. A afirmação dessa personalidade seria o traço mais distintivo dos movimentos nacionalistas. O tenente Severino Sombra identifica essa personalidade no fascismo italiano, no nazismo alemão, no kemalismo turco e no nacionalismo lusitano. Esses movimentos seriam a reação instintiva dos organismos nacionais contra o avanço do comunismo em sua tentativa de “derrubar as fronteiras das Pátrias, esmagando as almas dos povos, para estabelecer a sociedade em massa, não mais conforme o ritmo humano e natural da espécie, mas segundo um ritmo bárbaro e aritmético do número”. O movimento nacionalista teria o papel de abrir um “caminho revolucionário”, sempre se referindo a uma “Revolução Nacionalista”:

Quando um povo não teve ainda a capacidade de fazer surgir um grande movimento nacionalista que lhe rasgue um caminho revolucionário – é o caso do Brasil – cumpre ao Estado, aos grandes corpos nacionais, como o Exército e a Marinha, o professorado e as associações de caráter patriótico, o dever de organizar a defesa social da Nação e dos seus órgãos vitais.³⁶

Além da simbiose Exército-Estado, o primeiro-tenente Severino Sombra não deixa de fazer alusão às “associações de caráter patriótico”. Vale destacar que esse documento foi produzido cerca de um ano e meio antes da inauguração oficial do IGHMB, e que o primeiro tenente em questão foi o idealizador da instituição inaugurada oficialmente em 1936. Ou seja, o IGHMB constituía sem dúvida uma dessas associações patrióticas.

A partir daí, o primeiro tenente se dedica a expor de que maneira deveria ser feita o que chamou de “defesa social da Nação”, denunciando aquilo que considerava ser as brechas dessa defesa. A primeira dessas brechas seria causada pela “ignorância lastimável do corpo policial” que, na avaliação do primeiro tenente Sombra, agia de maneira “contraproducente”. Sem fornecer uma explanação mais satisfatória sobre o que seria esse caráter “contraproducente” do corpo policial, Severino Sombra passa à exposição da segunda brecha. Para o primeiro tenente Sombra, o Brasil possuía uma legislação social desastrosa, levada a cabo por um governo liberal-burguês, que fazia concessões sociais apenas para “acompanhar a moda”, sem que houvesse nenhum sentido orgânico nacional. Essas duas brechas seriam, na visão de Severino Sombra, um perigo constante.

Esses dois “males” teriam um caráter permanente e, somado a eles, teria outro, marcado por sua periodicidade e que trazia, segundo a crença do primeiro tenente Sombra,

³⁶Idem. Os destaques são do autor.

consequências desastrosas: as “revoluções liberais-democráticas”. Essas revoluções seriam responsáveis, na opinião do capitão, pela desorganização econômica e pela “desilusão popular”, se transformando, assim, na melhor aliada da “Revolução Comunista Internacional”. O primeiro tenente identifica também uma “crise” no Exército, que exigia medidas urgentes para que a disciplina, quebrada em 1930, fosse reajustada. Sobre isso, ele destaca que:

A crise de que padece atualmente o nosso Exército e que vem do tempo dos Sennas Madureiras, dos Migueis Frias e de outros militares do fim do Império que não possuíam a menor noção de dever militar agravou-se com a brusca subversão hierárquica provocada pela insurreição de Outubro. Um enérgico reajustamento disciplinar – uma obra urgente e que exige prudência e prestígio da parte dos chefes – ainda conseguirá por o nosso Exército num relativo pé de segurança. Acresce que, vindos na maioria do sertão, os nossos recrutas são pouco permeáveis a propaganda comunista. O contato com a cidade, corrompe-os, porém. E a prova é o enorme desenvolvimento do comunismo no meio dos marinheiros cujo longo tempo de serviço deixa-os mais demoradamente nos grandes centros onde a propaganda comunista se faz sentir ativamente.

Mas é preciso compreender que a relativa segurança de que ainda gozamos é uma questão de tempo. No próprio interior já se organizam células do P.C. A última seca do Nordeste revelou quão adiantado vai o trabalho da organização comunista no sertão.

O que o primeiro tenente faz a todo momento em seu “plano de educação” é tentar convencer o ministro de que os trabalhos de combate ao comunismo deveriam ser apressados, e imagino que essa cartilha deve ter se intensificado ainda mais no ano seguinte, após os acontecimentos de 1935. Na concepção de Severino Sombra, o Exército, mesmo que padecendo de defeitos orgânicos, seria o único elemento de vigilância da Nação. Por esse motivo, ele sugere a necessidade urgente do Exército adotar uma “política social”. O primeiro ponto essencial a ser trabalhado por essa política seria a manutenção da personalidade nacional, tornando vivos os sentimentos patrióticos e combatendo, assim, todas as “forças desnacionalizadoras”. Transcrevo abaixo quais seriam as bases da política social do Exército proposta pelo capitão:

- 1) Restabelecimento da liturgia militar com todo o seu brilho e força de sugestão;
- 2) Comemoração grandiosa das datas nacionais de acordo com planos estabelecidos para todas as guarnições do país, atraindo os meios civis aos quartéis para assistir a exercícios e provas esportivas;

- 3) Ação especial junto às E.I.M e aos C.P.O.R. no sentido de aproveitar a instrução como estímulo patriótico – trabalho preliminar junto aos instrutores;
- 4) Penetração no seio dos grandes núcleos estrangeiros segregados da vida nacional (japoneses em Mato Grosso, por exemplo) por meio de instrutores de educação física especialmente escolhidos e preparados;
- 5) Aproximação das organizações operárias para desenvolvimento de enérgica ação patriótica em seu meio, através de uma Lei de Sindicalização que ligue os sindicatos ao Exército por E.I.M., Escolas de Instrução Técnica Especial (operários metalúrgicos, ferroviários, eletricitas, automobilistas, mecânicos, correeiros, fundidores e etc) e Corpos de Reserva de Especialistas. Ganha ainda o Exército, aperfeiçoando assim o seu Plano de Mobilização;
- 6) Ação especial na 2ª, 3ª e 4ª Regiões militares onde o Exército, mercê das lutas políticas dos últimos quatro anos, sofre material e moralmente delicada crise em meio a um ambiente pouco simpático. O êxito dessa ação repousa sobretudo na escolha, para essas Regiões, de brilhantes chefes capazes de impor respeito e confiança pela sua inteligência e pelo seu prestígio;
- 7) Estímulo à literatura patriótica por meio de concursos organizados periodicamente. Criação de prêmios permanentes que, pelo seu valor e justiça da distribuição, marquem época na literatura nacional;
- 8) Trabalho do Alto Comando junto ao Governo do país no sentido de evitar a adoção de medidas claramente perigosas à personalidade nacional.

Como veremos mais adiante, ao tratarmos do funcionamento do IGHMB, o tema da "personalidade nacional" acompanha Severino Sombra. Ele constitui o primeiro argumento apresentado pelo então capitão na cerimônia de inauguração do IGHMB para justificar sua criação em 1936.

O segundo ponto da "política social do Exército" diz respeito às Revoluções Liberais, uma vez que os comunistas se aproveitavam dessas revoluções como excelentes meios de cultivo para suas ideias. A visão que o primeiro tenente Sombra tem do quadro é a de qualquer revolução resultaria no avanço do comunismo. Logo, seria necessário, a qualquer custo, trabalhar para que as Revoluções Liberais fossem evitadas. Trabalho que caberia ao Exército, uma vez que este seria - na concepção do primeiro tenente - “a única força capaz, até certo ponto, de impedir que elas surjam”. Essa ação seria realizada especificamente pelo Alto Comando do Exército e seria composta por três aspectos:

- 1) Pressão discreta sobre os políticos e caudilhos nacionais que desejarem lançar o país em revolução;
- 2) Atitude de absoluta independência ante as forças antagônicas, sejam elas

quais forem, não esquecendo que nos Estados Liberais, como é o nosso, o Governo não representa nada mais do que a facção política vitoriosa no momento;

3) Intervenção, decisiva do Exército, para esmagar a guerra civil cujo surto não puder ter sido evitado, aniquilando os dois contendores e assumindo a chefia da Nação durante o tempo estritamente necessário para que se processem os atos legais da “soberania nacional”.

O primeiro tenente ressalta a necessidade de o Exército estar absolutamente coeso em torno do Alto Comando para que a política social pudesse ser realizada. Além disso, todo o Alto Comando deveria estar impregnado de uma “profunda consciência patriótica”, e em profunda comunhão com as ideias do ministro Góes Monteiro sobre a atuação do Exército em bloco e o esmero em se fazer uma política “do Exército”. O capitão destaca que:

Convém frisar bem que a ação do Exército deve ser totalitária e para impedir um desastre nacional e não para politizar junto às forças políticas do País. Não cabe ao Exército orientar politicamente a Nação, dar forma nova ao Estado, mas tão somente garanti-lo até que elementos novos operem o ressurgimento nacional e estabeleçam no Brasil um outro regime. Mais simplesmente: ao Exército cabe, hoje em dia, guardar a Nação, a Pátria e, não, o Estado.

Para que o Exército fosse capaz de defender a personalidade da Nação e evitar revoluções liberais no país, duas coisas eram necessárias. Em primeiro lugar, o Exército deveria defender sua própria personalidade. O meio para alcançar essa defesa seria, ainda segundo o primeiro tenente Severino Sombra, realizar uma contra ofensiva em regra contra o comunismo. Em seguida, deveria se formular um “Plano Geral de Educação Patriótica e Social” capaz de atingir militares de todos os postos e funções. Em suas palavras, tratava-se de criar no Exército “uma forte consciência coletiva perfeitamente homogênea”.

É importante frisar que o material utilizado pelo primeiro tenente para legitimar seus planos de ação são fragmentos de publicações que buscam informar sobre a propaganda comunista no seio do Exército czarista. Algumas das obras citadas são “Leninismo teórico e prático”, atribuído a Stálin, “A Esquadra Vermelha e o Exército Vermelho”, sem autor identificado, as “Vinte e Uma Condições”, escritas por Lênin e adotadas pelo Segundo Congresso Internacional Comunista, “O trabalho dos bolchevistas no Exército antes da Revolução de outubro”, atribuído a E. Yaroslavski, “Antimilitarismo revolucionário”, atribuído a L. Alfrod, J. Dupont e Kurt Fischer, e, finalmente, “O soldado do Exército

Vermelho”, sem referências de autor. Muitas vezes - seja por ignorar a autoria, seja como estratégia retórica - o primeiro tenente Sombra cede à generalização, referindo-se aos autores somente como “os comunistas”. Essas exposições são constantes em toda a redação de seu "Plano Geral de Educação Patriótica e Social" elaborado pelo então primeiro tenente e apontam para sua constante preocupação em lutar contra o comunismo, fazendo uso dos mesmos métodos empregados pelos comunistas. O primeiro tenente chegou a transcrever o programa de um dia de serviço no Exército Vermelho para que se pudesse observar a atenção dedicada a seu preparo ideológico, grifando sempre, tudo o que fizesse referência à educação política dos soldados, além de destacar também o uso de um jornal mural, do rádio e do cinema. As comemorações do 1º de maio seriam outro exemplo a ser seguido, pois, segundo o primeiro tenente, essas comemorações eram feitas com grandiosidade e eram capazes de aglutinar soldados de todos os cantos da Rússia. Em suas palavras:

Aproveitemos esta magnífica lição que o Exército Vermelho nos dá e apliquemos a sua técnica à defesa nacional de nosso Exército e à preparação ideológica e patriótica dos nossos militares.

Não hesitemos em empregar os próprios métodos soviéticos na ofensiva contra o comunismo.

Indignado, Severino Sombra lembra que enquanto se criou na Rússia a “Ordem da Bandeira Vermelha”, a República brasileira aboliu as condecorações, restando aos militares brasileiros somente as medalhas por tempo de serviço que - em sua avaliação - eram “conferidas indiferentemente a espíritos brilhantes e trabalhadores e a figuras mediócras”.

Ao descrever os métodos utilizados para se alcançar a preparação ideológica do Exército, o primeiro tenente Severino Sombra enfatiza o papel das Escolas Militares. Nelas seriam criadas cadeiras especiais nos cursos. Os responsáveis pelo ensino deveriam ser de mais absoluta confiança, patriotas e nacionalistas. A Escola Militar do Realengo deveria receber maior dedicação, por ser o centro formador de oficiais. Nela, deveria ser implantada uma cadeira de sociologia no curso dos cadetes, não podendo esse tipo de ensino ser diluído em outra cadeira. Do contrário, os futuros oficiais teriam uma visão superficial dos problemas sociais do mundo contemporâneo. Essa diluição seria contraproducente no sentido de mais ativar a curiosidade que orientá-los decisivamente em um sentido sociológico. Na concepção do capitão, essa curiosidade poderia levá-los mais facilmente à “literatura vermelha”.

O programa da cadeira proposta pelo capitão era composto por duas partes principais. Uma dessas partes se dedicava à sociologia geral, onde a crítica às escolas sociológicas e ao movimento social seria amplamente explorada, enquanto a outra parte se debruçaria sobre a análise da formação, evolução e vida social do Brasil.

A preparação ideológica também se faria na Escola de Estado Maior, na Escola de Serviços e na Escola de Sargentos. Na primeira delas, dedicada a fornecer aos oficiais ensinamentos estratégicos, táticos e logísticos, seria implantado um curso de conferências, que deveria ser conduzido por figuras que adotassem uma postura antimarxista e nacionalista. Severino Sombra já tinha até mesmo nomes a serem indicados: Tristão de Athayde e Oliveira Viana. Esses conferencistas deveriam se encarregar de desenvolver o programa das conferências que, por sua vez, se concentrariam nas teses fundamentais da sociologia, nos “erros de princípios” da doutrina marxista e em suas consequências, além dos problemas econômico-sociais brasileiros. Já nas Escolas dos Serviços e nas Escolas dos Sargentos, a aula deveria ser de “Noções de Economia Social” e teriam a finalidade de debater os pontos da questão social, tais como a propriedade, o trabalho, capital e a pátria, criticando com acidez as soluções marxistas.

Outra sugestão do primeiro tenente apontava para a criação de um órgão de direção para comandar essa contra ofensiva sobre o comunismo. Esse órgão ficaria diretamente subordinado ao gabinete do ministro da Guerra Pedro Aurélio de Góes Monteiro, o que facilitaria suas ações, podendo mais tarde se transformar em um departamento especializado, ou mesmo em uma seção do Estado Maior. Cabe ressaltar que o empenho em prol de uma preparação ideológica deveria ser permanente, uma vez que o “perigo” do comunismo não era visto pelo primeiro tenente Sombra como algo passageiro.

Não foi possível verificar se esse órgão de fato foi criado. Todavia, recorrendo mais uma vez ao documento elaborado pelo então tenente-coronel Angelo Mendes de Moraes, dedicado a pensar os métodos para reprimir o comunismo no interior do Exército, é preciso lembrar a criação no Ministério da Guerra, em caráter secreto e permanente, da “Comissão Central Militar de Repressão ao Comunismo”. A Comissão - não é demais destacar - funcionou no interior do Ministério da Guerra. Além disso, o anticomunismo contribuiu para o estreitamento de laços entre o Ministério da Guerra, o Governo Federal e os Governos Estaduais, resultando na reorganização das polícias civis e militares. .

A década de 1930, período de produção dos documentos acima citados, representa um marco no que se refere à intensificação de manifestações anticomunistas. Rodrigo Patto Sá Motta localiza no ano de 1934 uma séria subida na temperatura da política nacional. No período, as atividades de grupos situados tanto à esquerda do espectro político quanto aos situados à direita cresceram consideravelmente. A militância radical era estimulada pela polarização mundial, que colocava em lados opostos o fascismo e o comunismo. Motta ressalta ainda que a instabilidade também era alimentada por interesses regionalistas, “que pressionavam o poder central (significativamente, não se conseguiu estruturar um sistema partidário nacional) e por conspirações emanadas da esfera militar”. O autor segue destacando outros fatores que fizeram do ano de 1934 um marco:³⁷

O crescimento da influência comunista se fez sentir por meio da eclosão de uma série de greves, que afetaram as principais capitais brasileiras. De abril a dezembro de 1934, diversas categorias de trabalhadores cruzaram os braços, entre elas: ferroviários, marítimos, telegrafistas, bancários, padeiros, funcionários de cartórios, em transportes, funcionários dos correios e eletricitários [...]

Nelson Werneck Sodré também descreveu esse cenário. Em sua descrição, o período compreendido entre fins de 1930 e fins de 1935 foi marcado por uma “grave e alastrada agitação política”. Motins, pronunciamentos militares e sucessivas greves operárias traziam para o período em questão, condições favoráveis para uma situação revolucionária. O autor recupera alguns números bastante expressivos para assinalar a instabilidade do período. Apenas no ano de 1935, nove pastas ministeriais haviam sido ocupadas por 34 pessoas enquanto que os vinte estados existentes à época tiveram nada menos que 94 governadores. A agitação crescera também no meio do proletariado desde os fins de 1930 quando tiveram início os movimentos grevistas em São Paulo. Enquanto os números das greves caem no ano de 1931, o ano de 1932 esses números voltam a crescer, assinalando-se a presença do Ministério do Trabalho, criado pelo Governo Provisório. No mês de maio de 1932, mais de 100.000 têxteis pararam os trabalhos, invadiram as fábricas e criaram o seu comitê de greve, permanecendo parados por mais de 30 dias. Os movimentos grevistas só voltaram a declinar no ano de 1933, com a recuperação econômica, voltando a crescer no ano seguinte – 1934 -

³⁷MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002. p. 179.

tendo agora um novo elemento: a presença de elementos partidários, cuja participação está relacionada às eleições regionais. Diversas categorias paralisaram o trabalho: ferroviários, marítimos, metalúrgicos, têxteis, garçons, padeiros e até funcionários. Já no ano de 1935, Werneck Sodré destaca um recrudescimento dos movimentos operários em todos os estados. Nesse período, algumas greves políticas se impõem, em particular contra o projeto de Lei de Segurança Nacional. Essas agitações envolveram os problemas políticos mais importantes, como os provimentos dos governos dos estados e as funções ministeriais. É nesse momento que, segundo Sodré, “a luta pelo poder chega a níveis acentuados de acirramento”, atingindo uma área em que se torna ameaçadora, a dos militares, que passam a lutar pelo reajuste de seus vencimentos, gerando crises que fomentavam a indisciplina.³⁸

O anticomunismo foi utilizado em diferentes momentos da história política brasileira para legitimar uma reação conservadora. Esses usos não se restringem ao Estado Novo e ao regime militar brasileiro inaugurado em 1964. Embora a ação repressiva tenha sido uma marca do governo provisório de Getúlio Vargas, foram os levantes de 1935 que abriram o caminho para o cerceamento das liberdades civis.³⁹

Os levantes ocorridos em novembro de 1935, amplamente conhecidos como “intentona comunista”, foram, como se vê, apenas o “pretexto concreto” para o acirramento de políticas anticomunistas já em curso. Esses eventos foram narrados de maneiras distintas pela historiografia. Motta cita autores que preferem flexionar o termo “levantes” no plural a usá-lo no singular. A intenção do plural é colocar em destaque a falta de coordenação das ações, rompendo com a ideia de unidade.⁴⁰

Fernando Rodrigues constrói o evento como a deflagração de um movimento armado cujo objetivo era derrubar Getúlio Vargas e instaurar um governo popular. Em sua versão dos fatos, o episódio teria sido preparado pela ANL, fechada pelo governo em julho de 1935 e posta na ilegalidade através da Lei de Segurança Nacional, em voga desde abril do mesmo ano. No quadro pintado por Rodrigues, Luís Carlos Prestes chefiava o levante militar que

³⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. *A Intentona Comunista de 1935*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. pp.81-82.

³⁹ SILVA, Carla Luciana. *Onda Vermelha: Imaginários Anticomunistas Brasileiros (1931-1934)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. p.26.

⁴⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*. Op cit. pp. 185-186.

deveria ser iniciado em diversas regiões do país contando com o suporte da classe operária que desencadearia greves por todo o país.⁴¹

Uma versão diferente dessa foi apresentada por Rodrigo Patto Sá Motta. Em sua versão, embora o levante tenha se dado sob a bandeira da ANL, ele teria sido preparado e desencadeado por comunistas locais. Os militares teriam tomado a iniciativa e colocado o partido “contra a parede”. O secretariado do Nordeste, órgão dirigente do Partido Comunista na região, teria sido apanhado de surpresa ao tomar conhecimento do levante em Natal. Após uma extensa exposição dos conflitos, o autor ressalta não ter dúvidas quanto ao fato de o comando das ações ter pertencido aos comunistas, ainda que se considere o programa da rebelião não como comunista, mas *aliancista*, alertando para o fato de que todos os participantes eram filiados à ANL. Motta destaca também que o movimento que teve início em Natal foi provocado por motivos fortuitos não sendo, portanto, fruto de um planejamento sistemático dos revolucionários. No entanto, esses motivos levam o autor a tratar como inquestionável o papel dos comunistas enquanto dirigentes dos três episódios: as ações foram decididas, planejadas e executadas por homens do partido comunista.⁴²

Destaquei essas versões por acreditar que todas elas comportam algo crucial para termos a dimensão da preocupação do Exército com as divisões em seu interior. A presença de partidos impunha essa preocupação e esse tema deveria receber uma atenção especial. No mesmo ano de 1935, a ANL seria lançada na ilegalidade e, mais tarde, em 1937, logo após a instituição do Estado Novo, o Decreto-Lei nº 37 de 2 de dezembro do mesmo ano dissolvia todos os partidos políticos do país. Esse decreto foi publicado no boletim do Exército três dias após sua promulgação, talvez pelo fato do seu quinto artigo ser endereçado diretamente aos militares. Esse artigo proibia os militares do Exército e da Marinha, bem como aos membros de outras corporações de caráter militar, pertencerem às sociedades civis em que se transformassem os partidos políticos.⁴³

Menos de um mês antes da promulgação desse decreto, na ocasião da proclamação lida no Palácio Guanabara e transmitida pelo rádio na noite de 10 de novembro, Vargas explicou as razões do golpe de Estado e da nova Constituição. O destaque era dado às

⁴¹ RODRIGUES, Fernando. *Indesejáveis: Instituição, Pensamento Político e Formação Profissional dos Oficiais do Exército Brasileiro (1905-1946)*. op cit. p.126.

⁴²MOTTA,RodrigoPatto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*. Op cit.p. 188.

⁴³*Boletim do Exército*. Nº67, de 5 de dezembro de 1937. p. 1294.

disputas eleitorais e partidárias, além de falhas na Constituição de 1934. Sobre os partidos políticos ele afirmava que:

(...)Tanto os velhos partidos como os novos, em que os velhos se transformaram sob novos rótulos, nada exprimiam ideologicamente, mantendo-se à sombra de ambições pessoais ou de predomínios localistas, a serviço de grupos empenhados na partilha dos despojos e nas combinações oportunistas em torno de objetivos subalternos.

(...)Nos períodos de crise como o que atravessamos, a democracia de partidos, em lugar de oferecer segura oportunidade de crescimento e de progresso, dentro das garantias essenciais à vida e à condição humana, subverte a hierarquia, ameaça a unidade da pátria e põe em perigo a existência da nação, extremando as competições e acendendo o facho da discórdia civil.⁴⁴

Mais uma vez, vemos esboçada a simbiose Exército-Estado. O projeto de um Exército sem partidos não se restringiu à corporação. Em nome da concórdia civil, toda a Nação passou a ser “sem partidos”.

Os anos de 1935 e 1937 foram tomados como marcos para esse processo de homogeneização no interior do Exército. Para Edmundo Campos Coelho, foram os levantes de 1935 que estimularam a coesão militar, pois, uma vez deflagrados, esses levantes mostraram aos chefes militares o quanto o controle da situação estava longe deles. Coelho salienta que, embora as pregações ideológicas fossem conhecidas no meio militar, não se apostava que dela resultaria uma revolta armada visando à implantação de um governo popular e revolucionário. Os acontecimentos de 1935 teriam gerado, dessa forma, um verdadeiro pânico nos chefes militares, propiciando não só uma maior aproximação entre os chefes militares, como também fizeram com que descobrissem que a percepção de um inimigo comum poderia funcionar como um importante fator de aglutinação da oficialidade, e desta com os demais escalões do Exército.⁴⁵

Não por acaso, Coelho descreve o Estado Novo como constituidor de uma fase decisiva na evolução do Exército. Pela primeira vez na história do Exército, uma doutrina definidora do papel da organização militar na sociedade brasileira foi difundida com vistas à criação de um sentimento comunitário. O sucesso desses investimentos ainda pode ser notado em nossa sociedade, já que um dos elementos simbólicos manipulados para a

⁴⁴D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). *Getúlio Vargas*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011. pp.359-360.

⁴⁵COELHO, Edmundo C. *Em busca de identidade*. Op cit. pp. 120-121.

constituição desse “clima de solidariedade” perdura até hoje - o “culto às vítimas da intentona”.⁴⁶

Ao analisar o ritual de rememoração dos mortos que lutaram junto ao governo, Celso Castro também aponta para a revolta comunista de 1935 como peça chave para a institucionalização da ideologia anticomunista no interior das Forças Armadas. Essas comemorações, realizadas anualmente no Rio de Janeiro, teriam o papel de tornar o “sacrifício” desses militares presente, funcionando como uma espécie de renovação de votos anticomunistas do Exército, além de possuir um caráter pedagógico junto as novas gerações de militares.⁴⁷ Além disso, existe a possível relação dos acontecimentos de 1935 com o endurecimento do regime em 1937. Afinal, quando os ministros da Guerra e da Marinha pediram que se decretasse o estado de guerra em setembro de 1937, foram os levantes ocorridos em 1935 somados ao famigerado plano Cohen, “descoberto” em outubro de 1937, utilizado como prova de que havia uma preparação para o que os ministros consideravam ser “a ruína da pátria”. Além disso, a mensagem dos ministros destaca a existência de grupos comunistas dentro do Congresso, protegidos pela imunidade parlamentar. Todas as medidas postas em prática para evitar as agitações teriam sido, segundo os ministros, contraproducentes. Nem a Comissão de Repressão ao Comunismo, nem a Lei de Segurança Nacional puderam capturar os “culpados”, e, já que os “remédios” utilizados não deram resultados, cabia aos ministros, responsáveis pela direção das tropas garantidoras da autoridade do presidente, solicitar a volta do estado de guerra.⁴⁸

Rodrigo Motta, bem como Celso Castro, chama atenção para a realização antecipada das comemorações sobre a vitória da “Intentona Comunista” no ano de 1937. A data da comemoração nesse ano foi antecipada em dois meses, sendo realizada em 23 de setembro e contando pela primeira vez com a presença do presidente Getúlio Vargas. Os autores sugerem que essa antecipação foi pensada de forma a acelerar uma mobilização anticomunista para, assim, ajudar na preparação do cenário para o golpe do Estado Novo. O

⁴⁶ Idem, p. 123.

⁴⁷ CASTRO, Celso. *A Invenção do Exército Brasileiro*. Op cit. p. 52. Segundo o autor, o roteiro do ritual permanece basicamente o mesmo: tropas militares se posicionam junto ao túmulo dos militares mortos, as autoridades civis e militares são recepcionadas, o hino nacional é entoado e flores são depositadas junto ao monumento. Discursos e ordens do dia são lidos seguidos de uma chamada nominal dos mortos ao som de salvas de canhão. A presença de chefes civis só iria desaparecer na década de 1990.

⁴⁸ A Lei de Segurança Nacional foi sancionada pelo presidente Getúlio Vargas em abril de 1935. Em janeiro de 1936 era criada a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, essa comissão estava subordinada ao Ministério da Justiça e reunia em sua composição um deputado, um almirante e um general. Essa mensagem pode ser recuperada na coletânea *Em Guarda contra o Comunismo*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1937. pp.41-46.

plano Cohen seria revelado apenas uma semana depois dessa comemoração, transformada pelo governo em manifestação política. Ponto facultativo foi decretado pela Prefeitura do Distrito Federal e pelas Forças Armadas nas unidades estacionadas na capital. Estabelecimentos comerciais e bancários também fecharam suas portas no momento da cerimônia e, para facilitar a circulação da população, o evento contou com um esquema especial de transporte.⁴⁹

Em circular enviada em junho de 1937 aos comandantes de regiões e diretores de serviços do Ministério da Guerra, o general Eurico Gaspar Dutra apresenta os supostos perigos que assolavam as Forças Armadas, enfatizando o comunismo como o mais ameaçador dentre eles:⁵⁰

De todos os perigos que ameaçam as Forças Armadas, e com elas envolvem a Nação, é, sem a menor dúvida, o comunismo o mais temível por ser organizado e pertinaz, o mais nefasto porque é a subversão de tudo quanto se tem construído em séculos de civilização, o mais digno de repulsa porque atinge os sagrados e invulneráveis dogmas da moral em que erigimos nossos santuários domésticos.

Os processos de que ele se serve, revelados pelo que nos chega do exterior, evidenciados a nossos olhos perplexos na trágica jornada de novembro de 1935, não devem por nós ser esquecido nem descurados.

[...]Por outro lado impõe-se aos chefes, em todos os graus da hierarquia, exercerem a nobre e nobilitante missão de educadores. Trabalho, instrução, disciplina, justiça, abnegação, desvelo pelos comandados, conselhos aos incautos, prédicas oportunas e sinceras, lições de civismos, de educação e de moral, e – acima de tudo e sempre, como o melhor e o mais convincente ensinamento – o exemplo de comandantes e comandados.

Valores como os citados pelo general Dutra - disciplina, instrução, abnegação, lições de civismo, moral - eram o que se buscava construir no interior das Forças Armadas quando o IGHMB nascera. Momento em que também se instaurava um novo tipo de relação entre o Exército e a Nação. Como veremos no próximo capítulo, ao tratar da organização e funcionamento do instituto em seus primeiros anos, o IGHMB parece ter sido perfeitamente moldado, sendo possível perceber uma profunda cumplicidade entre a “política do Exército” e a história produzida no âmbito do instituto.

⁴⁹ CASTRO, Celso. *A Invenção do Exército Brasileiro*. Op cit. p. 54.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*. Op cit.p. 218.

⁵⁰ *Em Guarda contra o comunismo*. op cit. p. 39.

A minha ideia ao construir esse “contexto” foi apreender o IGHMB na singularidade de seu acontecimento, estando atenta para as condições de sua existência e estabelecendo possíveis relações com enunciados aos quais ele poderia estar ligado. O enunciado que considerei bastante relevante foi o anticomunismo, em especial, um anticomunismo de base extremamente nacionalista. Daí a minha recusa em fazer uma grande síntese dos grandes temas da historiografia para o período, sem considerar de que forma a experiência da tentativa frustrada de Revolução em 1935 ou mesmo o “Estado Novo” afetaram esses atores. A reorganização das Forças Armadas nos anos 1930 me ajuda, enquanto realizadora de um trabalho de história, a historicizar os militares, mostrar a mudança naquilo que caracterizaria essa categoria. Enfim, me ajuda a descartar a ideia de que os militares possuem uma essência, ou que exista um fundamento ontológico da identidade social do militar, o que impossibilitaria o próprio trabalho, já que o essencial não pode ser historicizado. Ao focar a simbiose Exército-Estado, busquei enxergar por que o IGHMB não poderia ser diferente do que “é”. E o que ele “é” constitui o tema do próximo capítulo.⁵¹

⁵¹FOUCAULT, Michel. “Sobre a arqueologia das ciências. Resposta ao Círculo da Epistemologia”. In: MOTTA, Manoel Barros da (ORG). *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. pp-82-118.

Capítulo II: Construindo uma “Casa de Soldados”

...porquanto o Exército brasileiro, dadas as condições do Brasil, é na realidade, a substância nuclear brasileira, isto é, o principal elemento em torno do qual tem que se formar, misturando-se, identificando-se, argamassando-se numa unidade de esforços, toda a nacionalidade brasileira.

Otto Prazeres, 1939.¹

Aos sete dias do mês de novembro do ano de 1936, em um sábado, o salão nobre do Clube Militar, na cidade do Rio de Janeiro, recebia oficiais do Exército e da Marinha para tratar da criação da “Sociedade Militar Brasileira de História e Geografia”. Esses oficiais foram convocados pelo capitão Severino Sombra de Albuquerque por meio de uma circular assinada por ele em nome de uma “Comissão Organizadora”. Dois generais – José Maria Moreira Guimarães e Azeredo Coutinho – e um almirante – Raul Tavares – foram convidados pelo capitão Sombra para presidirem os trabalhos da primeira sessão preparatória que trataria da fundação do Instituto. Os presidentes dessa sessão deveriam escolher também alguém para secretariá-los. A escolha recaiu sobre o próprio capitão, a quem foi passada a palavra para apresentar os motivos para a criação da nova “Sociedade”, já que teria sido ele o proponente da criação da Instituição. Na ocasião, o capitão dizia ser desnecessário enumerar justificativas para tal criação, porém, como ele mesmo havia tomado a iniciativa de sua organização, tinha o dever de dizer aos oficiais presentes como estava concebendo a existência da nova Instituição. O capitão apresentou, então, três razões essenciais para a sua iniciativa, que não só serviriam para justificar, como também para impor a fundação da “Sociedade”.

A primeira razão teria relação com o que ele considerava ser a especialização da História. Novos métodos de pesquisa e interpretação vinham exigindo que se empreendesse um trabalho coletivo e sistematizado para o estudo do aspecto militar da História do Brasil. Segundo o capitão, esse trabalho já vinha sendo realizado em outros campos, como na história econômica, a história das artes e na história diplomática. No entanto, o capitão não

¹¹ “O Exército é a Nação”. *Revista Nação Armada*. Vol1, novembro de 1939. pp 18-19.

nos fornece pistas sobre o que seria essa especialização, não cita autores, referências, nem explica o termo.

A segunda razão estaria relacionada ao caráter pedagógico da história militar. Para o capitão Sombra a história é, justamente por seu caráter pedagógico, o “ensinamento mais fecundo de todos os chefes militares”, capaz de fazer refletir sobre lições políticas, táticas e estratégicas das campanhas passadas, contribuindo para a meditação de todos os capitães. Essa reflexão sobre experiências passadas seria crucial, na concepção do capitão, para compreender a condição atual do Exército e promover a sua evolução, além de promover também o “amor ao Exército” e o “interesse profissional”.

Por último, a terceira justificativa faz menção a uma maneira muito específica de se conceber a sociedade. Para o capitão, os povos se afirmariam e garantiriam a sua sobrevivência através do que denominou “personalidade nacional”.² Essa personalidade seria uma característica que se “manteria e se manifestaria entre gerações por meio de uma continuidade histórica”. O esquecimento do passado e as rupturas com a tradição seriam, por essa concepção, uma espécie de trauma. Ignorar a história seria contribuir para descaracterização dos povos e para sua assimilação por outros povos. Em suma, seria enfraquecer a nação.

Essa apresentação de justificativas foi acolhida pelos presentes com uma salva de palmas, o que o capitão interpretou como “prova significativa de sua aprovação”³. Após enumerar o que acreditava ser impositivo para a criação do IGHMB, o capitão leu uma lista

²Os traços psicológicos eram constantemente relacionados aos determinantes sociológicos do desenvolvimento histórico das nações. E, embora houvesse uma oscilação entre os autores do período sobre a importância desses traços na estrutura da sociedade, esse era um tema recorrente na literatura conservadora da época. O capitão Sombra mais uma vez não cita autores, civis ou militares, para legitimar esse discurso. A pesquisadora Ângela de Castro Gomes, em artigo que discorre sobre alguns aspectos do pensamento de Oliveira Vianna, salienta que o pensamento de Oliveira Vianna repercutiu e estabeleceu rápida interlocução no campo intelectual circulando através dos mais prestigiados vetores culturais do período. Dentre esses “vetores”, a autora cita as diversas “redes de sociabilidade política e intelectual”, como o MTIC (Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio), o IHGB e a ABL. Penso que, talvez pudéssemos enquadrar o IGHMB como parte dessas “redes”, além de extrapolar também a gama de autores que circulavam por ela, como por exemplo, Azevedo Amaral. Pois, ao me permitir imaginar - como em um exercício intelectual - essas relações e redes, parece-me provável a hipótese que o capitão tenha lido o jornalista que analisou o conflito entre o integralismo e o comunismo no Brasil chegando a conclusão de que o crescimento do movimento comunista seria fruto da ação e da propaganda integralistas (corrente ideológica da qual o capitão Sombra era signatário). Ver: GOMES, Angela de Castro. “Oliveira Vianna: O Brasil do insolidarismo ao corporativismo”. In: LIMONCIC, Flávio; MERTINHO, Francisco Carlos Palomanes. *Intelectuais do Antiliberalismo: alternativas à modernidade capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. pp201-231; OLIVEIRA, Lucia Lippi. “O Pensamento de Azevedo Amaral” in: OLIVEIRA, Lucia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia poder*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982. p. 49.

³ Ata da primeira sessão preparatória do IGHMB.

com nomes de sócios fundadores, que foi aprovada, e propôs a criação de uma comissão para a redação dos estatutos da nova instituição. A ata da reunião a partir da qual construímos essa narrativa está incompleta. Não oferece um final para a história. Informa apenas que foi escolhido o proponente e, nada mais. Nem uma palavra a mais se lê no documento. Há apenas, na página seguinte, um recorte de jornal onde se lê uma relação com os nomes dos oficiais convidados para a fundação da Sociedade Militar Brasileira de História e Geografia, que na sessão seguinte, ocorrida em 12 de dezembro de 1936, seria designado Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

Diante dessa exposição das justificativas evocadas pelo idealizador do IGHMB, pretendo com esse capítulo apresentar formalmente a instituição, buscando elucidar o seu modo de funcionamento. Em outras palavras, traçar o perfil institucional do IGHMB. Na execução dessa tarefa, contei com as atas do instituto, seu programa e estatuto. Estes dois últimos foram publicados no primeiro volume da revista do Instituto, que foi, durante um tempo considerável da pesquisa, minha fonte mais substancial, por conta da dificuldade ao acesso ao arquivo do IGHMB. De qualquer modo, consideremos esse esforço fundamental, uma vez que não há até o momento qualquer pesquisa acadêmica que se dedique ao tratamento desse tema.

Dividi esse capítulo em duas partes. A primeira busca dar conta do funcionamento do IGHMB, enquanto que a segunda parte é pretende analisar o IGHMB a partir das trajetórias dos personagens envolvidos em sua criação, a fim de traçar o perfil sociológico do grupo, buscando compreender ainda quais os efeitos que os atores engajados nesse projeto buscavam alcançar com a criação de uma instituição voltada para o resgate e a valorização do passado. Restringimos a análise aos nomes que constam na ata de fundação, que são os mesmos listados no sítio eletrônico do IGHMB nos dias atuais.

Durante a pesquisa, essa escolha foi posta a prova, pois já em sua fase final tive acesso às atas do IGHMB. O que pude perceber é que os nomes listados dos sócios fundadores mudaram não poucas vezes durante os anos iniciais de funcionamento do Instituto. Decidi, então, destacar essas mudanças, registrando todos os desacertos identificados nessas diferentes listas. Não foi possível, porém, analisar as razões dessas diferenças nas listas. Não há fontes disponíveis que permitam esse tipo de análise. Diante desses limites, resolvi seguir o plano original e me basear nos nomes apresentados na primeira publicação do IGHMB, que foi a mesma fonte utilizada para subsidiar o histórico da instituição nos dias atuais. A

lista dos nomes é longa, sendo composta por nada menos que quarenta e dois nomes. No tratamento dessas trajetórias, nos interessou em especial sistematizar informações sobre origem social, formação e carreira.

II.1. Apresentando o IGHMB

Já na primeira sessão preparatória para a criação do IGHMB foi lida e aprovada uma relação de sócios fundadores, porém, a ata da reunião não reproduz essa relação. O que temos é uma pequena coluna no Jornal do Brasil do dia 11 de novembro de 1936, quatro dias após a reunião, que noticia a sessão de fundação no Clube Militar⁴ designando a instituição como “Instituto Militar Brasileiro de História e Geografia”, nome que já não aparece na segunda sessão preparatória realizada em 12 de dezembro de 1936, que já denomina o Instituto com a designação atual, Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

No sítio do Clube Militar na Internet há um espaço dedicado à fundação do IGHMB, onde se afirma que o Instituto foi fundado por proposta do capitão Severino Sombra, “aprovada por grande número de associados”. Isso indica que a proposta do capitão pode ter sido levada primeiro aos membros do Clube Militar. Além de sugerir que o perfil de frequentadores do Clube era diferente da imagem que temos hoje cristalizada. Devemos considerar que cerca de 68% dos militares do Exército envolvidos na fundação do IGHMB estavam no serviço ativo e essa mesma proporção tinha menos de 60 anos de idade.

O IGHMB foi inicialmente dirigido por uma Comissão Diretora Provisória encarregada de realizar as sessões preparatórias para a instalação oficial do instituto. Apesar do sítio eletrônico do IGHMB informar que ocorreram 5 sessões, segundo as atas, essas foram em número de 6 sessões, ocorridas entre 07 de novembro de 1936 (a de fundação) e 08 de novembro de 1938 (três dias antes da instalação oficial do instituto). Essas primeiras sessões reuniram cerca de 8 a 10 fundadores. Na terceira sessão preparatória, foi eleita por aclamação a primeira diretoria definitiva. Posteriormente, o estatuto do IGHMB iria balizar as eleições da sua diretoria por meio do voto secreto para um mandato de dois anos, prevendo reeleição. As eleições ocorreriam sempre no dia 7 de novembro, data da fundação do Instituto, e a posse se realizaria no dia 15 de novembro, data de sua instalação oficial. A chapa eleita por aclamação para compor a primeira diretoria era a seguinte:

⁴www.clubemilitar.com.br/nossa-historia/fundacao-do-ighmb/ Acessado em 27/05/2014.

Presidente: general Tasso Fragoso
Vice-Presidente: almirante Raul Tavares
1º Secretário: capitão Severino Sombra de Albuquerque
2º Secretário: comandante Didio Costa
1º Tesoureiro: comandante Feliciano Xavier
2º Tesoureiro: capitão Adailton Pirassinunga

Apesar de eleito para presidente, o general Tasso Fragoso não aceitou assumir o cargo alegando ter a idade avançada – tinha 69 anos em 1936 – e problemas de saúde,⁵ sendo substituído pelo vice-presidente almirante Raul Tavares, um estudioso da geografia militar e que presidia a Sociedade Brasileira de Geografia. O lugar ocupado inicialmente por Raul Tavares foi oferecido ao general Francisco José Pinto, chefe da Escola Militar. A vinculação com geográficos e/ou históricos parece ter sido um critério importante para a composição dessa primeira diretoria. Desde o ano de 1933, o capitão Severino Sombra, 1º secretário na chapa, servia na 5ª Seção do Estado Maior do Exército, consagrada aos estudos históricos e geográficos, enquanto o segundo secretário, o então capitão de Mar e Guerra Didio Iratim Affonso Costa, chefiava a Divisão da História Marítima do Estado Maior da Armada Brasileira. Já os tesoueiros foram membros da Sociedade Brasileira de Geografia, e tiveram trabalhos publicados na área da História. Essa diretoria, empossada na solenidade de instalação em 1938, conseguiu que o então ministro da Guerra, fulano de tal, cedesse o pavimento superior da “casa de Deodoro”, localizada no centro da cidade do Rio de Janeiro, em frente à Praça da República, para a sede do Instituto. O prédio, no entanto, não estava em condições de ser ocupado, por necessitar de reparos. Isso fez com que a diretoria do IGHMB buscasse um entendimento junto ao Clube Militar. Pretendiam usar as instalações do Clube para realizar suas reuniões que seriam quinzenais, sempre na primeira e na terceira terças-feiras de cada mês. Para a primeira terça-feira, estava prevista na ata a realização de uma "sessão especial para conferência".

Entender o funcionamento dessa "sessão especial para conferência" é fundamental para compreender a forma de exposição e de estruturação da revista publicada pelo IGHMB, que utilizarei como principal fonte no capítulo seguinte para compreender que história militar se

⁵ Apesar de ter 69 anos em 1936, 3 anos a mais do que o indicado para a reforma compulsória de um general, Tasso Fragoso se mantinha no serviço ativo. Mesmo considerando sua idade real, uma vez que teve sua idade aumentada em dois anos para que pudesse assentar praça, o general deveria ter deixado o serviço ativo do Exército.

produz no IGHMB. Nessas reuniões, um sócio inscrito, o capitão Severino Sombra e uma pessoa convidada para a conferência – não fica definido se este era sócio ou não – daria a conhecer com antecedência, o assunto de sua conferência. O presidente designaria, a partir do critério de competência no tema, dois sócios debatedores. Estes teriam cerca de 10 minutos cada um para discutir as principais ideias do conferencista, que, por sua vez, teria 15 minutos para formular uma resposta às considerações apresentadas. O secretário Severino Sombra enfatizou que esse formato de trabalho transformaria a conferência em “uma verdadeira aula útil a todos, ficando o tema definitivamente esclarecido”. “Tudo feito com serenidade, respeito mútuo e probidade intelectual” - destacava o capitão -, “representaria um esforço sério e prático em prol da nossa História”.⁶

Além de obter uma boa sede para o funcionamento do IGHMB, o capitão Sombra se preocupava ainda com a obtenção de recursos para manter o Instituto. No dia 20 de abril de 1937, na 5ª sessão preparatória, submeteu à aprovação dos presentes um memorial que havia preparado para ser entregue aos ministros da Guerra e da Marinha, solicitando e justificando a necessidade de subvenção oficial. O memorial foi aprovado unanimemente pelos oficiais reunidos em assembleia. Porém, o capitão queria mais dos ministros. Ele queria que os ministros assumissem a publicação de uma coleção nova de obras de história e geografia militares, e cuidassem ainda da reedição de obras antigas, que já estivessem esgotadas, constituindo assim uma “Biblioteca” sob os auspícios dos dois ministros. O encarregado de dar seguimento a essa aspiração foi o então coronel Valentim Benício da Silva. Aos sócios, coube apresentar títulos de livros raros com algum “valor histórico-militar” para serem reeditados.⁷

Não devemos supor que os encontros quinzenais aconteceram de forma regular. Houve períodos em que o IGHMB teve sessões mensais. É quase certo que, entre os anos de 1939 e 1940, todas elas tenham sido mensais. É verdade que, talvez, o secretário capitão Severino Sombra pudesse apenas não ter relatado as sessões do Conselho Diretor com o mesmo esmero que secretariava as sessões de Conferência. O mais provável, no entanto, é que as sessões não tenham de fato ocorrido mensalmente. Nesse período, além de não ter sede própria, o IGHMB também não contava com subvenção. Sua solicitação, encaminhada em 1938 ao Ministério de Educação, intermediário na cooperação financeira da União com entidades privadas, foi

⁶ Ata da 5ª sessão preparatória do IGHMB.

⁷ Parece-me que essa Biblioteca, caso tivesse sido criada, teria também poderes editoriais, assim como a “Biblioteca Militar”, criada no mesmo momento.

negada por ter seguido por meio de um simples ofício. Juntos, esses dois fatores dificultavam os trabalhos do Instituto. As reuniões envolviam gastos com correio, materiais de escritório, impressão e aperitivos servidos aos convidados. Faltava-lhe mesmo autonomia para marcar reuniões tão frequentes, uma vez que dependiam da disponibilidade de instituições dispostas a lhe dar abrigo, como por exemplo, o Clube Militar, o IHGB e a Biblioteca Militar.

A partir do ano de 1941, o funcionamento parece mais regular, o que é expressão tanto o empenho do novo secretário, o coronel Luiz Lobo, quanto os benefícios trazidos pelo recebimento da tão esperada subvenção. A substituição do capitão Sombra pelo coronel Lobo ocorreu depois da posse da diretoria eleita no ano de 1939 que elegeu para presidente do Instituto o general Estevão Leitão de Carvalho e mantinha como primeiro secretário o capitão Severino Sombra de Albuquerque. Essa diretoria, que foi empossada em fevereiro de 1939 em uma sessão solene no Clube Militar, precisaria ser reformulada por uma série de questões. Em sessão do Conselho Diretor de 20 de maio de 1939 foi o general Lima Mindello quem presidiu a sessão, pelo fato de ser ele o mais antigo dos membros do Conselho Fiscal do Instituto. O vice-presidente empossado três meses antes dessa sessão, o almirante Souza e Silva, havia falecido subitamente e o presidente em exercício, o general Estevão Leitão de Carvalho e o primeiro secretário, o capitão Sombra, foram enviados para o Rio Grande do Sul. Além disso, sem informar maiores detalhes, a ata esclarece que o segundo secretário, o comandante Raja Gabaglia, renunciou ao cargo. Diante desse esvaziamento e buscando evitar uma “crise de afeição” o general Mindello resolveu promover uma eleição para os cargos vagos. A sugestão para o nome do general Valentim Benício da Silva para vice-presidente, o comandante Frederico Villar e o coronel Luis Lobo para preencher o secretariado veio do então major Humberto de Alencar Castelo Branco, e foi aceita sem resistência. No mês de junho de 1939, o general Valentim Benício tomava posse na presidência interina do IGHMB.

O fato de se ter como ocupante da cadeira de Presidente do IGHMB o general Valentin Benício da Silva facilitava a disponibilidade de espaços para abrigarem as sessões do IGHMB. O Instituto tinha agora, à sua disposição, a sala da diretoria da Biblioteca Militar, no edifício novo do Quartel General do Exército (atual Palácio Duque de Caxias, no centro do Rio de Janeiro), para que nela se realizassem as sessões do Conselho Diretor.

Como vimos acima, ao tratar na Introdução sobre a vinculação mantida entre o IGHMB, o Exército e o governo, o decreto-lei número 527 de 1º de Julho de 1938 regulava uma cooperação financeira da União com entidades privadas e garantia, por intermédio do

Ministério da Educação e Saúde, a cooperação da União através de uma subvenção federal a dois tipos de instituições de caráter privado. O IGHMB se enquadraria no segundo tipo, o das instituições culturais, voltadas para a realização de qualquer atividade dedicada ao desenvolvimento da cultura.⁸A subvenção seria concedida às instituições culturais que tivessem por objetivo:

- a) a produção filosófica, científica e literária;
- b) o cultivo das artes;
- c) a conservação do patrimônio cultural;
- d) o intercâmbio intelectual;
- e) a difusão cultural;
- f) a propaganda ou campanha em favor das causas patrióticas ou humanitárias;
- g) a organização da juventude;
- h) a educação cívica;
- i) a educação física;
- j) a recreação.

O IGHMB atingia certamente mais de um desses objetivos listados no decreto. Mas isso não era condição suficiente para o recebimento da tão sonhada subvenção, que não seria paga caso as instituições candidatas dispusessem de recursos suficientes à sua manutenção. Um empecilho ao recebimento estaria no fato de o IGHMB não ter um patrimônio ou renda regular. Outro empecilho ao recebimento seria o fato de os benefícios da instituição serem limitados aos seus membros. Ou seja, a instituição cultural que pretendesse receber subvenção deveria dispor de patrimônio ou de renda regular, devendo provar preencher esses requisitos com documentos hábeis. O decreto também deixava claro que a subvenção não seria paga às instituições que desenvolvessem “atividades de orientação ou tendência contrária aos princípios que presidiam a organização nacional.” Não sei ao certo como o IGHMB resolveu alguns desses entraves, uma vez que não possuía patrimônio e que a contribuição dos sócios era dada “a título de empréstimo” devendo ser devolvido após o recebimento da subvenção, o que torna frágil a afirmação de uma “renda regular”. Não sei também como se resolveu a questão dos “benefícios para além dos membros”, um outro

⁸ Do primeiro tipo faziam parte as instituições assistenciais, caracterizadas pelo oferecimento de qualquer espécie de serviço social,

requisito para a subvenção que não podemos avaliar, uma vez que até suas publicações eram distribuídas, gratuitamente, “entre os membros” do IGHMB. No entanto, acredito que avaliar a questão do quanto o trabalho do IGHMB ultrapassava os limites do Instituto resultaria em um outro e diferente trabalho. Outro entrave era a exigência contida no parágrafo 3º no capítulo III do decreto em questão, que apresentava as exigências para o primeiro requerimento. Nele, a instituição deveria apresentar plantas e fotografias de suas instalações. Não há indícios de como esse ponto fora resolvido, pois sabemos que o IGHMB não tinha uma sede. Um ponto que não podemos negar é que, certamente, a “atividade de orientação” e sua “tendência” não eram em nada contrárias aos princípios da organização nacional.

As atas registram os motivos pelos quais o Instituto não recebeu o auxílio do governo nos anos seguintes ao lançamento do decreto. No ano de 1939, ignorando completamente os requisitos para a obtenção da subvenção, o IGHMB envia um simples ofício pedindo o auxílio. Apesar de o general Valentim Benício ter entregado pessoalmente o pedido de subvenção para o ano de 1940, a subvenção foi negada por não ter sido apresentado o registro do estatuto em um tabelionato de registro de títulos. Faltou também a entrega do balancete contendo o movimento financeiro do Instituto, que o general enviou por telegrama já fora do prazo legal para o pedido.⁹ Por esses motivos, o pedido só seria atendido no ano de 1941.

II.2. Militares e História: composição do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (1937-1945)

Após a apresentação dos dados mais gerais sobre o funcionamento do IGHMB, passemos à análise da trajetória de alguns integrantes do IGHMB. Como o interesse dessa pesquisa reside na criação do Instituto, e o número de sócios ao longo do Estado Novo chegou a aproximadamente 70 nomes, concentrei meus esforços no grupo dos seus fundadores. Os dados que levei em conta nesse mapeamento foram os referentes à naturalidade, idade, filiação, carreira. A intenção é traçar um perfil sociológico do grupo de fundadores. No entanto, em um primeiro momento, é importante realizar um mapeamento mais geral, sobre a presença das diferentes Forças Armadas no IGHMB e as patentes desses sócios no ano de 1936, quando o IGHMB foi criado. Se, em um primeiro momento, não foi possível encontrar

⁹ O requerimento deveria ser feito no primeiro trimestre de cada ano.

indícios de como resolver o enigma da escolha da composição, espero com esses dados poder indicar quais os critérios utilizados para a formação desse grupo de fundadores.

Um total de 42 nomes foi listado na coluna do jornal como fundadores na nova instituição. A lista publicada foi a seguinte:

General Augusto de Tasso Fragoso	Major Cordolino Azevedo
Almirante Henrique Boiteux	Comandante Perri Almeida
Marechal Moreira Guimarães	Major Danton Garrastazu
Almirante Raul Tavares	Comandante Didio Costa
General Candido Rondon	Major Afonso Carvalho
Almirante Sousa e Silva	Comandante Pinto Guimarães
General Azeredo Coutinho	Comandante H. Rechsteiner
General Borges Fortes	Comandante Edmundo Muniz Barreto
General Liberato Bittencourt	Comandante Cesar Feliciano Xavier
General José Pinto	Comandante Gastão Penalva
General Mario Barreto	Capitão Amilcar Salgado
Comandante Thiers Fleming	Capitão Leoncio Ferraz
Coronel Rego Monteiro	Capitão Humberto Castelo Branco
Coronel Genserico Vasconcelos	Capitão Altamirano Nunes Pereira
Coronel Laurencio Lago	Capitão Joaquim Rondon
Coronel Jaguaribe Matos	Capitão Lima Figueiredo
Comandante Lucas Boiteux	Capitão Severino Sombra de Albuquerque
Tenente-coronel Lessa Bastos	Capitão Adailton Pirassinunga
Comandante Eugenio de Castro	Tenente Egon Prates
Tenente-coronel Paula Cidade	Tenente O. H. Wiederspahn.
Comandante Velho Sobrinho	Coronel Sousa Docca

Desses nomes, apenas 27 se mantiveram como fundadores em listas lançadas posteriormente, enquanto que os demais foram substituídos. A primeira publicação da revista do IGHMB, lançada no ano de 1941, já contava com os novos nomes. Tudo indica que esses nomes foram sugeridos por um grupo menor, que não pude identificar. Algumas pistas podem apontar para a indicação de nomes para sócios fundadores, que - vale ressaltar - não corresponde a uma das categorias de sócio descrita no estatuto do IGHMB, que estipulou quatro tipos de sócios:

- a) Beneméritos: Nacionais ou estrangeiros, civis ou militares que prestaram relevantes serviços ao Instituto. A proposta deveria ser subscrita por toda a Diretoria ou por um grupo de 20 ou mais sócios efetivos e ter a aprovação unânime do Conselho Diretor;
- b) Honorários: Civis nacionais que tivessem publicado estudos relacionados com a Geografia ou História Militar do Brasil. Sua aceitação estava sujeita às mesmas condições estabelecidas para os sócios beneméritos;
- c) Efetivos: Os candidatos a essa categoria deveriam apresentar à Secretaria o mínimo de três exemplares de um trabalho próprio, inédito ou não, impresso ou datilografado sobre História ou Geografia Militar do Brasil. Esse trabalho seria encaminhado a uma comissão própria e o nome do autor seria levado à Comissão de Sócios que, por sua vez, deveria emitir um parecer escrito sobre o valor do trabalho e sobre a idoneidade do candidato. Com o parecer em suas mãos, caberia ao Presidente convocar o Conselho Diretor, que, em sessão secreta, elegeria ou não o candidato. Para ser eleito, o candidato deveria reunir dois terços dos votos do Conselho Diretor. Se eleito, o candidato seria comunicado sobre a data de sua posse, caso contrário, não receberia nenhuma comunicação. Em uma sessão especial de posse, o recém-eleito dessa categoria receberia as insígnias do IGHMB e pronunciaria um discurso sobre a figura do Patrono da sua cadeira (e de seus antecessores), sendo saudado por um sócio designado previamente pelo Presidente. Os dois discursos, tanto o do eleito, quanto o de saudação seriam submetidos com antecedência à aprovação do Presidente. Somente esses sócios tinham o direito de votar e serem votados; além de tomarem parte nas deliberações podendo intervir no funcionamento do Instituto;
- d) Correspondentes: sócios militares estrangeiros que publicaram trabalhos sobre Geografia e História Militar do Brasil cujos nomes tenham sido recomendados por três

sócios efetivos. Os critérios para a aceitação eram os mesmos utilizados para os sócios efetivos.

Mesmo não sendo uma categoria descrita no estatuto da instituição, o “sócio fundador” tem destaque na história narrada pelo IGHMB. A ideia de que um grupo de militares se uniu em prol de um projeto sem demonstrar como se deu esse processo pode tornar quase natural que esse grupo tenha se engajado na criação do IGHMB. Esses são os fundadores, e ponto. Reproduzi-los aqui seria tranquilizador. Não questionar isso é acreditar cegamente nas nossas fontes ignorando que a lista final, fechada e constantemente repetida, é excessivamente coerente e perfeita. Por isso, considere pertinente reconstituir o caminho percorrido para a escolha desses nomes, apesar da escassez que marca os discursos sobre a fundação do Instituto nas atas e, nesse sentido, partindo de uma fonte lacunar, as correspondências ativas e passivas do período. E foi nessa busca que cheguei a uma carta escrita dois anos após a primeira sessão em 1936, onde o capitão Severino Sombra, ainda secretariando o IGHMB, convidava o comandante Braz Dias Aguiar, cujo nome não consta em nenhuma lista de sócio fundador, a comparecer no dia 08 de novembro de 1938 para a última sessão preparatória do IGHMB, que seria instalado oficialmente no dia 15 de novembro de 1938. O capitão Sombra informa que o nome do comandante foi trazido em proposta pelo presidente do Instituto, o almirante Raul Tavares, para “sócio fundador”. Caso aceitasse a indicação, uma resposta deveria ser encaminhada para a portaria do Clube Militar declarando aceitar a indicação e comunicando o nome escolhido para patrono da cadeira a ser ocupada. A ausência de resposta e de comparecimento seria considerada como uma recusa. Como o nome do comandante não é listado como sendo fundador do IGHMB, parece-me provável a hipótese de que talvez ele não tenha comparecido, ou mesmo não tenha emitido uma resposta à carta, ou ainda, que tenha emitido uma resposta negativa, considerando que o fato dessa suposta carta não ter sido encontrada não significa que ela não exista.

Continuando a busca sobre quem teria decidido criar o IGHMB, a ata da sessão ordinária ocorrida em 6 de dezembro de 1938 ajudou a esclarecer o enigma da escolha dos sócios fundadores (o leitor lembrará que esse grupo foi “escolhido” e não se constituiu a partir de uma iniciativa espontânea, de se criar o IGHMB). Essa ata registrou uma aceitação por parte de um convidado para “fundador”. Na sessão em questão, distante dois anos da coluna de jornal que trazia os nomes dos fundadores e que foi anexada à ata, foi lida uma carta onde o general Candido Rondon aceitava o convite. O que concluo com essas duas cartas é que,

mesmo depois da fundação do IGHMB, no ano de 1936, não havia ainda um grupo tão extenso unido em prol de sua criação. O que implica cogitar que talvez o grupo de “fundadores”, tal como o IGHMB explora ainda nos dias atuais, não seja assim tão extenso ou mesmo tão natural, na medida em que a pesquisa realizada não me permite confirmar que 42 homens tiveram a ideia de trabalhar em prol da criação do IGHMB.

O que os documentos sugerem é que esse grupo era restrito, e esse pequeno grupo teria buscado mais nomes para configurar sua lista de “fundadores”, grupo de onde sairiam a indicações para os demais tipos de sócios. O que não se questiona também é que a ideia e os primeiros esforços teriam partido do capitão Severino Sombra de Albuquerque, mencionado em muitos pronunciamentos como idealizador do IGHMB.

Como esses nomes foram escolhidos? Acredito ser esse o enigma mais cerrado dessa história do IGHMB, e esses hiatos nos relatos levantam alguns problemas, na medida em que tornam difícil explicar, entre outras coisas, como terá se decidido, para além das diferenças que constituem as individualidades em questão, a criação de um lugar que não só aponta para um sentimento de pertencimento (ao Exército) concebido como responsável por fazer com que a consciência cívica estivesse acima de qualquer pendor partidário. O que ocorre é que as listas não batem. E, para demonstrar essas divergências, selecionei a relação dos sócios ocupantes das cadeiras do IGHMB, com seus respectivos patronos, escolhidos após uma pré-seleção realizada pelo então coronel Souza Docca¹⁰, publicada no primeiro volume da Revista do Instituto, em 1941, distante há três anos de sua instalação oficial e cinco anos de sua fundação:

Cadeira	Patronos	Sócios Ocupantes
1	Visconde de Taunay	Major Humberto Castelo Branco
2	General Malan d'Angrogne	Major Frederico Rondon
3	Barão do Rio Branco	Coronel Francisco de Paula Cidade
4	Comandante Antônio Claudio Soido	Coronel Arnaldo Damasceno Vieira
5	Almirante Antônio C. Gomes Pereira	Almirante Nogueira da Gama
6	General A. C. Dias de Oliveira	General João Borges Fortes
7	Julio Cesar Ribeiro de Souza	Tenente Coronel Lisias A. Rodrigues

¹⁰ Segundo a ata da 3ª sessão preparatória, ocorrida em 1937, o então coronel Souza Docca, teria contribuído para a escolha dos Patronos ao apresentar uma relação com oitenta nomes de militares falecidos, do Exército e da Armada, que deixaram trabalhos de geografia ou história militar. Não há qualquer vestígio dessa lista não sendo possível recuperar os nomes que não foram selecionados para Patronos do IGHMB.

8	Almirante Barão de Tefé	Cap. Mar e Guerra Frederico Vilar
9	Comandante Mariano de Azevedo	General Liberato Bittencourt
10	Coronel Sena Madureira	Coronel Álvaro de Alencastre
11	General A. Tibúrcio F. de Souza	Coronel Genserico Vasconcelos
12	Almirante Julio Cesar de Noronha	-----
13	Almirante Barão de Jaceguai	Almirante Raul Tavares
14	Coronel Fausto de Souza	General Souza Doca
15	Almirante Barão do Melgaço	Cap. Fragata Antônio B. P. Guimarães
16	General Carlos Campos	General Francisco José Pinto
17	Coronel Jacob Conrado Niemeyer	Tenente Coronel Altamirano Nunes Pereira
18	Tenente Coronel Diogo Arouche	Tenente Coronel Garrastazú Teixeira
19	General Dionísio Cerqueira	General E. Leitão de Carvalho
20	General Eduardo José de Moraes	Major José Faustino
21	Coronel E. C. Jourdan	General V. Benício da Silva
22	Coronel F.A. Carneiro da Cunha	General Lima Mindelo
23	Marechal Antônio José Rodrigues	Major Jonatas de Moraes Correia
24	Marechal F. Chagas Santos	General Alípio de Prímio
25	Euclides da Cunha	Tenente Umberto Peregrino
26	Marechal H. BeaurepaireRohan	Coronel F. Jaguaribe de Matos
27	Major Antônio F. Pereira do Lago	-----
28	Visconde de S. Leopoldo	Tenente Coronel José de Lima Figueiredo
29	General Jerônimo Francisco Coelho	Major Frederico Leopoldo da Silva
30	General Severiano da Fonseca	-----
31	General Bernardino Bermann	General Tasso Fragoso
32	Almirante José Candido Guillobel	Comandante Raja Gabaglia
33	Capitão de Fragata Vital de Oliveira	-----
34	Marechal Soares Andrea	Coronel Luiz Lobo
35	General José I. de Abreu Lima	Comandante César Xavier
36	General José Joaquim M. de Oliveira	Comandante Egon Prates
37	General J. de Oliveira Barbosa	Capitão Adailton Pirassinunga
38	Almirante Ignacio J. da Fonseca	Comandante DidioIratim A. Costa
39	General Couto de Magalhães	General Raul Bandeira de Melo
40	Major SantosTitara	Tenente Coronel A.L. Pereira Ferraz
41	Coronel Eng. João de S. Melo Alvim	Tenente Coronel Jonas Correia
42	Capitão Alfredo Pretextato Maciel	Coronel Cordolino de Azevedo
43	Comandante Luiz Barroso Pereira	Comandante Lucas Boiteux
44	Major João M. de Sousa Coutinho	-----
45	Major Francisco de Paula B. Fortes	Capitão Amir Borges Fortes
46	Coronel José Saturnino da C. Pereira	-----
47	Marechal R. J. da Cunha Matos	Capitão Severino Sombra
48	Coronel Ricardo Franco	General Candido Rondon
49	General Visconde de Maracajú	Tenente Coronel Leopoldo da Fonseca
50	Almirante Barão de Iguatemi	Almirante Henrique Boiteux

Nessa primeira lista, não há a discriminação da categoria dos sócios, o que dificulta a identificação. No entanto, apenas dois nomes listados como fundadores no sítio do IGHMB na internet não aparecem nessa lista: os do então major Jonathas da Costa Rego Monteiro e do almirante Augusto Carlos de Souza e Silva. Quatro nomes não aparecem como fundadores em nenhuma lista, são eles: Coronel Arnaldo Damasceno Vieira, tenente Umberto Peregrino, capitão Amir Borges Fortes e tenente-coronel Lísias Rodrigues. Todos aceitos como sócios efetivos em sessões de posse entre os anos de 1939 e 1941.

O que mais me chamou a atenção na lista publicada em 1941 não foram as seis cadeiras vazias. É possível que esse vazio seja fruto de uma falta de oficiais interessados em ingressar no IGHMB, ou mesmo a falta de divulgação – uma vez que a publicação da lista foi feita em 1941 no primeiro número da revista. O que mais atraiu minha atenção foi a ausência do major Jonathas Rego Monteiro, pois ele esteve a frente da comissão de estatutos em novembro de 1936 e também na sessão inaugural, além de seu nome aparecer na lista publicada pelo jornal. O major havia sido ainda o primeiro diretor do Arquivo Histórico do Exército, fundado em 1934.

Para a identificação dos sócios fundadores e a investigação de suas trajetórias fiz uso - como indicado na introdução - do método prosopográfico, que consiste em “definir uma população a partir de um ou vários critérios e estabelecer, a partir dele, um questionário biográfico cujos diferentes critérios e variáveis servirão à sua dinâmica social, privada, pública, ou mesmo cultural, ideológica ou política, segundo a população e o questionário em análise”.

Essa definição, utilizada por Christophe Charle, orientou-me na maneira de descobrir *quem é quem* através dos nomes de pessoas relacionadas ao tema da pesquisa.¹¹ Trabalhei com o conjunto de sócios listados como “sócios fundadores” no primeiro número da Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, que é o mesmo citado no sítio do IGHMB na internet. As fontes utilizadas para esse levantamento foram os *Almanaques do Exército* e os *Almanaques da Marinha*, para as décadas de 1930 e 1940, e os dicionários biobibliográficos disponíveis na Biblioteca Nacional.

¹¹ CHARLE, Christophe. “A prosopografia ou biografia coletiva”. In.: HEINZ, Flavio (org). Por outra história das elites. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 412.

**Quadro nº 1:
Distribuição dos sócios fundadores do IGHMB entre as Forças Armadas, 1936.**

Exército	Marinha	Sem informação *
31	10	1
N=42	N=42	N=42

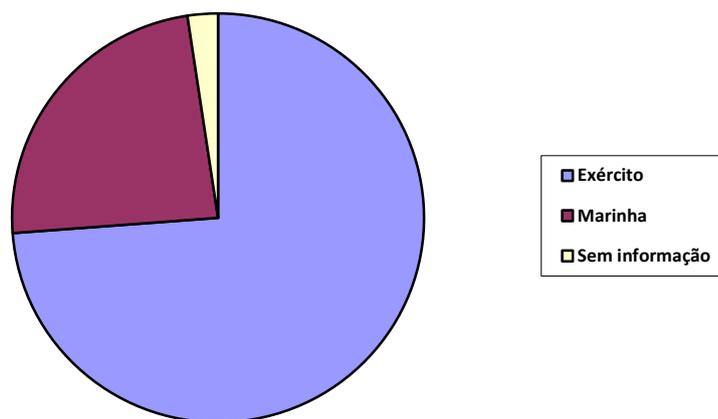
Fonte: Relação de Sócios Fundadores. RIGHMB, vol I. 1941.

O primeiro dado que nos salta aos olhos é a presença maciça de militares do Exército na fundação do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Alguns fatos podem nos ajudar a entender essa desproporção. Primeiro, é importante lembrar que a iniciativa da fundação do Instituto partiu de um oficial do Exército, o capitão Severino Sombra de Albuquerque. As fontes não parecem discordar dessa atribuição. No caso do IGHMB, não há, como ocorreu com a Biblioteca Militar, uma disputa de paternidade. Ninguém reclamou seu quinhão na iniciativa. Tanto as atas do IGHMB quanto os verbetes associados ao capitão em dicionários biobibliográficos concordam que o capitão esteve à frente da criação do Instituto, além de ser seu primeiro secretário e orador oficial. Talvez, isso possa explicar o número maciço de oficiais do Exército á frente do Instituto.

Outro ponto que não se pode esquecer, o mais importante em minha opinião, é que esses números refletem um quadro mais geral, o do efetivo das próprias Forças Armadas. José Murilo de Carvalho nos fornece, em seu artigo “Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador”, o número dos efetivos legais do Exército e da Marinha entre os anos de 1880 e 1930. Segundo esses dados, o Exército contava em 1930 com 43.173 homens, enquanto a Marinha tinha um efetivo de 7.167, um número seis vezes menor.¹² A discrepância torna-se mais evidente se representamos o quadro acima em formato de gráfico:

* A coluna sem informação se refere a João Egon Prates da Cunha Pinto.

¹² CARVALHO, José Murilo de. “Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador” *in: Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. p. 30.



O número de sócios fundadores pertencentes ao Exército pode ser maior caso consideremos João Egon Prates da Cunha Pinto, o único nome não identificado, como militar do Exército. Não localizei esse nome nos almanaques do Exército e da Marinha, e as fontes se referem a ele em alguns momentos como tenente e, em outros, como comandante.¹³ Sua fé de ofício também não foi encontrada no Arquivo Histórico do Exército, nem no Arquivo da Marinha. Seu nome aparece em um único dicionário, em um verbete nada generoso. Com apenas cinco linhas, o texto informa que foi delegado de polícia e prefeito do município de Teresópolis. Um artigo escrito pelo coronel-aviador da reserva da Força Aérea Manuel Cambeses Junior, sobre o major Lysias Rodrigues, informa que João Egon Prates da Cunha Pinto integrou, no ano de 1927, o curso de piloto na Escola de Aviação Militar. O artigo cita João Egon como “Aspirante-a-Oficial da Reserva”.¹⁴ Presumo que ele tenha sido um “tenente da aviação”. De qualquer modo, nessa época, a aviação no Brasil permanecia dividida entre o Exército e a Marinha. Daí a decisão de mantê-lo como “sem informação”.

Em uma escala menor, mas ainda pensando em termos de composição, montamos um segundo quadro com a distribuição dos sócios fundadores pelas patentes que possuíam na época da fundação do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil:

¹³ Não há por parte dos narradores da História do IGHMB o cuidado de se reproduzir as patentes dos militares da Marinha. Os que não são almirantes recebem a alcunha de “comandante”. Talvez, a dificuldade em encontrar o nome de João Egon Prates da Cunha no almanaque do Exército tenha sido o fator responsável por este ser denominado no histórico do IGHMB como comandante.

¹⁴ JUNIOR, Manuel Cambeses. “Major Brigadeiro do Ar Lysias Augusto Rodrigues: Pioneiro do CAN.” Disponível em www.militar.com.br/artigo-38-Major-Brigadeiro-do-Ar-Lysias-Rodrigues-Pioneiro-do-CAN#.U7tKztdWXQ. Acesso em 13/01/2013.

Quadro nº 2 - Distribuição dos sócios fundadores por Patentes (1936)

Patente		Membros sócios
Exército	General	8
	Coronel	8
	Tenente-coronel	2
	Major	4
	Capitão	9
Total		31
Marinha	Almirante	4
	Capitão de Mar e Guerra	3
	Capitão de Fragata	1
	Capitão de Corveta	0
	Capitão Tenente	2
Total		10

Fonte: Almanaque do Exército e Almanaque da Marinha (ano 1936)

Partindo para a análise dos sócios pertencentes ao Exército isoladamente, a presença de capitães do Exército entre os sócios fundadores do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil é majoritária.¹⁵ Porém, se realizamos uma análise a partir dos círculos hierárquicos, o perfil dos sócios se altera. O que esses quadros demonstram é que, no ato da sua criação, o IGHMB conta com uma maioria de sócios do Exército pertencentes ao círculo dos oficiais superiores (major, tenente-coronel e coronel), Eles compõem 45% do grupo, seguidos dos oficiais subalternos (no caso, apenas capitão), que são 29% dos sócios, e, finalmente, de oficiais gerais, grupo um pouco menos representado, com 26% de participação entre os sócios fundadores do IGHMB.

Considerando os números da distribuição entre os círculos hierárquicos da Marinha, os sócios pertencentes ao círculo de oficiais superiores (capitão de Corveta, capitão de fragata e

¹⁵Devo lembrar que esses números ignoram o sócio João Egon Prates, por não haver indícios da patente ocupada por ele em 1936.

capitão-de-mar-e-guerra) correspondem a 40% do grupo, empatados com os almirantes, seguidos pelos oficiais subalternos (também nesse caso representados apenas pelos capitães tenentes) com 20% de participação no IGHMB.

A desproporção entre o número de oficiais do Exército e da Marinha presentes na composição do primeiro quadro de sócios do IGHMB - como já foi destacado - é enorme. Mas se estabelecemos uma comparação por círculo hierárquico, é possível se deparar com um perfil mais equilibrado no que diz respeito à participação de oficiais gerais. Para podermos observar melhor esse quadro, vale traçar uma equivalência entre as patentes da Marinha e Exército no período:

Quadro nº 3 – Estrutura do corpo de oficiais do Exército e da Marinha (1936)

	EXÉRCITO	MARINHA
Oficiais gerais/almirantes	Marechal	Almirante
	General de Divisão	Vice Almirante
	General de Brigada	Contra Almirante
Oficiais superiores	Coronel	Capitão de Mar e Guerra
	Tenente Coronel	Capitão de Fragata
	Major	Capitão de Corveta
Oficiais inferiores	Capitão	Capitão Tenente
	1º Tenente	
	2º Tenente	
	Aspirante	Guarda Marinha

Fonte: Boletim do Exército nº19, de 5 de abril de 1938, p. 1066.

A única diferença que podemos destacar no equilíbrio dessa composição repousa na ausência quase total de oficiais subalternos da Marinha. Pois, diferentemente do Exército, não há um número expressivo de capitães da Marinha listados como sócios fundadores do

IGHMB. Mas, ainda que pequena, essa presença de oficiais subalternos não pode ser menosprezada, pois esses homens chegaram à década de 1950 compondo o quadro de oficiais superiores ou oficiais gerais.

A distribuição por patente deixa implícito outro dado: a média de idade dos sócios fundadores. No que se refere à idade, percebe-se uma nítida predominância de senhores com mais de 50 anos. O quadro 4 apresenta a média de idade dos fundadores do IGHMB no ano de 1936.

Quadro nº4 – Média de idade dos sócios fundadores

Faixa de Idade	Número
20 a 30 anos	1
31 a 40 anos	11
41 a 50 anos	2
51 a 60 anos	16
61 a 70 anos	10
71 a 80 anos	2
Total	42

Fontes: Almanques do Exército e da Marinha (ano de 1936)

O único personagem a preencher a primeira linha do quadro 4, destinada à faixa mais jovem, é justamente o capitão Severino Sombra de Albuquerque, idealizador do IGHMB, que contava a idade de 29 anos no ano de criação do IGHMB. O que podemos concluir com os dados referentes à média de idade é que, embora a maioria de seus fundadores tivesse mais de 50 anos de idade, há uma distribuição etária bastante expressiva, e devo destacar também que a maioria, mesmo aqueles que extrapolavam os limites citados no Boletim do Exército para a Reforma Compulsória, continuavam no serviço ativo das Forças Armadas. Isso pode indicar a importância de alguns critérios na seleção dessa primeira seleção de sócios do IGHMB.

O primeiro deles é a experiência, seja no tocante à carreira militar ou mesmo no campo da influência política. O segundo critério é o da produção de trabalhos no campo da geografia e da história militar, considerando que, quanto maior a idade, maior pode vir a ser a produção intelectual do indivíduo. Fato é que quase 70% desse grupo nasceram e tiveram sua formação quando o Brasil ainda era uma monarquia com cerca de 17 milhões de habitantes,

essencialmente agrícola e que ostentava amplas porções de seu território completamente inexploradas.¹⁶

A questão do território é importantíssima nessa conjuntura. Por esse motivo, ao traçar o perfil do grupo, sistematizar os dados sobre local de nascimento se fez importante. O motivo que impõe a necessidade de não ignorar o local de nascimento desses homens repousa, em parte, na maneira muito específica de se pensar a geografia nesse período. Uma maneira que não foi inventada pelo IGHMB, mas já podia ser vislumbrada, por exemplo, em trabalhos como “A Organização Nacional”, de Alberto Torres, publicado pela primeira vez em 1914. Os intelectuais do início do século XX identificavam naturalmente nacionalidade e território. Desse modo, a geografia desse território seria responsável por estabelecer a ação política a ser utilizada para se organizar a nação. Foi, portanto, pensando no território como uma possível forma de ação política, que decidi por em destaque o local de nascimento dos fundadores do IGHMB. Certamente não seria estranho a esses homens definir o território como critério plausível para a indicação de um nome para compor o quadro de sócios fundadores do Instituto. Dos 42 nomes, pude encontrar o local de nascimento de 40 deles, o que corresponde a 95% dos nomes pesquisados. O resultado obtido está descrito no quadro 5.

Quadro nº 5: Distribuição dos Fundadores por local de nascimento.

Local de nascimento	Nº de sócios
Alagoas	1
Amazonas	1
Ceará	3
Goiás	1
Maranhão	2
Mato Grosso	2
Paraíba	1
Paraná	1
Paris	1
Pernambuco	1
Piauí	3
Rio de Janeiro	5
Rio Grande do Sul	14
Santa Catarina	3
Sergipe	1
Não identificado	2

¹⁶FAUSTO, Boris, *Getúlio Vargas*. São Paulo: Cia das Letras, 2006. p 11.

Total	42
-------	----

Fontes: Dicionários Biobibliográficos e Pastas com Fé de Ofício no AHEX

O quadro de fundadores do IGHMB era, portanto, majoritariamente gaúcho. Podemos ler esse quadro de diversas maneiras. É possível considerar que ele expresse, assim como o quadro nº 1, a composição das próprias Forças Armadas, mas como não dispusemos de meios para confirmar essa hipótese, podemos cogitar outra possibilidade, sem excluir essa, a de que a forte presença gaúcha esteja relacionada de alguma forma com a maneira como os líderes gaúchos da revolução de 1930 exaltavam seu estado como vanguarda de um movimento cívico cujo objetivo era regenerar o país.

O historiador Boris Fausto acredita na existência de uma “peculiaridade gaúcha”, que estaria presente na região desde os tempos da colônia. Essa noção enfatiza o Rio Grande do Sul como uma área de fronteira. Os contatos e as lutas com os vizinhos da América espanhola teria como resultado a expressividade do número de pessoas do Rio Grande do Sul nos quadros militares.¹⁷ Segundo o almanaque da Marinha, o capitão-tenente Antonio Carlos Raja Gabaglia nascera em Paris, no ano de 1903 e ingressou na Marinha como aspirante a Guarda Marinha no ano de 1921, provavelmente, antes das mudanças que vimos no capítulo anterior, que proibiam a matrícula de estrangeiros em escolas militares. Além disso, seus pais e irmãos eram brasileiros. Seu pai, o capitão de Mar-e-Guerra Eugênio de Barros Raja Gabaglia foi professor de matemática na Escola Militar, Escola Naval e na Escola de Guerra Naval. O fato de ter um pai militar da Marinha, regulamentos que não traziam impedimentos a sua matrícula, não torna, portanto, esse local de nascimento um dado incomum para o período.

Pode ser que não houvesse um papel significativo da origem na escolha dos homens que emprestariam seus nomes para fundadores do IGHMB. Mas parece ter havido uma certa preocupação com a representatividade dos vários estados, mesmo com os menores, como Alagoas e Sergipe. Acredito, no entanto, que o critério da produção intelectual nos campos da geografia e/ ou da história militar ter sido o principal, ou até mesmo pré-requisito, para a indicação desses nomes nesse primeiro momento. Afinal, quando não se manteve os possíveis critérios da experiência ou da patente elevada, o das publicações permaneceu. O caso do capitão-tenente César Feliciano Xavier pode confirmar isso, uma vez que no ano de 1931 ele

¹⁷A região do Rio Grande esteve envolvida em extensos conflitos externos: as intervenções pela posse da província da Cisplatina, a “guerra grande” contra Oribe, a guerra contra Rosas (1848-1852) e a Guerra do Paraguai (1864-1870). Ver FAUSTO, Boris, *Getúlio Vargas*. Op cit. p 14.

foi reformado no posto de capitão-tenente, aos 34 anos de idade, e não possuía notas de cursos em sua indicação no Almanaque da Marinha. Mas ele foi delegado do Club Naval ao 1º Congresso Pan-americano de Geografia e História. Possivelmente, o convite teria sido feito por conta da publicação, no ano de 1933, do livro “Criando e praticando o pan-americanismo”, onde exaltava a prioridade brasileira na doutrina e prática do pan-americanismo, defendendo que Alexandre de Gusmão, José Joaquim da Maia e o almirante Pinto Guedes seriam os precursores de Monroe e Bolívar.

Todos os nomes listados como sócios fundadores do IGHMB tinham trabalhos publicados na área da história militar e/ou da geografia, muitas vezes, em ambas. Talvez, por esse caráter unificado das duas disciplinas. O que destoa é o tipo de história produzida, muitas vezes biográfica, mas isso é assunto para o próximo capítulo. O que importa aqui destacar é que se quisesse representar a produção desses homens, certamente teria de utilizar um gráfico cheio. Todos, sem exceção, tinham trabalhos desenvolvidos em geografia e história e muitos continuavam produzindo como articulistas em revistas militares especializadas. Esse, portanto, mostrou-se o critério mais importante para a escolha dos nomes.

O interesse de militares pela geografia poderia ser facilmente explicado caso consideremos apenas as motivações técnicas. Afinal, não podemos negar que as lutas do Exército se deram muitas vezes em territórios parcamente habitados, pouquíssimo estudados, cujas condições geográficas eram quase sempre totalmente desconhecidas. Fazer a guerra exigia conhecimento do quadro geográfico e topográfico. O então capitão Nelson Werneck Sodré, em artigo publicado na Revista Militar Brasileira, exalta esse caráter técnico da geografia demonstrando a importância desta como auxiliar a qualquer história militar. Para Sodré, “uma história militar que não contenha, na sua introdução, uma notícia detalhada desse ambiente, em que as ações se desenrolaram (...) estará, sem dúvida amputada de um de seus elementos capitais”.¹⁸ Por razões estritamente técnicas, ligadas ao trabalho militar, história e geografia estariam inseparavelmente ligadas. Também devemos destacar que o IBGE só seria criado cerca de uma década depois do IGHMB e que, a Sociedade Brasileira de Geografia nos tinha quase sempre sua presidência assumida por militares. O próprio Exército tinha um “Serviço Geográfico”, dirigido, muitas vezes, por homens do IGHMB.

¹⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. “A História Militar Brasileira”. *Revista Militar Brasileira*. Jul-Dez, 1944. pp. 356-368. Citação extraída da página 359.

A proporção tomada pela Primeira Guerra Mundial teria feito aumentar o interesse pela representação espacial. É nesse período que surge a “geopolítica” que não só surgiu pautada nas noções de história e geografia, como colocava a conquista por territórios como crucial na busca pela sobrevivência de uma nação.¹⁹

Para demonstrar melhor a força desse possível critério determinante, elaborei um quadro com parte da produção intelectual desses homens, destacando as obras publicadas ou conferências realizadas, os jornais onde tinham artigos publicados e a participação em instituições culturais. Sobre as fontes consultadas para a elaboração dos quadros ver anexo A.

¹⁹ CARDOSO, Luciene Pereira Carris. “Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: espaço de invenção do patriotismo nas primeiras décadas do século XX”. In: *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v.3, n.1, p. 68-84, jan/jun, 2010.

FUNDADOR	Obras Publicadas	Jornais/ Revista onde escreviam	Academia Congênere
Adailton S. Pirassinunga	O Ensino Militar no Brasil (1936)	Revista IHGRS	IHGRS
Alípio Virgílio Di Primo	Autor do <i>Vade-mecum</i> para a determinação de coordenadas geográficas à noite, s/d.	Revista Brasileira de Geografia;	Fundador e Organizador do Serviço Geográfico do Exército
Altamirano Nunes Pereira	Leis gerais da língua portuguesa (s/d); O estado do Paraná (1935); O município da Lapa: estudo histórico-geográfico(1924); Aspectos meridionais do Brasil (1942)	No Paraná: “O mate”; “Gazeta do Povo”, “O Dia”, “Diário da tarde”, “Estado do Paraná”, revista ABL “Revista do Sul”, “Itiberê”; no Rio de Janeiro: “Jornal do Comércio”, “Aspiração”, do Clube Militar, “Jornal do Brasil”.	Academia paranaense de letras; Instituto Histórico do Paraná; Centro de Letras do Paraná.
Álvaro Octavio de Alencastre	A Revolução de 30 e seus aspectos militares (1931); A independência da Bahia (1931); Caxias e seus adversários (in Revista do Clube Militar- set 1933) As Missões orientais e seus antigos domínios (1932); Rui: estudo sobre a sua obra literária, política e internacional (1933); A Revolução de 30 e seus ensinamentos militares (1933).	No Rio Grande do Sul: “O Diário”, “Correio do Povo”, de Porto Alegre; “Sul-Brasil” e “Diário do Interior”, de Santa Maria; “o dever” de Bagé e no “Imparcial”, de Passo Fundo; no Rio de Janeiro: “O Jornal” (com o pseudônimo de “Coronel Gouraud”) e no “Diário de Notícias”; na Baía: “A tarde”, “Diário da Baía”; Revistas: “Defesa Nacional”, “Revista do Clube dos Bandeirantes”, “Revista do Clube Militar”, “Revista da Escola Militar”, “O tiro de Guerra” e na “Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul”	Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro; Institutos Históricos da Baía e do Rio Grande do Sul.
Antônio B. P. Guimarães	Cartas hidrográficas – resultados do trabalho na chefia da Divisão de Faróis (1923-1946)	Revista Marítima Brasileira.	
Antônio Carlos Raja Gabaglia	Fernandes Vieira (s/d); Poder Marítimo nas duas Guerras Mundiais (s/d), Em águas do Pacífico (s/d), Guerra e Direito Internacional (s/d).	Revista Marítima Brasileira	Sociedade Brasileira de Geografia
Antonio Leoncio P. Ferraz	Fortificações de Mato Grosso (1930); Terra		Societedes Americanistes de

	de Ibirapitanga (1939); Américo Vespúcio e o nome da América(1941)		Paris; IHGB
Augusto Carlos de S. e Silva	Porto Arthur e Tsushima: Campanha naval Russo Japonesa (1911) O Almirante Saldanha e a Revolta da Armada (1936); Brasil, potência Naval (1938).		
Augusto Tasso Fragoso	A Batalha do Passo-do-Rosário (1922); A Batalha do Passo-do-Rosário e a crítica do senhor Max Fleiuss (1925); História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai- Rio de Janeiro (1935).		IHGB
Cândido Mariano S. Rondon	Relatórios sobre trabalhos de Construção de Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas (1915); A Etnografia e a Etnologia do Brasil em revista (1940).		IHGB; Sociedade de Geografia: Paris, Nova Iorque, Haya, Roma, Lima; Instituto Histórico e Geográfico: Sergipe, Paraná, Pará, Ceará, Pernambuco.
Cesar Feliciano Xavier	Criando e Praticando o pan-americanismo (1933); Descoberta da América (s/d).	Jornal do Comércio	Membro da Sociedade Brasileira de Geografia;
DidioIratim A. da Costa	Tricentenário do Paraná (s/d), Subsídios para a história da Marinha Brasileira (s/d); Aspectos (1912); O livro do navio (1915); Nas águas da Gasconhas(1939); O Brasil e o ciclo das grandes navegações (s/d); Os portugueses na Marinha de Guerra do Brasil (s/d).	RevistaMarítima Brasileira	Academia Paranaense de Letras; IHGB.
Emílio Fernandes de Souza Docca	Causas da Guerra com o Paraguai: autores e responsáveis (1919); O Exército na Campanha Cisplatina (1922); Vocábulo Indígenas na geografia Riograndense (1925); A convenção preliminar de Paz de 1828 (1929); O Brasil no Prata -1810/1829- (1930); Ideologia federativa da cruzada farroupilha (1932); O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha (1935); A Missão Ponsobi e a Independência do Uruguai		IHGB; Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, Sociedade Brasileira de Filosofia, Academia Riograndense de Letras; Junta de História (Montevideu); Instituto Genealógico Brasileiro; Instituto Histórico e Geográfico do Ceará, São Paulo, Rio Grande do Sul;

	(1933); O porque da brasilidade farroupilha (1936); Caxias pacificador (1939); Gente sul-riograndense (1940); O bicentenário da colonização de Porto Alegre (1941); Bento Manuel Ribeiro (1929); O Japú e as suas nascentes (1927); Guerra dos Farrapos (em colaboração com Castilhos Goycochêa) (1938).		Federação das Academias de Letras do Brasil.
Estevão Leitão de Carvalho	Notas sobre a Infantaria Alemã, (1913); Guia para o ensino da avaliação de distâncias e simples vista (1914); Guia para o ensino de tática (tradução do alemão com o 1º ten Bertoldo Klinger) (1916); Curso de Tiro de Infantaria (trad do alemão com o 1º ten J. M. Maciel da Costa) (1917); Na Revolução de 1930 (s/d). A Conferência do Desarmamento (1936); Petróleo: salvação do Brasil?, (1949).		Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul; Sociedade Brasileira de Geografia; IHGB.
Francisco de Paula Cidade	A nossa gente (1930); Barão do Rio Branco (1941).		
Francisco J. Gomes de Mattos	Carta do Estado do Mato Grosso e Regiões Circunvizinhas (1952); LesideéssurlaphysiographieSud-Américaine – Carta sintética da Região central sul América Meridional – Plano Nacional de viação Fluvial – Sil – Ou faut-ilsituerleberceau de lacivilization (in “Petit Parisien, Paris, 1926) – A propos d’un explorateur (“La Gazette du Brésil”, Paris, 1926) – O progresso da ciência no Brasil. Rápida Síntese (“Século” Lisboa, Suplemento para a VII Feira de Amostras do RJ, 1934) – O Colégio Militar e o ensino da Geografia (in “A Aspiração”, ano XLV, comemorativo do cinquentenário da criação do colégio), 1939 – Geratrizes memoráveis da geografia do Brasil (na revista Brasileira	Revista Brasileira de Geografia	IHGB

	de Geografia, 1939) – Caminhos que levam ao Médio Amazonas (“Rodovia”, 1943)		
Francisco José Pinto	Estudo sobre o marechal Caldas de Campos (s/d); biografia do genMallet (s/d). Nomenclatura e Instruções para o emprego do material do Forte de Copacabana (s/d).		IHGB
Frederico Villar	Manuais de Pesca (s/d); Breviário da educação moral, cívica, social e militar (s/d)		
Frederico Augusto Rondon	Pelo Brasil Central (1934); Na Rondônia Ocidental (1938).		
Genserico de Vasconcelos	História Militar do Brasil: da influencia do fator militar na organização da nacionalidade (1921).		
HenriqueBoiteux	Marquês de Tamandaré (s/d); Anita Garibaldi (s/d); Santa Catarina no Exército (s/d); Santa Catarina na Marinha (s/d); Os nossos almirantes (s/d); República Catarinense (s/d)		Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro; IHGB
Humberto de A. Castello Branco	Alto comando da Tríplice Aliança na Guerra do Paraguai (s/d), Doutrina Militar Brasileira (s/d); A Guerra (s/d)		
João Egon Prates da Cunha	Armorial Brasileiro. Iluminuras de L. G. Loureiro. (s/d)	Revista da Semana	Associação Brasileira de Imprensa; Instituto Histórico de Ouro Preto
João Fulgencio de L. Mindello	Condições de explorabilidade de algumas jazidas metalíferas (1917)		
João Manuel Borges Fortes	O tupi na corografia do Rio Grande do Sul (1930); Cristóvão Pereira (1931); Francisco Pinto Bandeira (1938); Velhos caminhos do Rio Grande (1938); Rio Grande de São Pedro – povoamento e conquista (1940).		Academia Rio-Grandense de Letras
Jonas de Moraes Correia Filho	Estudos de Português (1940); Floriano (1939); Barão do Rio Branco (1941).	Dirigiu Revista do Clube Militar	IHGB, ABI, Academia Carioca de Letras

Jonathas da Costa R. Monteiro	A colônia do Sacramento - 1680-1777, 2vols (1937).		
Jonathas de Moraes Correia	-----		
José de Lima Figueiredo	Oeste Paranaense (1937); Índios do Brasil (1939).	Diretor da Revista “A Defesa Nacional”	
José Faustino da Silva Filho	Regimento Mallet, (1932)- em parceria com João Borges Fortes		
José Maria M. Guimarães	História Militar do Brasil (s/d), História de Sergipe (s/d)	Correio da Manhã; Diário Popular	Sociedade de Geografia de Lisboa; Sociedade de Geografia de Tóquio, Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro; IHGB; Instituto Histórico e Geográfico do Sergipe, Piauí e São Paulo.
Leopoldo Nery da Fonseca	Agora, eu!... Defesa do major Néri da Fonseca (1934).		
Lucas A.Boiteux	A tática nas campanhas navais nacionais (s/d); História catarinense (s/d); A Marcha Imperial na Revolução Farroupilha (s/d); Campanha Naval de Cisplatina (s/d); A Marinha de Guerra nos reinados de D. João VI e D. Pedro I (s/d); A colonização italiana em Santa Catarina (s/d); A toponomástica do litoral catarinense nos séculos XVI e XVII (s/d); O tenente general Antero de Brito, barão de Tamandaré (s/d); Efemérides catarinenses (s/d); A Marinha Nacional nas lutas da independência (s/d).		Sociedade Brasileira de Geografia; Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina; IHGB.
Luiz Lobo	História Militar do Pará (s/d)		
Manoel José N. da Gama	A partir do ano de 1933 publicou séries de cartas náuticas nos <i>Anais Hidrográficos</i> .	Revista Marítima Brasileira	
Manuel Liberato Bittencourt	Psicologia do barão do Rio Branco(s/d); Homens do Brasil (s/d)		IHGB
Pedro Cordolino F. de Azevedo	História Militar – 2vols – (s/d)		

Raphael Danton G. Teixeira	História da Guerra do Paraguai (s/d)		
Raul Bandeira de Melo	Ensaio de geobélica brasileira (s/d)		
Raul Tavares	Guerra Russa-Japonesa (s/d); Moltke (s/d); Moltke a sua missão na Rússia (s/d); Curso Superior de Artilharia (s/d); além de conferências pronunciadas no IHGB	Jornal do Comércio	Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro; IHGB; Sociedade Brasileira de Geografia.
Severino Sombra de Albuquerque	Técnica de Planejamento (1935); História Monetária do Brasil colonial (1938); As duas linhas de nossa evolução política (1940) Formação da Sociologia (1941)	Jornal do Comércio; Revista Militar Brasileira.	IHGB
Valentim Benício da Silva	Antônio João, ensaio biográfico (s/d); Caxias (conferência, s/d); “Osório” (conferência, s/d); O oficial de cavalaria: como é e como dever ser (1936); “Influência da Família na defesa nacional” (conferência, s/d); “A batalha de Tuiuti” (conferência, s/d); Livro do soldado brasileiro (s/d); Jourdan (s/d); “A emancipação de Portugal e seus reflexos no Brasil” (conferência, s/d); “A república brasileira” (conferência, s/d); Rondon, cavalgador do sertão (s/d); O ensino dos analfabetos (1936);	Revista do IHGB; A Defesa Nacional.	IHGB

Dos 42 militares listados, apenas um, Jonathas de Moraes Correia, não teve suas publicações localizadas. Todos os demais, cerca de 98% possuíam uma significativa produção intelectual, publicando artigos e/ou livros. Se separarmos essa produção de acordo com áreas, história e geografia, veríamos o predomínio dos trabalhos de história, que chegam 80% dos trabalhos produzidos, enquanto que a geografia ocupa 20% dos mesmos. Em função desse predomínio dos trabalhos de história essa foi a área de produção que decidi analisar no próximo capítulo.

A participação em institutos congêneres também é bastante expressiva: 19 deles, cerca de 45 %, participavam de outras sociedades literárias, de institutos regionais ou mesmo do IHGB. Porém, nem todos eram membros do IHGB ainda no ano de 1936, talvez, a participação no IGHMB tivesse sido responsável por alguns ingressos no IHGB. O próprio capitão Severino Sombra só foi admitido como sócio no IHGB no ano de 1987. Em 1936, apenas 6 homens da lista de 42 fundadores, cerca de 14%, estavam entre os sócios do IHGB. Essa fileira só engrossaria no final da década de 1930 e durante a primeira metade da década de 1940, quando o número de sócios do IGHMB eleitos no IHGB dobrou de tamanho, chegando a 12 sócios, cerca de 28%, isso em um espaço de tempo menor, pois os 6 sócios contabilizados até o ano de 1936 foram admitidos em um espaço de 20 anos, entre os anos de 1911 e 1931, enquanto que os 6 admitidos após 1936 até o ano de 1945, chegaram ao mesmo número em menos da metade de tempo, cerca de 7 anos. Nas décadas seguintes, apenas dois nomes são eleitos sócios no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Francisco Jaguaribe de Mattos, eleito sócio efetivo naquele instituto no ano de 1954, e o já citado Severino Sombra de Albuquerque, eleito sócio honorário aos 80 anos de idade.¹ Esse aumento na década de 1940 pode ser um reflexo da proximidade dos dois institutos, pois durante a primeira metade da década de 1940, diante da falta de sede, as reuniões do IGHMB ocorreram no antigo Silogeu Brasileiro, sede do IHGB, na avenida Augusto Severo, esquina com a rua Teixeira de Freitas. A proximidade não dizia respeito apenas ao fato de dividirem o mesmo espaço físico, pois, como veremos no capítulo seguinte, os sócios dos dois institutos se

¹ A condição para se tornar um sócio honorário do IHGB era ter “idade provecta”, “consumado saber” e “distinta representação”. Uma análise da hierarquia interna do IHGB pode ser encontrada em SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Os Institutos históricos e Geográficos: “Guardiões da história oficial” In.: *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993 p. 104.

“comprometeram com a construção de uma história nacional republicana, que, tendo o presente em mira, forjava o passado em tradição”.²

Outros dados que podemos explorar no quadro acima é a presença de alguns homens produzindo na revista “Defesa Nacional”. Pelo menos mais dois sócios estariam envolvidos diretamente na criação dessa revista. São eles: Estevão Leitão de Carvalho e Francisco de Paula Cidade.³ Olhar com atenção para essa revista é importante se quisermos compreender de fato a necessidade de se perpetrar mudanças no interior das Forças Armadas. A revista, voltada para assuntos militares, foi fundada em 1913 por um grupo de militares⁴ que estagiou no Exército Alemão durante o governo do presidente Hermes da Fonseca, era peça fundamental em uma intensa campanha de modernização profissional do Exército. Os ex-estagiários, conhecidos como “Jovens Turcos”⁵, não restringiam as páginas da revista aos assuntos profissionais. Como bem demonstrou Leila Maria Capella, além de promoverem uma campanha em prol da modernização do Exército, que teria como ponto de partida o serviço militar obrigatório, os escritores da revista também se dedicaram a divulgar as práticas consideradas “nocivas à corporação”, reivindicando o seu direito à política – com “p” maiúsculo – que só viria a engrandecer o Exército e a nação, diferente da “politicagem”, caracterizada como mesquinha e motivada por interesses pessoais.⁶

Um total de 8 homens, que corresponde a 19% do grupo de fundadores, ou participava nas páginas da revista, colaborando com artigos, ou estagiou na Alemanha. Capella afirma que os dois anos passados no Exército alemão tornou difícil a reintegração à vida militar brasileira, pois os ex-estagiários julgavam que, no Brasil, “tudo parecia errado ou mal feito”. Diante da necessidade de transformação, propuseram-se a entusiasmar seus colegas de farda profissionalmente, e o veículo escolhido para dar ao Exército as características de uma força moderna, capaz tecnicamente de desempenhar seu papel, “tanto na luta quanto na estrutura política do Estado” foi a Revista Defesa Nacional.

² Idem. p. 133.

³ Ambos são citados por Leila Maria Capella em CAPELLA, Leila Maria. *As malhas de aço no tecido social: a revista Defesa Nacional e o serviço militar obrigatório*. Dissertação de Mestrado. Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia – Universidade Federal Fluminense, 1985. p.50

⁴ É importante desfazer uma generalização, pois Fernando Rodrigues assinala que nem todos os fundadores da Revista Defesa Nacional foram estagiários na Alemanha, como é o caso de Francisco de Paula Cidade. RODRIGUES, Fernando. *Os Indesejáveis*. Op cit. p. 71.

⁵ O apelido “jovens turcos” foi cunhado para ridicularizá-los, já que suas ideias não foram compartilhadas com facilidade o meio militar. Segundo Capella, os estagiários receberam o apelido como uma “homenagem”, pois os “jovens turcos” seriam “verdadeiros patriotas”. Ver CAPELLA, Leila Maria. *As malhas de aço no tecido social: a revista Defesa Nacional e o serviço militar obrigatório*. Op cit. p.53.

⁶ Idem. p. 116.

Passemos, agora, aos dados relativos à carreira militar desses homens. Como as fontes utilizadas foram os almanaques do Exército e da Marinha, muitas vezes padece com a objetividade da fonte. Uma saída seriam as pastas contendo as fés de Ofício desses militares, documento onde sua carreira é narrada de forma bastante detalhada. Mas, o acesso a esse material não foi tão fácil. Muitas pastas estavam em processo de digitalização, e, por isso, fora de consulta. Muitas outras não foram encontradas, sem mais justificativas, o que resultou em pouquíssimos nomes com riqueza de detalhes. No quadro número 7, listei os fundadores do Exército e os cursos que fizeram até o ano de 1936. O resultado foi o seguinte:

Quadro nº 7: Cursos– Militares do Exército

FUNDADOR	Escola Militar	Escola das Armas	Estado Maior
Adailton S. Pirassinunga	X regulamento 1924	X	X
Alípio Virgílio Di Primo	X regulamento 1898		
Altamirano Nunes Pereira	X regulamento 1919		
Álvaro Octavio de Alencastre	X regulamento. 1898		X
AntonioLeoncio P. Ferraz	X regulamento 1919		X
Augusto Tasso Fragoso			X
Cândido Mariano S. Rondon	X regulamento 1898	X	X
Emílio Fernandes de Souza Docca			
Estevão Leitão de Carvalho	X regulamento 1898		
Francisco de Paula Cidade	X regulamento. 1905		X
Francisco J. Gomes de Mattos	X regulamento 1898		
Francisco José Pinto	X regulamento 1898	X	X
Frederico Augusto Rondon	X regulamento 1919		X
Genserico de Vasconcelos	X regulamento 1898		
Humberto de A. Castello Branco	X regulamento 1919		X
João Fulgencio de L. Mindello			
João Manuel Borges Fortes	X regulamento 1898		X
Jonas de Moraes Correia Filho	X regulamento 1919		
Jonathas da Costa R. Monteiro	X regulamento 1898		
Jonathas de Moraes Correia	X regulamento 1919	X	
José de Lima Figueiredo	X regulamento 1919		X
José Faustino da Silva Filho	X regulamento 1905		X
José Maria M. Guimarães	X		
Leopoldo Nery da Fonseca	X regulamento. 1898		
Luiz Lobo	X regulamento 1898		X
Manuel Liberato Bittencourt	X regulamento 1898		
Pedro Cordolino F. de Azevedo	X regulamento 1898		
Raphael Danton G. Teixeira	X regulamento 1919		
Raul Bandeira de Melo	X		
Severino Sombra de Albuquerque	X regulamento 1924	X	
Valentim Benício da Silva	X regulamento 1898		X

Quadro nº 8: Cursos– Militares da Marinha

FUNDADOR	Escola Naval	Escola Superior de Guerra	Estado Maior da Armada
Antônio B. P. Guimarães	X		X
Antônio Carlos Raja Gabaglia	X	X	
Augusto Carlos de S. e Silva	X		
Cesar Feliciano Xavier			
Didio Iratim A. da Costa	X	X	
Frederico Villar	X		
Henrique Boiteux	X		
Lucas A. Boiteux		X	X
Manoel José N. da Gama	X		
Raul Tavares	X		

As escolas militares passaram por diversas reformas entre o final do século XIX e as primeiras décadas republicanas. Daí a identificação no quadro dos regulamentos em vigor nas Escolas a partir dos quais os alunos foram formados. Não foi possível a identificação dos militares pertencentes à Marinha. Essa variação é extremamente importante. Na verdade, ela expressa uma polêmica e intensa discussão sobre a formação do oficial do Exército brasileiro. E, por isso, dependendo do regulamento, a formação desses sócios pode ter sido muito diferente, comportando gerações e concepções distintas do que é "ser militar". José Murilo de Carvalho forneceu três tipologias de intervenção militar. A primeira delas seria a do "soldado cidadão" ou a "intervenção reformista", que teria se desenvolvido durante a Questão Militar sendo retomada mais tarde pelos tenentes em 1922. Essa ideologia, segundo José Murilo de Carvalho, representava tendências sociais renovadoras. No entanto, implicava no enfraquecimento da corporação. A segunda ideologia da intervenção seria o "soldado profissional", ou a "não-intervenção" e o grupo distintivo dessa concepção seria composto pelos "jovens turcos" ao defenderem um Exército dedicado à defesa do país e distante das lutas políticas. Enquanto que a terceiro "tipo" seria o "soldado corporação" ou a "intervenção moderadora". Nessa ideologia, o Exército teria uma função claramente conservadora ao estabilizar tensões internas. Diferente do segundo tipo, nesse se admite a intervenção na política, embora essa intervenção fosse extremamente distinta daquela defendida pelo primeiro modelo.⁷ Nossa lista de pesquisados possui homens que se encaixariam nos três tipos citados no trabalho de José Murilo de Carvalho. Alguns inclusive são citados diretamente em sua exposição. O que os cursos listados na tabela acima destacam é que esses militares pertencem a momentos históricos distintos no que se refere as concepções elaboradas pelos militares acerca da sua função na vida política brasileira. Os quadros referentes aos cursos de

⁷ CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Op cit. pp. 38-42.

“Estado Maior”, tanto no Exército como na Marinha, demonstram que esse curso ainda não era condição necessária para que esses homens galgassem os mais altos postos da hierarquia militar. Como veremos mais adiante, as promoções por merecimento serão a marca da carreira militar desse grupo.

Começando pelo quadro sobre os militares do Exército, temos que: 45% dos nomes levantados foram formados pelo regulamento de 1898, sendo o segundo maior número formado pelo regulamento de 1919, responsável por formar 25% dos nomes listados, enquanto os regulamentos de 1905 e 1924 formaram cerca 6% dos militares pesquisados.

Com relação aos militares da Marinha que cursaram na Escola Superior de Guerra, criada em 1889, podemos sugerir que sua presença nessa escola, que não deve ser confundida com a de mesmo nome criada no final da década de 1940, se deu até o ano de 1898, ano em que foi extinta por meio do decreto nº 2.881 de 18/04/1898. É possível que também houvesse militares do Exército nessa escola. Há uma anotação na fé de ofício de Jonathas da Costa Rego Monteiro que sinaliza sua matrícula na Escola Superior de Guerra, que teve de ser transferida após sua extinção para a Escola Militar do Brasil.

O regulamento de 1898 trazia dois cursos: um geral com duração de três anos onde se ministraria o estudo teórico e prático relativo às três armas do Exército (infantaria, cavalaria e artilharia) e, um curso especial, cujo foco era as matérias do estado-maior e engenharia militar, com duração de dois anos. Como a maior parte dos militares listados acima realizaram apenas o curso geral. Considero importante reproduzir aqui o currículo desse curso.

1º ANO	
1ª Cadeira	Geometria Algébrica, Diferencial e Integral.
2ª Cadeira	Física Experimental e Noções de meteorologia.
Aulas:	Geometria Descritiva e Planos Cotados.
2º ANO	
1ª Cadeira	Mecânica e Balística.
2ª Cadeira	Química e Metalurgia.
3ª Cadeira	Tática, Estratégia e História Militar.
Aulas:	Topografia e Desenho Topográfico.

Para Jehovah Motta, o regulamento de 1898 não foi capaz de assegurar o fortalecimento do ensino técnico-militar na Escola Militar, mas, reconhece que nas escolas de tática do

Realengo e do Rio Pardo “algo se fazia” para alcançar esse fortalecimento, o corpo de alunos recebeu armamentos, praticou-se tiro ao alvo e esgrima de baioneta. Ainda assim, a prática, tal como prevista no regulamento, continuava quase inexistente.⁸

Os regulamentos posteriores tinham como eixo principal a ideia de abandonar o academicismo predominante no currículo anterior, inserindo um conceito mais prático e objetivo à formação do oficial.⁹ O regulamento de 1905, segundo Fernando Rodrigues, tinha por objetivo eliminar o excesso do “ensino teórico” implantando um ensino mais “profissional”, voltado para a valorização da prática militar. O regime escolar foi completamente alterado, buscando enquadrar o aluno da Escola Militar no cotidiano de uma unidade de combate.¹⁰ Com esse regulamento se tentou, mais uma vez, eliminar os excessos do ensino teórico. Segundo Jehovah Motta, essa redução que visava acabar com o “bacharelismo militar”, foi uma das notas mais constantes na história da Escola Militar. A formação do oficial foi desmembrada em quatro escolas. Na Escola de Guerra se aprenderia os estudos preliminares, teóricos e práticos das três armas (Infantaria, Cavalaria e Artilharia) e o curso teria duração de dois anos. A matrícula nessa escola estava restrita pelo regulamento à praças-de-pré que já contassem com pelo menos, seis meses de serviço na tropa. As demais escolas serviriam de forma complementar a essa primeira. A segunda, Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria, era destinada a estudos teóricos e práticos para oficiais dessas armas, enquanto a terceira, Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia, era destinada a engenheiros (duração de três anos), e artilheiros (com duração de dois anos). A quarta escola tinha o mesmo nome dessa última e servia como um complemento para a escola anterior com duração de um ano.¹¹

Fernando Rodrigues afirma que o regulamento de 1919 manteve o domínio da prática sobre a teoria, definindo que apenas os conhecimentos necessários ao desempenho das funções de oficiais de tropa deveriam ser ministrados nas instituições de ensino militar. O oficial estaria obrigado a manter o aperfeiçoamento na profissão durante sua carreira no Exército, seguindo, assim, o modelo dos Exércitos europeus.¹² Esse regulamento buscou refletir as inovações apreendidas, durante a Primeira Guerra, no campo do armamento e da

⁸ MOTTA, Jehovah. *Formação do Oficial do Exército. Currículos e Regimes na Academia Militar (1810-1944)*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998. pp 187-188.

⁹ RODRIGUES, Fernando. *Os Indesejáveis*. Op cit. p. 49.

¹⁰ Idem. p. 58

¹¹ MOTTA, Jehovah. *Formação do Oficial do Exército. Currículos e Regimes na Academia Militar (1810-1944)*. Op cit. p. 233.

¹² RODRIGUES, Fernando. *Os Indesejáveis*. Op cit. p 91.

tática. Jehovah Motta destaca alguns pontos que devem ser considerados nesse momento: a chegada da Missão Militar Francesa e os trabalhos da Missão Indígena.¹³ O autor ressalta ainda que é com esse regulamento que se atinge o objetivo perseguido desde 1905 – a escola teria alcançado finalmente um padrão nitidamente militar, tendo um currículo ocupado por assuntos profissionais (esse nível de ocupação de assuntos profissionais chegou a 70%).

O regulamento de 1924 buscava retomar a ordem que foi ameaçada pelo episódio ocorrido em julho de 1922 no Forte de Copacabana que inaugurou o ciclo de revoltas tenentistas. Rodrigues destaca que ainda nos anos de 1922 e 1923 o Ministério da Guerra já defendia a necessidade de uma revisão do programa de ensino. O fulcro da revisão estaria no retorno do ensino de cultura geral, que junto ao ensino prático assegurariam uma formação de oficiais mais completa. Tanto o ministro Pandiá Calógeras (1919-1922) quanto seu sucessor, o ministro Setembrino de Carvalho, que assumiu o cargo em 1923, concordavam com a presença dos instrutores da Missão Militar Francesa¹⁴ na Escola Militar com o objetivo de tornar a formação de oficiais mais homogênea. 1924 foi o ano em que a Missão Francesa chegou à Escola Militar trazendo uma novidade em relação ao aperfeiçoamento dos oficiais, que a partir de então, não seria ministrado em uma única escola, mas seria feito ao longo da carreira do militar.¹⁵ Quanto ao currículo, a Geometria, a Tática e a História Militar ganhariam espaço privilegiado. No campo da História Militar, o professor deveria escolher de duas a três guerras modernas, para mostrar aos alunos o quanto o futuro dos povos estaria relacionado com a organização militar existente no tempo de paz, de duas a três guerras napoleônicas, visando destacar as bases da estratégia e da tática. Deveria também destacar operações da Grande Guerra que pudessem servir de exemplos para o esclarecimento dos textos do regulamento, e por fim, fazer alusão a campanhas do Exército brasileiro para as considerações acerca da importância do terreno e dos meios de comunicação.¹⁶

¹³MOTTA, Jehovah. *Formação do Oficial do Exército. Currículos e Regimes na Academia Militar (1810-1944)*. Op cit. p. 257.

¹⁴A Missão Militar Francesa foi contratada inicialmente para reformar o Estado-Maior e a Escola de Estado-Maior e segundo Rodrigo Nabuco de Araújo, na década de 1930 a maior parte da oficialidade já tinha sido formada pela Missão Militar Francesa. In: “Entre doutrina e política: a Missão Militar Francesa e a oficialidade brasileira (1920-1937)” *Militares e política*, nº 5 (jul-dez 2009), p.77.

A Missão Militar Francesa forneceu instrutores para a Escola de Estado-Maior do Exército, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Escola de Aviação Militar, Curso de Oficiais Intendentes, Curso de Saúde e Veterinária e Curso de Equitação.

¹⁵ RODRIGUES, Fernando. *Os Indesejáveis*. Op cit. p. 99-100.

¹⁶MOTTA, Jehovah. *Formação do Oficial do Exército. Currículos e Regimes na Academia Militar (1810-1944)*. Op cit. p. 273.

Alguns os militares que compõem o quadro 7 não cursaram a Escola Militar. Alguns tinham a formação de bacharel em matemática ou engenharia pela Escola Politécnica, tendo se alistado posteriormente no Exército. Esse é o caso do general João Fulgêncio Mindello. Outro caso que podemos citar é o do então coronel Emílio Fernandes Souza Docca, que aparece na tabela sem qualquer informação sobre sua formação. Souza Docca encerrou sua carreira como general de brigada na década de 1940 e ingressou no Exército como soldado do 6º Batalhão de Infantaria no ano de 1889, sendo sucessivamente promovido aos postos de 1º, 2º e 3º sargento. Ainda no posto de sargento ajudante, atuou na campanha do Contestado e ingressou no oficialato por concurso, sendo nomeado 2ª tenente em 1919 e promovido a capitão em 1921. Obteve o primeiro lugar no curso da Escola de Administração Militar e, após cursar a Escola Superior de Intendência passou para o quadro de Intendentes de Guerra. Como os demais companheiros listados na tabela, o coronel Docca colecionava promoções por merecimento. Caso representasse graficamente essas promoções, certamente o resultado seria mais um gráfico cheio.

Se as promoções por merecimento unem esse grupo, certamente o quadro seguinte apresenta dados que apontam para um elemento desagregador: a participação desses sócios em revoltas debeladas por seus colegas. Montá-lo, não foi tão fácil. O motivo da dificuldade estaria justamente na seleção das fontes. As fés-de-ofício podem, em algum momento, silenciar diversas notas na carreira do militar. Não é raro encontrarmos nos “Boletins do Exército” os chamados “cancelamentos de notas”, averbações que mandam excluir da fé-de-ofício as notas decorrentes de alguma representação contra o militar, caso o mesmo tenha sido absolvido. Há notas canceladas de prisões já cumpridas e publicadas em boletins regimentais. Uma leitura das fés-de-ofício que ignore a possibilidade desses silêncios poderia transformar esses homens em um grupo monolítico, integrado por oficiais altamente disciplinados e inteiramente afastados do mundo da política. Ignorar os primeiros registros e dar maior atenção aos últimos acreditando ser esses os mais completos pode se tornar uma armadilha. Por isso, elegi para esse quadro os almanaques do Exército. Observando que em alguns momentos de conflito, alguns nomes, simplesmente, sumiam, voltando a aparecer anos mais tarde. Diante da dificuldade, devo alertar que os números apresentados no quadro nº 9 devem ser lidos como o mínimo, podendo vir a ser maiores e mais expressivos.

Quadro nº 9: Participação em Revoltas¹⁷

Militares (fundadores) que debelaram revoltas %	Militares (fundadores) considerados revoltosos %
38%	12%

Almanaques do Exército - anos 1921 a 1936

Dezesseis foi o mínimo de homens que debelaram revoltas acima listadas. E cinco o número, também mínimo, dos que engrossaram as fileiras dos “revoltosos”, que se concentraram em apenas três das seis revoltas listadas acima, ou seja, não encontrei relatos de participação dos “revoltosos” em Canudos ou no Contestado. A “Revolta da Armada” (1893-1894) e as Revoltas Tenentistas, incluindo nessa última também a “Constitucionalista” de 1932. Listei os cinco “revoltosos” para ver cada caso separadamente.

O almirante Raul Tavares era apenas um aluno da Escola Naval no ano que eclodiu a Revolta da Armada e acompanhou o almirante Luiz Philippe de Saldanha da Gama, no ano de 1893, quando o almirante assumiu a chefia da Revolução da Armada.

O então aluno foi expulso e passou a viver com os pais na Itália, somente retornando ao Brasil em 1895, em virtude da anistia concedida pelo governo aos revoltosos. Matriculou-se novamente na Escola Naval e terminou seus estudos em fins de 1897, quando foi declarado guarda-marinha aluno, posto equivalente ao de aspirante a oficial. Outro militar da Marinha que foi punido durante a “revolta da Armada” foi o almirante Augusto Carlos de Souza e Silva. Então no posto de guarda-marinha, foi considerado “revoltoso” e “desertor” em Ordem do Dia número 90 de 17 de abril de 1894. No ano seguinte, se apresentou à Escola Naval, utilizando a anistia concedida pelo decreto assinado pelo presidente Prudente de Moraes nº 310 de 21 de outubro de 1895, que anistiava todas as pessoas que direta ou indiretamente tivessem se envolvido nos movimentos revolucionários até 23 de agosto de 1895.

Nessa mesma revolta, se envolveu o capitão-de-mar-e-guerra Frederico Villar, que acabou sendo gravemente ferido em Niterói no ano de 1894. No mesmo ano, participou da Campanha Federalista no Rio Grande do Sul. Sua participação se estendeu até junho de 1895,

¹⁷ As “Revoltas” listadas são as seguintes: a Revolta da Armada, a Revolução Federalista, Canudos, Contestado, Tenentista, Constitucionalista.

quando o almirante Saldanha da Gama, líder da revolta da Armada e da Revolução Federalista, faleceu.

Ao que tudo indica, as revoltas tenentistas tiveram um saldo maior de colegas lutando em lados opostos. O primeiro volume do *Dicionário de Historiadores, geógrafos e antropólogos* informa que o tenente Jonas de Moraes Correia Filho foi anistiado pelo decreto 19.395 de 8 de novembro de 1930. As anotações no Almanaque do Exército apontam para a sua participação, ao lado das forças legalistas, no período de 21 de julho a 3 de outubro de 1932, na revolução de 1932. Mas, se em 1932, o então tenente lutou ao lado das forças legalistas, em 1922, quando ainda era um cadete, tomou parte na revolta irrompida em 5 de julho no Rio de Janeiro. Por ter se sublevado com a Escola Militar, foi afastado do Exército, matriculando-se então na Escola Politécnica. Seu retorno ao Exército se daria após a Revolução de 1930, quando recebeu suas promoções retroativamente.

Outro caso de participação nos levantes tenentistas é o do sócio Leopoldo Néri da Fonseca. Estava ainda no posto de capitão quando em 1922 participou do levante do Forte de Copacabana em protesto contra a eleição de Artur Bernardes à presidência da República e às punições impostas aos militares pelo então presidente Epitácio Pessoa. O capitão ficou incumbido de vigiar o general Bonifácio da Costa, detido logo no início do levante. O capitão Leopoldo Néri foi preso e enviado ao Hospital Central do Exército, onde teria de prestar depoimento. O capitão fugiu e mais uma vez se reintegrou ao movimento tenentista, passando a usar codinomes.

Atacou o quartel do 3º Regimento de Infantaria na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, no ano de 1925 junto com outros oficiais, com o objetivo de conquistar seus efetivos para uma marcha sobre o palácio do Catete, então sede do governo federal. O golpe fracassou e em 1928 o capitão foi condenado a um ano e quatro meses de reclusão pelos acontecimentos de 1922.¹⁸

Outro militar que lutou em lado contrário aos colegas foi o então tenente Severino Sombra de Albuquerque, que, no ano de 1932, ano em que eclodiu a “Revolução Constitucionalista” em São Paulo, fazia parte do gabinete do ministro do trabalho Plínio Salgado, fundador da Ação Integralista Brasileira. Ao apoiar a revolução, foi exonerado, preso e exilado para Portugal, onde permaneceu por um ano, de novembro de 1932 a

¹⁸DHBB/ cpdoc.

novembro de 1933. O almanaque do Exército para o ano de 1933 não traz o nome de Severino Sombra de Albuquerque. A acusação feita ao então tenente era que ele teria tentado articular forças nordestinas para auxiliar São Paulo contra o governo provisório de Getúlio Vargas.¹⁹

Na mesma revolução, tomou parte o então coronel Estevão Leitão de Carvalho. Ao retornar de Genebra em 1932, para onde havia sido enviado como técnico militar da Delegação do Brasil, nos trabalhos para a limitação e redução dos armamentos aderiu à revolução constitucionalista de São Paulo, sendo, então, preso e reformado. Durante os dois anos seguintes, Estevão Leitão de Carvalho trabalhou no comércio do Rio de Janeiro. Com a anistia em 1934, tomou posse do cargo de Comandante da Escola de Estado Maior, função que desempenhou até dezembro de 1935.

Os casos selecionados acima demonstram que não havia somente pontos de convergência entre esse grupo de militares e que, em determinados momentos, esses homens assumiram posicionamentos muito distintos. Ignorar que alguns desses militares pegaram em armas e lutaram entre si demonstra a complexidade de se trabalhar com um sujeito coletivo - os militares. Daí a importância de dar visibilidade à experiência desses atores. Mostrar esses posicionamentos distintos nos obriga a pensar a categoria “militar” historicamente, rejeitando qualquer olhar que torne natural suas “semelhanças”. Os expurgos, as punições impostas aos militares “revoltosos” nos indicam as formas através das quais a atuação do militar se torna possível, em outras palavras, a forma pela qual a identidade será reivindicada. Nesse processo, opera-se uma disputa a ser travada de maneira múltipla e conflitante.

Se as posições em revoltas não pode sugerir um grupo tão monolítico, o comando de instituições de ensino militar parece dar algum grau de coesão a esse grupo. Quase metade desses homens, cerca de 48%, comandaram alguma instituição de ensino militar ou foram professores em algumas delas. Diante da impossibilidade do acesso a todas as fés-de-ofício, considero que esse percentual deva ser visto como o mínimo dos sócios fundadores que desempenharam uma das duas funções. Esse número deve ser respeitado caso consideremos, como vimos no capítulo anterior, que essas instituições tinham um importante papel no trabalho anticomunista a ser desempenhado no interior das Forças Armadas durante a década de 1930. Nesse sentido, não só o que seria ensinado no IGHMB, que é o assunto do próximo capítulo, mas também quem ensinariam os conteúdos patrióticos, deve ser considerado.

¹⁹ SILVA, Emilia C. “Severino Sombra – O homem no espelho: a Legião Cearense do Trabalho (movimento que forneceu a base do integralismo)”. *ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História* – Londrina, 2005. p. 6.

O exercício de agrupar esses homens pelos fatores que os uniriam não pode deixar de considerar que não existe uma linha estrita que une e distingue. Ainda que a tentativa de exclusão de qualquer incompatibilidade aconteça ainda nos registros. Essa coesão deve ser questionada, considerando que “(...) homens e mulheres não escolhem suas identificações como escolhem sapatos, sabendo que só se pode usar um par por vez.”²⁰

²⁰ HOBBSAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismos desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 146.

Capítulo III:

Uma História Militar Amistosa

Infere-se, assim, que a tarefa última das liturgias de recordação é gerar coerência e perpetuar o sentimento de pertença e de continuidade, num protesto, de fundo metafísico, contra a finitude da existência, ou melhor, contra o esquecimento, essa antecipada prova de que o homem caminha para a morte.

Fernando Catroga¹

(...) Mas é preciso que o presente se torne passado, lembrança, repetição, para que outro presente nos ajude a compreender.

Tzvetan Todorov²

O ano de 1996 marcou os sessenta anos de fundação do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Nesse mesmo ano, representantes dos estabelecimentos de ensino do Exército elaboraram um “Projeto História Militar”. Esse projeto contou com a participação dos membros do IGHMB. O editorial da revista do IGHMB, na edição comemorativa dos sessenta anos do instituto, trouxe ainda mais informações acerca dos investimentos realizados em prol da produção de uma história institucional.

Criado em fins de 1996, o Conselho de História do Exército, subordinado à DAC – Diretoria de Assuntos Culturais – é um órgão de assessorias no domínio da História, especialmente a militar e a do Exército, sempre com vistas à preservação da memória da Força. Integram-no 18 civis e militares e, entre seus membros natos, está o presidente do IGHMB. O Conselho e o Instituto mantêm ligação com a USP – Universidade de São Paulo, onde se desenvolve um projeto sobre Caxias, com a participação de militares. Espera-se que nela tenha lugar o primeiro curso de História Militar do Brasil.³

Essas instituições voltadas para a história teriam o papel de contribuir, ainda que anonimamente, “para a interpretação e solução dos problemas nacionais, mediante o estudo

¹CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolho no tempo*. Coimbra: Almedina, 2009.p 25.

²TODOROV, Tzvetan. *As Estruturas Narrativas*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

³“Sessenta anos de IGHMB” R. *IGHMB*. Ano 56, nº82. 1996. p.8.

dos fatores geográficos, históricos, sócio-políticos e econômicos”.⁴ Como já vimos, o IGHMB, fundado em 1936 e em plena atividade no ano de 1996, seria a mais antiga dessas instituições. O presidente do instituto em 1996, o coronel Luiz Paulo Macedo de Carvalho, afirmou ainda, estar dando continuidade ao trabalho daqueles que, em 1936, criaram o instituto, elencando como eixos norteadores do estabelecimento a manutenção da memória nacional - através do culto patriótico do passado e a profissionalização da história – afirmando que a realização do trabalho do Instituto se fazia “sem ideias preconcebidas, sem distorções ideológicas, facciosismos e ufanismos, para que as gerações do futuro se beneficiem desse labor silencioso”.⁵

Atualmente é possível recuperar no sítio eletrônico do IGHMB seus objetivos:

manter viva a memória nacional; realizar pesquisas, estudos e investigações sobre fatos, personalidades e episódios históricos; manter seu quadro social atualizado quanto a conjuntura nacional e internacional, evolução do pensamento estratégico e as ameaças reais ou potenciais a Nação Brasileira; Incentivar o estudo da Geografia, da História Militar, da Estratégia e da Geopolítica, nos estabelecimentos de ensino militares e civis de terceiro grau, nos níveis de graduação e pós-graduação⁶

Tal como em 1936, manter viva a memória nacional continua sendo hoje um dos objetivos do IGHMB. Isso é interessante porque demonstra a preocupação com uma política de preservação de suportes coletivos, de referenciais institucionais. Uma necessidade de preservação que é estratégica pois, ao selecionar e salvar referências do esquecimento, ou do desaparecimento, criam-se também identidades. Assim, o incentivo a estudos acerca de personalidades e fatos históricos ganha sentido, pois permite a uma instituição oferecer a seus integrantes referenciais eficazes para a manutenção e reelaboração de suas identidades,⁷ elementos através dos quais se reconheçam como pertencentes de um grupo no espaço social, como atores sociais.

A hipótese com a qual trabalhei nesse capítulo é de que um dos instrumentos utilizados para “modelar condutas” no interior do Exército, em um momento onde se forjava uma doutrina unificadora para a Instituição, foi o ensino de história, considerando não apenas as referências à necessidade desse ensino, tanto no plano de política e ação do Exército,

⁴Idem.

⁵“Sessenta anos de IGHMB”. *R.IGHMB*. Op cit. p.8.

⁶Disponível em <http://www.ighmb.org.br>. Acessado em 13/04/2013.

⁷CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolho no tempo*. Op cit. p. 24.

formulado pelo então capitão Severino Sombra de Albuquerque, exposto no primeiro capítulo, como também a quantidade expressiva de sócios do IGHMB ligados ao ensino militar. A história praticada e ensinada no Instituto deveria ser pautada na valorização dos exemplos de civismo dos construtores da nacionalidade para que se criasse a “mística da pátria”, formando e fortalecendo o cidadão para a defesa da mesma.

O programa do Instituto enfatizava que a história era dotada de uma função “primitiva e cruel”. Essa função, segundo o general Docca, estaria relacionada com a provocação de guerras. A história praticada no IGHMB deveria se despojar dessa função se transformando em um vínculo, em uma “força de aproximações constantes e amistosas”, pois, sendo ensinada dessa maneira, a história seria “um alicerce onde a solidariedade poderia repousar tranquilamente”.⁸ A partir da exposição do programa do IGHMB, podemos deduzir que a história deveria ser manipulada visando a construção de uma união, tanto no Exército, como na Nação. Compreender a “solidariedade” que se cria no Exército a partir da segunda metade da década de 1930 é fundamental para se entender a opção por uma história amistosa.

Edmundo Campos Coelho defende que o Estado Novo constituiu uma fase decisiva para a evolução do Exército. Nesse período, graças a “Intentona Comunista”, havia chegado ao fim um ciclo de pronunciamentos isolados no interior do Exército. Uma solidariedade orgânica se sobrepôs a esses discursos isolados e, pela primeira vez, estava em pauta uma doutrina definidora do papel da organização militar na sociedade brasileira. Ainda segundo Coelho, a criação dessa solidariedade se deu por meio da manipulação de elementos simbólicos que se concentravam na glorificação de um passado comum, dos heróis militares e seus feitos.⁹

Este capítulo, portanto, focaliza a história militar enquanto fruto da ação humana no tempo. Já que a história militar, no Brasil, foi considerada pelos fundadores do IGHMB como fator essencial para que se desenvolvesse a doutrina militar e os processos de combate, em todos os níveis, desde o aluno do colégio militar, passando por praças, cadetes, até os mais altos postos da hierarquia militar.¹⁰ O que me interessa é a história militar praticada no IGHMB, por seus fundadores, nos anos iniciais de sua existência (1937-1945).

⁸DOCCA, Emilio F. Souza. “Nosso Programa”. R. IGHMB. vol 1, Rio de Janeiro, 1941, p XIV.

⁹COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: O Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Ed Record, 2000.p 122-123.

¹⁰“Sessenta anos de IGHMB” *In.: R.IGHMB*. Op cit. p.8.

O período selecionado se justifica pelo fato de que, durante o Estado Novo, o Exército se colocou como elemento fundamental de afirmação e defesa do regime. Como vimos no primeiro capítulo, o ano de 1937 marca a vitória de um projeto articulado por um setor do Exército que visava mudanças na estrutura interna da organização militar, bem como nas suas relações com o Estado e a sociedade.¹¹ Desse modo, esse capítulo se divide em duas partes. Em um primeiro momento, busco apontar para a relação entre o passado narrado no IGHMB e a política que se buscou construir no Exército. Em seguida apresento a revista do instituto, para compreender a sua forma de estruturação para construir, a partir daí, critérios de classificação que comportem os materiais veiculados nas páginas da revista.

III.1. A Construção de um passado, a construção de uma política do Exército.¹²

Em obra escrita após a revolução de 1930, o general Góes Monteiro defendia que o Exército, por ser uma organização nacional, deveria desenvolver uma política própria. Em frase que se tornou famosa, o general afirmava que “a consciência coletiva deve-se criar no sentido de se fazer a política do Exército e não a política no Exército”. Como já vimos, diversas instituições culturais foram criadas pelas Forças Armadas durante a década de 1930. O Arquivo do Exército, criado em 1934, a Editora Biblioteca do Exército, criada em 1937, e o IGHMB, fundado em 1936, corresponderiam ao que o presidente do IGHMB, no ano de 1996, o então coronel Luiz Paulo Macedo Carvalho, considerou ser um “tripé” cujo objetivo era desenvolver um centro de excelência de pensadores militares nacionais.¹³

É importante resgatarmos aqui o caráter das justificativas apresentadas para a fundação do IGHMB. O primeiro ponto a ser destacado foi o movimento de especialização da História, as novas metodologias de pesquisa e interpretação que traziam a necessidade de um lugar onde a temática militar pudesse ser tratada de maneira sistematizada, contribuindo profissionalmente com a obra de futuros historiadores. O segundo ponto salientava o caráter pedagógico da história militar que, segundo o então capitão Severino Sombra de Albuquerque, seria o ensinamento mais fecundo dos chefes militares ao possibilitar lições políticas, táticas e estratégias de campanhas passadas. Ainda nas palavras de Severino

¹¹CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 2005. p 64.

¹²*A Revolução de 1930 e a finalidade política do Exército*. Rio de Janeiro: Andersen editores, s/d. p 163.

¹³Alocução proferida em sessão magna realizada no auditório Pedro Calmon, do IHGB, em 07 de novembro de 1996.

Sombra, a história de um Exército seria a melhor explicação do seu presente e o fulcro da sua evolução. O terceiro ponto enfatizado pelo então secretário se sustentava em um argumento menos profissional e mais claramente político, muito caro ao secretário, que se pautava na crença de que a afirmação e a sobrevivência dos povos se fariam através de uma “personalidade nacional” que se manteria, se manifestaria e se reproduziria de geração para geração por meio da “continuidade histórica”. Sob essa perspectiva, Severino Sombra afirmou que o esquecimento do passado e as rupturas com a tradição desencadeariam um processo de “descaracterização dos povos e na sua assimilação por outros povos”, enfraquecendo, assim, o organismo social.¹⁴

Após a exposição das justificativas, Severino Sombra afirmou que a “grave situação social” atravessada há pouco tempo exigia uma reação imediata e forte do Estado. Reação essa que deveria se dar através do cultivo de “fatos gloriosos” e figuras heroicas” do passado:

Mais do que qualquer outro organismo nacional, neste momento de agitação social, o Exército e também a Marinha precisam manter a tradição histórica – mais sadio alimento do patrimônio. Nesse sentido, nossa Sociedade vem preencher sensível lacuna, prestando inestimável serviço às Forças Armadas e ao Brasil.¹⁵

Como exposto nos capítulos anteriores, a reunião de fundação do IGHMB ocorreu apenas dez meses após os levantes de novembro de 1935, denominados pelos militares de “intentona comunista”. O “momento de agitação social” ao qual se refere o capitão Severino Sombra certamente era uma alusão aos levantes. Esse conjunto de eventos foi crucial para desencadear um processo de institucionalização de uma ideologia anticomunista no interior das Forças Armadas.¹⁶

A “reação” necessária à “grave situação social” passou diretamente sobre a forma de se pensar a relação do Exército com a nação. O programa do Instituto, exposto pelo coronel Souza Docca no ato inaugural do IGHMB, em 1938, traz alguns temas que nos ajudam a compreender como esses militares pensavam essa relação. A “história militar”, como já exposto na fala dos militares citados, serviria de forma a alimentar a aproximação do Exército com a nação. A “pátria” estaria inserida em uma marcha em prol da realização de seus grandes destinos. Os anseios de uma “sã brasilidade” seria o motor da marcha empreendida

¹⁴ Ata de fundação do IGHMB. Disponível na *R.IGHMB*, vol I, 1941. p. 78.

¹⁵ Ata de fundação do IGHMB. *R.IGHMB*, vol I, 1941.p. 78.

¹⁶ CASTRO, Celso. *A Invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. p. 49.

pela nação que exigia “a cooperação corajosa, inteligente e esforçada de todos os seus filhos.” Os militares envolvidos na criação do IGHMB seriam os responsáveis pela orientação dessa marcha. Como se lê:

Em todas as fases da história se precisa de uma orientação: seja pela fé, pela espada, pela ciência ou pela ideia (...) Todas as diversas individualidades, átomos físicos, células viventes, unidades humanas, ficam sem efeito se as suas ações não forem provocadas e canalizadas por forças diretoras. Não importa que os elementos considerados pertençam ao mundo físico ou social – para orientá-los são sempre necessários agentes diretores.¹⁷

Assim como a nação, o próprio IGHMB estaria em marcha. O coronel Souza Docca destacou que o grupo criador do IGHMB tinha por convicção que as ideias não se impulsionam, não se movimentam nem caminham sozinhas, fazendo uma analogia com “águas paradas” que, pela inércia, perdem suas qualidades vitais e apodrecem. O IGHMB, na visão desses militares, era uma “ideia em marcha” devendo ser impulsionada pelo idealismo, pela fé, pela esperança e pelo amor ao Brasil.

O programa do Instituto, elaborado pelo coronel Souza Docca, também retomava o tema da personalidade nacional evocado pelo capitão Severino Sombra. Nele, o IGHMB é retratado como um “elemento de defesa da nacionalidade”, pois a história seria, “o elemento preponderante na formação do caráter nacional”. Recuperando um trecho do escritor uruguaio José Enrique Rodó, ainda que sem referência precisa, o programa do IGHMB destaca que o descuido de um povo em relação a sua língua e a sua história, o deixaria próximo da perda do “sentido de si mesmo [a] dissolver e anular a sua personalidade”.¹⁸

Em todo momento, o que está em pauta é a relação quase simbiótica Exército/Nação. Por esse motivo, o programa do IGHMB não restringe ao seu espaço o projeto de uma “história amistosa”. O coronel Souza Docca destaca no programa do IGHMB que, no ano de 1936, a cadeira de História do Brasil não existia nas escolas, estando seu ensino dissolvido na História Geral. A correção para tal descuido estaria na Constituição outorgada em 10 de novembro de 1937, por Getúlio Vargas, onde se estabeleceu a obrigatoriedade do ensino cívico nas escolas primárias e secundárias de todo o país. Para o coronel Souza Docca,

¹⁷“Nosso Programa”. *R.IGHMB*, vol 1, n, 1, 1941.p. IX.

¹⁸Idem. p XII.

instituir a obrigatoriedade do ensino cívico nas escolas foi o meio mais seguro, mais prático e mais eficiente de se formar “cidadãos prestimosos e conscientes”.¹⁹

Por último, o programa do IGHMB apontava para sua própria criação como sendo um “ato de patriotismo”, destacando o preceito do primeiro artigo do estatuto do instituto que evocava o impulsionamento e a manutenção do “culto patriótico dos vultos e fatos gloriosos” do passado militar:

Sabemos todos que no culto pelo passado é que existe a forma mais significativa, mais real, mais producente, de manter a grandeza moral da nação, porque, como já acentuou alta autoridade, “é a recordação do passado que constitui a nacionalidade de um povo” e Homero, 1000 anos antes de Cristo, já ensinava que nada deveríamos poupar para honrar os nossos grandes mortos.²⁰

Partindo dessas afirmações, acredito que os objetivos do IGHMB não estariam restritos para o corpo de oficiais das Forças Armadas, pois fica patente que o interesse não se restringe em pensar somente o Exército, mas evitar a “ruptura da tradição em todo o organismo nacional”, sem perder de vista também a forma como a instituição é apresentada no momento da sua inauguração. Ela representa, antes de tudo uma “reação”. A preocupação exacerbada com a assimilação por outros povos e com a descaracterização do povo brasileiro pode ser entendida, se atentarmos para a maneira como, por exemplo, o comunismo – ideia que teria desencadeado a reação - era retratado pelas forças de direita. Em mensagem apresentada ao poder legislativo, em maio de 1936, o presidente Getúlio Vargas, que saiu fortalecido dos levantes ocorridos em 1935, inicia seu discurso salientando que nada há de comum entre as “aspirações do povo brasileiro e as ideologias extremistas e exóticas”. No esforço de demonstrar a distância do comunismo com os referenciais da nação, Vargas recorda que a “junta diretora do movimento subversivo de 1935” continha cinco membros, dos quais, somente um era brasileiro, em referência a Luís Carlos Prestes, afirmando também que os planos para o Brasil foram forjados no estrangeiro e custeados por estrangeiros.²¹

¹⁹Idem. p. XIV.

²⁰“Nosso Programa”.*R.IGHMB*, vol 1, n, 1, 1941.p.XII.

²¹Rodrigo Motta afirma que o presidente Getúlio Vargas saiu fortalecido dos levantes ocorridos em 1935, que acabaram por contribuir para reverter a situação de instabilidade e fragilidade política vivenciada pelo governo. Dois anos após os levantes, Vargas instaurou a ditadura do Estado Novo respaldado no compromisso anticomunista. O autor afirma ainda que a rememoração das versões sobre os levantes ocorridos em 1935 se tornou uma arma importante da propaganda anticomunista. CF. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda Contra o Perigo Vermelho: O anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002. p. 196 - 83. A mensagem de Vargas ao poder legislativo pode ser lida no primeiro livro publicado pela Biblioteca Militar, *Em*

A partir do que foi exposto anteriormente, podemos pensar em uma “história do IGHMB” partindo da premissa de que os empreendimentos culturais correspondem a uma dimensão da política. Isso significa que o IGHMB deve ser analisado como um *locus* de intervenção onde a política se manifesta nas práticas da instituição, levando em conta a afirmação de que a construção e a reconstrução do passado é um processo que possui uma forte relação com o presente.²²

Devemos, portanto, questionar o caráter despretensioso da história “amistosa” que os escritores militares afirmam produzir no interior do IGHMB. O que se publicava nas páginas da Revista do Instituto estava longe de ser uma história sem “ideias preconcebidas e imune à distorções ideológicas, facciosismos e ufanismos”. Em suma, estava longe de ser uma história sem discórdias, ou a história amistosa, tal como a nomearam.

Tratava-se, portanto, de um projeto escriturário, no sentido de uma passagem da crônica para uma didática onde o presente se situa como a *renda* da operação escriturária.²³ Para que pudéssemos analisar como era a prática desse projeto escriturário, seguimos de perto a resposta de Michel de Certeau à pergunta: “o que é que o historiador fabrica quando se torna escritor”. A resposta vem em seguida: “seu próprio discurso deve revelá-lo.”²⁴ Utilizamos parte da produção dos fundadores do IGHMB, trabalhando com as publicações periódicas lançadas pelo Instituto no período contemplado por essa pesquisa. No entanto, impuseram-se critérios e recortes. Considerando que uma das razões suscitadas para a criação do Instituto tinha um caráter fortemente profissional, ao destacar a importância da história militar para os chefes militares, ao dotá-los de lições políticas, táticas e estratégicas das campanhas passadas, decidimos testar o grau do seu compromisso com esse viés mais profissional, sem perder de vista o compromisso do IGHMB com uma política específica, que tinha na reconstrução do passado, espaço para se manifestar na instituição.²⁵

Guarda! Contra o comunismo. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1938, p. 11.

²²A ideia aqui é de que o IGHMB é um lugar onde o poder se deixa ver menos possuindo não só a função social de integrar, mas também, uma autêntica função política. Ver BOURDIEU, Pierre. “Sobre o Poder Simbólico”. In: *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

²³CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 97.

²⁴*Idem*. p. 95.

²⁵Destacamos aqui a natureza discursiva desses textos utilizando como referência Júlia Kristeva, pois, como nos sugere a autora, diferente de uma enunciação histórica, onde o locutor é excluído da narrativa, os discursos correspondem a uma forma de enunciação que integra na sua estrutura o locutor e o auditor, buscando o primeiro, ter algum grau de influência sobre o segundo. KRISTEVA, Julia. *História da Linguagem*. Lisboa: Edições 70, 2007. p. 21.

Antes de passarmos para a exposição e análise dos artigos, é importante analisarmos o instrumento de sua veiculação: a Revista do IGHMB.

III.2. A Revista do IGHMB e o culto patriótico.

Para que o Instituto pudesse alcançar sua finalidade – promover o desenvolvimento dos estudos de Geografia e da História Militar do Brasil e o culto patriótico dos vultos e fatos gloriosos do seu passado - o estatuto do IGHMB previa, entre outras coisas, a edição de uma publicação periódica, que seria distribuída entre os sócios de todas as categorias, gratuitamente.

Apesar de o IGHMB ter sido fundado no ano de 1936 e instalado oficialmente em 1938, o primeiro número da Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil foi lançado somente em outubro de 1941. Até 1943, ela foi publicada anualmente. A partir desse mesmo ano, a periodicidade da revista passa a ser semestral, seguindo de fato essa indicação nos números publicados posteriormente. Ao selecionar os números das Revistas do IGHMB, publicados dentre os anos contemplados por essa pesquisa, utilizei o total de oito volumes. O conteúdo dessas publicações demonstrou uma natureza bastante heterogênea. Relatos de viagens, biografias, discursos de autoridades, relações de sócios, dentre outros tipos de textos, aparecem na Revista. Para dar conta dessa diversidade, resolvi adotar alguns critérios classificatórios, buscando respeitar ao máximo a heterogeneidade de seus conteúdos. No entanto, é importante fixar que esses conteúdos não são excludentes. Os temas se esbarram em algum momento dificultando uma classificação rígida. Além disso, a revista do IGHMB não possuía sequer uma seção permanente, além de não apresentar uma regularidade no número de páginas de cada volume. Para fornecer uma ideia do conteúdo extremamente plural da revista, optei por agrupar os artigos no quadro nº 1, por ano, mesmo quando a revista já tinha periodicidade semestral:

Quadro nº 10- RIGHMB – Artigos publicados (1941-1945)

Ano	Títulos
1941	1. Nosso Programa;

	<p>2. A República do Peru – suas vias de comunicação;</p> <p>3. Debate;</p> <p>4. <i>Instrucciones para la apertura de una trocha desde el rio Tulumayo a la Cordillera Azul.</i></p>
1942	<p>1. Caxias;</p> <p>2. Discurso do ministro Gustavo Capanema no IGHMB;</p> <p>3. Jourdain;</p> <p>4. O almirante Antonio Luiz vonhoonholtz – barão de Tefé – sua vida e obra;</p> <p>5. Breve notícia sobre Jerônimo Coelho;</p> <p>6. Barbacena, a grande figura do Império;</p> <p>7. Tropas no Rio de Janeiro e no Brasil até a metade do século XIX;</p> <p>8. Marquês de Barbacena;</p> <p>9. Defesa minada do Porto de Santos – (revolta de 1893);</p> <p>10. Uma prisão para Floriano;</p> <p>11. O primeiro corpo docente da Escola Militar;</p> <p>12. Os reflexos da vida luminosa do general Dias de Oliveira;</p> <p>13. Apontamentos de uma visita a Marajó.</p>
1943	<p>1. Almirante Francisco Cordeiro Torres Alvim;</p> <p>2. Debate;</p> <p>3. A pesca no Brasil;</p> <p>4. Considerações;</p> <p>5. No centenário de Pedro Américo;</p> <p>6. Fernando de Noronha;</p> <p>7. Os estudos oceanográficos no Brasil;</p> <p>8. O espírito militar e a questão acreana;</p> <p>9. Almirante Inácio Joaquim da Fonseca;</p> <p>10. José de Oliveira Barbosa;</p> <p>11. Referências biográficas;</p> <p>12. Gomes Freire de Andrade;</p>

	<p>13. Impressões da África do Norte;</p> <p>14. Vital de Oliveira;</p> <p>15. Deve-se a Floriano a implantação do regime republicano?</p> <p>16. Elogio a Varnhagen;</p> <p>17. A casa do índio;</p> <p>18. João Severiano.</p>
1944	<p>1. Documentos inéditos pertencentes ao IGHMB;</p> <p>2. Juiz de Fora e a genealogia do Duque de Caxias;</p> <p>3. A redivisão territorial política e o território do Tocantins;</p> <p>4. A margem de uma tentativa de padronização da nomenclatura do terreno para uso militar;</p> <p>5. Política, guerra e o sentimento pan-americano;</p> <p>6. Elogio histórico do coronel José Saturnino da Costa Pereira, ministro da guerra na regência Feijó;</p> <p>7. Sobre o planalto de Maracajú;</p> <p>8. As revoluções que eu vi;</p> <p>9. Caxias e o combate de Santa Luzia;</p> <p>10. Xº Congresso Brasileiro de Geografia;</p> <p>11. Um capitão do Exército na guerra do Paraguai;</p> <p>12. Aspectos interessantes da Revolução de 6 de setembro;</p> <p>13. Benjamin Constant Botelho de Magalhães.</p>
1945	<p>1. Caxias, o guardião do Brasil;</p> <p>2. O chanceler da paz;</p> <p>3. Ozório, o bayard do novo mundo;</p> <p>4. Homenagem póstuma a Souza Docca;</p> <p>5. Discurso em homenagem à memória do general Emilio Fernandes de Souza Docca;</p> <p>6. Elogios ao almirante Henrique Boiteux;</p> <p>7. Um instante de dor;</p> <p>8. Discurso em homenagem ao coronel Alvaro de Alencastre;</p> <p>9. O verdadeiro local do descobrimento do Brasil;</p>

	10. Discurso de recepção ao coronel Felício Lima; 11. Dissertação da posse da cadeira nº 34; 12. Euclides da Cunha e a vida militar; 13. Relatório das atividades do instituto durante o ano de 1945; 14. Discurso em homenagem ao general Tasso Fragoso; 15. Esforço biográfico sobre o coronel Carneiro da Cunha; 16. Política versus Marinha (revoluções que eu vi) 17. O verdadeiro local do descobrimento do Brasil.
TOTAL	65 artigos

Pensando uma classificação para esses artigos, temos o seguinte quadro:

Quadro nº 11 - RIGHMB – Classificação dos textos (1941-1945)

Classificação	Períodos					TOTAL
	1941	1942	1943	1944	1945	
1. Discursos/Alocações de Autoridades	1	1	-	-	1	3
2. Biografias, elogios fúnebres e genealogias.	-	7	11	3	11	32
3. Estudos de geociências	3	1	4	4	-	12
4. Memórias Históricas	-	4	3	5	4	16
5. Relatórios e Documentos	-	-	-	1	1	2
TOTAL de artigos	4	13	18	13	17	65

Por conta da diversidade do material publicado nas páginas da Revista e considerando a preocupação fundamental em investigar o papel desempenhado pelo Instituto no processo de construção de uma política do Exército pautada no caráter nacional das Forças Armadas, optei por partir daí a dedução dos critérios de classificação. A diversidade levou a alguns problemas

classificatórios, pois um mesmo artigo poderia se enquadrar em mais de uma classificação. Diante dessa dificuldade, na dúvida, dei preferência em classificar os itens publicados na revista de acordo com os objetivos expostos no programa do Instituto – os estudos nos campos da história e da geografia. Por isso, a minha opção por incluir, por exemplo, na categoria “estudos de geociências”, todas as viagens relatadas na revista, pois, algumas viagens ali publicadas não tinham somente a preocupação em descrever uma viagem e o seu percurso, mas cooperar para estudos de geociências com a confecção de mapas topográficos, mapas cartográficos e/ou estudos de geologia. Gostaria de evidenciar que as categorias supostamente mais voltadas para a preocupação de inserir a história militar no processo de profissionalização, tal como utilizada pelo capitão Sombra na exposição de suas justificativas, não excluí, de maneira alguma, um engajamento político. O que eu classifiquei como “estudos de geociências”, eram textos que, apesar de muito distintos em sua forma narrativa, tratavam de um mesmo tema: a integração das regiões mais longínquas ao eixo do poder central.

É necessário lembrar aqui que os artigos publicados nas páginas da revista do IGHMB eram fruto de sessões de conferências, onde se reuniam para apreciar um trabalho escrito por um sócio e debatido por outro sócio, previamente selecionado pelo presidente do IGHMB. Considerei esses debates que se seguiam após a exposição de um trabalho de caráter geográfico ou histórico, com o mesmo critério do texto que originou o debate, pois muitas vezes, esses debates enaltecem não só uma figura ou um tema estudado, mas também, e, às vezes, principalmente, o biógrafo ou o estudioso de determinado tema. Do total de 65 textos publicados nos cinco anos, dois deles correspondem a listas de organização interna do instituto – uma lista de documentos e um relatório de atividades – que classifiquei como “Relatórios e Documentos” e que correspondem a 3% do total de publicações no período.

Na categoria “memórias históricas”, que corresponde a 25% dos assuntos publicados na revista do instituto, incluí as dissertações sobre temas históricos. No entanto, vale destacar que muitos textos relativos aos estudos de geociências contemplam algum tema histórico em algum momento da escrita, ou seja, mais uma vez, os temas se entrecruzam. Como afirmei anteriormente, as categorias foram deduzidas a partir da preocupação central desse trabalho.

Uma das comissões permanentes do IGHMB era a de Heráldica e Medalhística, responsável pelo exame de emblemas e brasões. No entanto, nesses anos iniciais da publicação da revista, há apenas um estudo empreendido nessas áreas. Esse único estudo, relativo às tropas no Rio de Janeiro até a metade do século XIX, poderia se enquadrar

facilmente na categoria “memórias históricas”, ainda que o debatedor do texto o tenha descrito como um estudo de heráldica. Outro número que surpreende é o de estudos de geociências. Sendo esses estudos formalmente um dos objetos preferenciais do Instituto, surpreende o pequeno espaço dedicado a esse tipo de estudo nas páginas da revista, correspondendo somente a 18% do número total de assuntos publicados no período.

A expressão numérica de uma categoria específica - “biografias, elogios fúnebres e genealogias” – levou-me a selecioná-la para a análise da história proposta por esses militares. Essa categoria corresponde a quase 50% dos temas abordados nas páginas da revista. Isso pode sugerir que, dos objetivos enumerados pelo IGHMB no ato de sua inauguração, o culto aos mortos ilustres recebeu um espaço privilegiado nas páginas de sua revista, contribuindo para a construção de uma “galeria de heróis nacionais”, comum também nas páginas da Revista do IHGB. Esta sempre dedicou uma rubrica específica para a construção dessa galeria. Esse projeto escriturário se relacionava diretamente com a crença em uma historiografia possuidora de finalidades políticas e morais.²⁶

Por fim, vale destacar que submeti todos os 65 textos ao exercício da classificação. No entanto, restringirei a análise aos textos escritos pelo grupo de sócios fundadores. E, do grupo de 42 fundadores, somente 19 escreveram trabalhos que foram publicados nas páginas da revista, cerca de 45% dos sócios.

III.3. História Militar e Biografia: causas que enaltecem inocentes e silenciam culpados.

Celso Castro, Vitor Izecksohn e Hendrik Kraay destacam, na apresentação do livro, Nova História Militar Brasileira, que a existência do gênero “história militar brasileira” só pode ser identificada a partir da década de 1890. Essa história, segundo os autores, foi feita predominantemente por militares que recebiam apoio institucional do Exército.²⁷ Dentre esses autores, podemos encontrar alguns personagens que tiveram posição de destaque no IGHMB, como Augusto Tasso Fragoso, Emilio Fernandes de Souza Docca e Francisco de Paula Cidade. Ainda segundo os autores, as décadas de 1910 e 1920 foram marcadas por uma

²⁶GUIMARÃES, Manoel L. S. “Nação e Civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n 1, 1988. p. 15.

²⁷CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor, KRAAY, Hendrik. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004. p.14,15.

“fascinação com os aspectos românticos e patrióticos da história militar” com destaque principalmente para as biografias como um dos gêneros literários favoritos dessa geração.²⁸

A maneira de se pensar a história militar que vigorou na primeira metade do século XX coloca em ação um modo muito específico de se lembrar e narrar um fato, que procurava definir atribuição de responsabilidades, enunciando quem são os heróis e quem são os vilões em determinadas narrativas.²⁹ Ao tratar sobre a “aposta biográfica” em estudo sobre as relações entre a escrita de biografias e a operação historiográfica dos sócios do IHGB ao longo do século XIX, Maria da Glória Oliveira destaca que essa forma de escrita partia da convicção de que a “exemplaridade dos grandes homens funcionava como elo de ligação entre o passado, o presente e o futuro”, apontando também que essa fórmula, combinada com a ideia de história *magistra vitae*, continuou a ser utilizada por muitos decênios após a fundação do IHGB, sinalizando a “vigência de um regime historiográfico fundado no pressuposto de uma ordem do tempo contínua e homogênea”. Essas “coleções de exemplos” serviriam, segundo a autora, como “ensinamentos perenes, por meio de uma apropriação educativa que as atualizaria no presente”.³⁰

O programa do instituto, lido na cerimônia de inauguração do IGHMB, em 1938, e publicado no primeiro número da Revista do Instituto, de autoria do então coronel Emílio Fernandes de Souza Docca, nos fornece pistas de como a história militar seria tratada no IGHMB. Após citar a existência de notáveis estudos sobre as campanhas em que o Brasil lutou, o coronel localizou uma carência. Em sua opinião, não havia “uma história militar propriamente dita”. A história militar que o coronel projetava deveria ser composta por narrativa histórica e por uma parte técnica, sendo ainda precedida por uma reflexão sobre as causas determinantes das guerras. Em suas palavras:

²⁸ *Idem*. p.15.

²⁹ Um exemplo dessa tendência pode ser encontrado em Gustavo Barroso, citado por Castro, Izecksohn e Kraay como autor distintivo da fascinação com os aspectos românticos e patrióticos da história militar em voga na primeira metade do século XX. Na obra *História secreta do Brasil* o objetivo do escritor é denunciar a maneira como o “judáismo maçônico” operava a destruição das “tradições nacionais”. Ver Gustavo Barroso. *A história secreta do Brasil*. Vol. 4. p. 48. Na segunda edição de sua “História Militar do Brasil”, datada de 1938, Barroso apresenta sua obra como fruto de uma campanha nacionalista, empreendida por ele desde 1911 quando escrevia no *Jornal do Comércio*. Ver BARROSO, Gustavo. *História Militar do Brasil*. 2ª edição. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1938.

³⁰ OLIVEIRA, Maria da Glória. “Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Tese (doutorado) Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2009. p. 34.

É indispensável um estudo a fundo dessas causas, visto que elas esclarecem e justificam atitudes, nos instruem sobre a finalidade dos beligerantes e fornecem elementos para ajuizarmos, com segurança, da responsabilidade de cada um.

Quando no século 19 se acentuou o caráter científico da história, pelo emprego de novos métodos na crítica dos documentos e na exposição dos fatos, as causas determinantes dos eventos passaram a ser objeto de cuidadosas e bem orientadas investigações.³¹

Seguindo a exposição do programa do IGHMB, o coronel Souza Docca forneceu parâmetros para se fazer uma “história militar propriamente dita”, afirmando que não se deve interpretar um acontecimento considerando somente o momento em que se deu o fato, devendo a pesquisa ser estendida “a todo o panorama humano sincrônico ao feito”. Além disso, os atos humanos deveriam ser investigados, levando em consideração seus objetivos.

É contundente a forma como se refere à finalidade da pesquisa histórica. O autor cita diversas vezes a necessidade de se julgar os acontecimentos a partir de uma avaliação crítica dos atos humanos. A história, ou a pesquisa em história, estaria indiscutivelmente relacionada com um tribunal, onde as ações dos homens, por si mesmas, não teriam nenhuma utilidade. Para que fossem relevantes, essas ações deveriam expor suas finalidades:

Desprezar no julgamento dos atos humanos a investigação de seus objetivos, é incorrer na falta grave de que Bovio, com veemência e fundamento, acusa a Escolástica, quando esta qualifica as ações dos homens em si mesmas, sem nenhuma filiação às suas finalidades.

‘Quem mata para furtar – é um assassino; quem mata para salvar a si mesmo – é um inocente; quem mata para defender a pátria – é um herói: três homicidas, não três culpados’.

‘Quem mente para cumprir o destino de um povo – é Moisés; quem mente para salvar um amigo – é Pilades; quem mente para roubar uma herança – é um jesuíta: três mentirosos, não três culpados’.³²

A “investigação das causas”, como base da escrita da história, já vinha sendo posta em prática por Souza Docca desde 1919, quando publicou a obra *Causas da guerra com o Paraguai: autores e responsáveis*. Nesta, como já indica o título, o autor aponta as causas que forçaram o governo imperial a entrar na guerra, afirmando que não coube ao governo brasileiro outra forma de ação. Desse modo, a responsabilidade da guerra não poderia ser do

³¹ “Nosso Programa”. *RIGHMB*, Vol I, 1941. p IX.

³² *Idem*, p. X.

governo imperial. A conclusão, ou o veredito, é que Francisco Solano Lopez “foi o causador, provocante e autor, devendo por isso ser considerado como o maior réu do grande crime que foi aquela guerra”³³.

O mesmo autor, em sua *História do Rio Grande do Sul*, após extensa apresentação dos precedentes do choque armado de 1893, conclui afirmando ser a revolução um capítulo doloroso dos anais do Rio Grande e, por isso, merecia condenação, e que a condenação seria feita com o silêncio acerca dos seus acontecimentos.³⁴

Além das “investigações das causas”, a história militar deveria se preocupar com o que o coronel chamou de “determinismo psicológico”. Segundo o coronel Docca, por ser o homem um centro de emoções, fazia-se necessário lançar mão da ciência psicológica na interpretação dos atos humanos.

O coronel afirmou ainda no programa do Instituto que a história pátria teria como papel despertar de maneira eficiente as “virtudes cívicas” visando criar “na alma e na inteligência de cada um o sentimento e a consciência do espírito brasileiro”. Esse espírito, segundo o coronel, só poderia ser fixado por meio dessa história pátria, feita sem chauvinismos e “aspirações jacobinistas”. O espírito militar, segundo o autor, seria o alicerce dos sentimentos patrióticos. Nesse aspecto, a história militar:

é uma lição edificante de civismo de defesa constante da liberdade, de amor inexcedível pela Pátria, de desprendimento no mais alto grau, de lealdade a toda prova, de manutenção da integridade nacional sem esmorecimentos, de respeito pela ordem civil, de garantia da ordem social – e, porque assim feita, ela é o mais forte, o mais sugestivo e o mais lindo de nossos brevíssimos cívicos.³⁵

³³DOCCA, Emilio F. S. *Causas da guerra com o Paraguai: autores e responsáveis*. Porto Alegre: Americana, 1919. p 10.

Posição diferente em relação à investigação das causas, tinha o então capitão Nelson Werneck Sodré, que ao escrever sobre a luta contra Solano Lopez afirma que a apresentação das causas ou dos antecedentes próximos poderia falsear a apreciação dos dados em equação em vez de esclarecê-los. Para ele, “as lutas platinas se encadeiam de tal forma, aliás, que o estudo histórico de suas causas é um só, e só as próximas podem ser distinguidas.” In.: “A história militar brasileira”. *Revista Militar Brasileira* – jul-dez 1944. p. 362.

³⁴O evento a que Souza Docca se refere é a revolta da Armada. cf. DOCCA, Emilio F. S. *História do Rio Grande do Sul*. SI: Ed Simões, 1954. p. 296.

Sobre a relação memória e esquecimento ver CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolho no tempo*. *Opcit*. p19, onde o autor demonstra que esses elementos – a memória e o esquecimento – se exigem reciprocamente.

³⁵RIGHMB, Op cit, p. XIV.

A maneira escolhida para que essa história militar cumprisse sua função cívica era - como fica claro nos quadros 1 e 2 - por meio das biografias. Por isso, analisaremos, a partir de agora, as biografias escritas e debatidas pelos fundadores do instituto.

Das 32 biografias contabilizadas, 15 foram escritas pelos sócios fundadores do IGHMB. Ao submeter à análise as biografias realizadas no IGHMB, tive a impressão de que mais que um espaço voltado para o desenvolvimento de trabalhos de cunho histórico, os sócios do IGHMB se dedicavam a uma espécie de hagiografia.³⁶ Os biografados eram retratados como dispostos a qualquer sacrifício e imunes a qualquer sentimento de reconhecimento e, por vezes, os biógrafos se referiam às suas palavras como sendo um culto aos biografados. A escolha, por esse tipo de abordagem, remete a uma dimensão política da recuperação do passado. E, mesmo que os autores dessas “histórias” afirmem a necessidade de uma história imune aos pendores políticos, o que se demonstra, sem disfarces, é a forte dependência da história produzida no IGHMB com o poder instituído.³⁷

Também podemos acrescentar ao caráter hagiográfico dessa história militar, um caráter retórico-poético, pois, a forma do texto parece responder a regras de formulação voltadas para a qualidade da oratória, não perdendo de vista que as ações humanas são moralmente julgadas diante de um grupo de ouvintes.³⁸

Partindo da forma escrita, que identifiquei como hagiográfica, decidi expor os textos a partir dos enredos clássicos da hagiografia, o que resultou em dois eixos. O primeiro seria “vida e sacrifício”, sendo composto pelas biografias dos patronos apresentadas pelos sócios fundadores, geralmente, fruto dos trabalhos escritos para o ingresso na agremiação. Enquanto que o segundo, intitulado “viagem maravilhosa” – também um enredo clássico na hagiografia - é composto por elogios fúnebres escritos pelos sócios em homenagem a outros sócios que tenham falecido.

³⁶ LEVILLAIN, Philippe. “Os protagonistas: da biografia”. In: REMOND, René (org). *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

³⁷ Pensamos aqui no IGHMB como uma expressão coletiva de memória atuando como um instrumento do poder através da seleção do que se recorda e do que, consciente ou inconsciente, é silenciado. Para Catroga, a memória e a instância capaz de construir e cimentar identidades, e caberia à sua dimensão coletiva operar a seleção. CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolho no tempo*. *Op cit.* p. 47.

³⁸ TEIXEIRA, Felipe Charbel. “Uma construção de fatos e palavras: Cícero e a concepção retórica da história” In: *Varia História*, Belo Horizonte, v. 24, n 40, 2008. pp. 551-68.

III.4. Vida e Sacrifício – Interesses pessoais no altar da pátria.

Como exposto no segundo capítulo, os sócios eleitos do Instituto deveriam pronunciar um discurso sobre o Patrono da sua cadeira e sobre os seus antecessores no momento de ocupação da mesma, sendo saudados por um sócio previamente designado pelo Presidente do Instituto. Esse ritual nos ajuda a compreender a quantidade de biografias presentes nas páginas da revista e os debates que se seguiam a elas.³⁹

Dois textos sobre o marechal Felisberto Caldeira Brant Pontes, o Marquês de Barbacena, foram publicados no ano de 1942, ano em que se comemorou o primeiro centenário da morte do marquês. Um deles, de autoria do então general Souza Docca, foi escrito para uma conferência no IHGB, e o outro foi escrito pelo tenente coronel Lima Figueiredo, para ser apresentado em sessão no IGHMB. O mote dos dois relatos é a atuação do marquês em prol da independência brasileira, ambos o destacam como sensível aos desejos da nossa Pátria ao perceber, em 1821, que esta já tinha amadurecido a ideia de liberdade. O general Souza Docca exaltada não só seu biografado como o local onde se presta a homenagem, destacando que a função do instituto seria “recordar”. A recordação deveria ser empreendida para ministrar exemplos edificantes, deixados pelos “grandes homens” ao serviço do progresso, da civilização, da família e da pátria. A narrativa se inicia com o desejo do homenageado em servir a pátria. Desejo esse que o teria levado ao ingresso na Academia de Marinha, em Lisboa. Segundo Souza Docca, seus maiores feitos pela pátria foram no campo da diplomacia. Teria sido por mérito do marechal Felisberto Pontes, por meio de sua interlocução com o ministro do Exterior em Londres, que a independência do Brasil recebeu o reconhecimento da Inglaterra. Esse ato de patriotismo o transformou no “maior vulto da nossa independência política no exterior”. Após uma brevíssima exposição sobre a figura do marquês, o general Docca se lançou em defender a recordação, destacando que o marquês teria sido esquecido por três quartos de século, não estando sua memória acessível, nem aos estudiosos, nem aos brasileiros em geral. Essa “falta”, na interpretação do general, traria prejuízos à “aprimoração e ao fortalecimento do espírito nacional”. Em suas palavras:⁴⁰

Já dissemos mais de uma vez e nos parece oportuno repetir: os povos precisam de heróis para alicerçar sua estrutura moral, para sua mística nacionalista, para que sintam sua pátria, saibam-na amá-la e dela se orgulhem e, por isso, os que não tem heróis, criam-nos.

³⁹“Estatutos do IGHMB”. In: *R.IGHMB*, vol. 1, 1941.

⁴⁰*RIGHMB*, vol II, p. 106-120.

O Brasil não precisa inventar heróis, visto que possui reais, positivos, exemplares.

Do que precisamos é saber cultuá-los, recordando-os com orgulho e entusiasmo, com a alma erguida, para fazê-los devidamente conhecidos, e, desse modo, dar mais realce à nossa consciência cívica e fazê-la mais forte – para que não baixemos à descrença abjeta, que os derrotistas procuram infiltrar na alma popular pela depreciação do que é nosso. (...)

As injustiças e as brutalidades de Pedro I, a maldade dos partidos políticos, sempre ferazes na depreciação dos homens públicos de mérito e a eles não afeiçoados: não tiveram forças para entibiar-lhe o ânimo ao serviço do Brasil.

Assim aconteceu porque este, para o grande patriota, era eterno e aqueles efêmeros e divorciados da Pátria, sempre que agiam inspirados por paixões partidárias ou movidos por interesses pessoais.

O exercício da escrita da história praticada pelo general Docca não se relaciona simplesmente com o ato de conhecer, mas responde a um interesse identitário, no sentido de aproximar o herói cultuado a um povo que, em sua interpretação, não possuía estrutura moral.

Dois eixos estão presentes nas narrativas selecionadas. O primeiro demonstra o caráter muito presente na apresentação da ascendência do homenageado. O que torna comum interrupções na narrativa para apresentação da genealogia do biografado. A crença é que a genealogia explica os indivíduos, ajudando a desvendar a personalidade humana. A ascendência explicaria as virtudes e as qualidades morais desses indivíduos. Outro eixo que se destaca é a referência constante às “paixões partidárias”, quase sempre relacionadas à interesses pessoais.

O general João Borges Fortes ao apresentar “os reflexos da vida luminosa do general Dias de Oliveira” também enaltece as “virtudes” do seu biografado, de quem foi aluno na Escola Militar de Porto Alegre. Modéstia, benevolência, um soldado com larga compreensão de disciplina, que respeitava acatadamente seus superiores, assim descreve seu biografado. Aqui também se observa a preocupação em atribuir valores negativos a qualquer pendor partidário (ainda que seu biografado tenha lutado na Revolução Federalista no Rio Grande do Sul contra Júlio de Castilhos). Se a história funcionava como um tribunal, o general Borges Fortes fez questão de adiar o julgamento. Em um trecho, o general se recusa a pensar eventos “recentes”: “Ontem... para que lembrar os sucessos de nossos dias? As revoluções recentes, em que tomamos parte ou testemunhamos, devem ser estudadas mais tarde, quando as paixões

e os preconceitos sejam dissipados.”⁴¹ Vale destacar também que biógrafo e biografado não se conheceram na Escola Militar de Porto Alegre, mas no ano de 1887, na oficina de um jornal republicano – “Zig-Zag”. Nessa época, o futuro professor era um primeiro-tenente e o general Borges Fortes era um aprendiz de tipografia. Os fatos selecionados para compor a narrativa buscam enaltecer a figura do general biografado, destacando o seu trabalho como educador. O general Dias de Oliveira teria dedicado sua vida a ensinar o papel do oficial, que deveria criar e desenvolver no soldado uma força moral que incutiria nele a ideia do dever militar, o culto da pátria e a disciplina enquanto um hábito, desenvolvendo também o “espírito de boa camaradagem militar”. Para que esses ideais fossem alcançados, o oficial educador deveria representar o “protótipo dessas elevadas virtudes, o exemplo vivo e o guia seguro do soldado em todos os atos da vida militar”.⁴²

Outro texto do general Borges Fortes ganhou espaço nas páginas da revista do IGHMB. Em seu quarto volume foi publicada uma biografia de Gomes Freire de Andrada, general do Exército português, que, segundo seu biógrafo, teve o nome bastante lembrado no Rio de Janeiro pelo prefeito Pereira Passos, que reuniu em uma mesma homenagem, figuras como Mem de Sá, Salvador de Sá e Gomes Freire.⁴³ O interessante nesse texto é vislumbrar a maneira como o general concebe as lembranças e o esquecimento.

O general João Borges Fortes argumenta que Gomes Freire estava esquecido, apagado na memória dos homens dos seus dias. Segundo o general, a causa desse esquecimento estaria no julgamento eivado de preconceitos e paixões que obscureceria o espírito dos seus contemporâneos. O remédio para esse mal estaria, na concepção do general, no “julgamento definitivo dessas individualidades”. A incumbência de tal julgamento estaria na história, entendida pelo general como o “tribunal de última instância – suas sentenças são proferidas sob a luz da verdade, da justiça e da serenidade”. O texto, inicialmente uma conferência sobre Gomes Freire, abre um espaço para pensar o ressurgimento, ou a rememoração de outro personagem, o Duque de Caxias. Segundo o general, esse mesmo tribunal teria trazido do olvido o nome de Caxias, quando o Exército teria tomado consciência de sua “missão nacionalista” durante o governo de Floriano Peixoto. O general aponta que “Caxias transformou-se no ídolo que hoje é consubstanciado no seu nome imortal, as glórias do

⁴¹ *RIGHMB*, vol II, p. 159.

⁴² *Idem*. p. 170.

⁴³ Esses homens emprestavam seus nomes a importantes avenidas que convergiam para a Praça dos Governadores.

passado e o exemplo de hoje e amanhã”.⁴⁴ A vida de Gomes Freire, tal como narrada pelo general Borges Fortes, fabrica a imagem de um grande brasileiro, não obstante ser o biografado nascido e vivido a maior parte de sua vida em Portugal.

O coronel Emilio Carlos Jourdan, patrono de uma das cadeiras do instituto, também teve sua vida narrada nas páginas da revista do IGHMB. O artigo era de autoria do general Valentim Benício da Silva, que ocupava a cadeira do patrono Jourdan.

Nascido na Bélgica, no ano de 1838, Jourdan teria procurado uma “nova pátria” para si, naturalizando-se brasileiro, ainda muito jovem, e seguiu para a campanha no Paraguai onde teria lutado por cinco anos. Logo após a guerra, deixou o Exército, embora tenha continuado a trabalhar em diversas comissões para o governo brasileiro.

Na parte inicial do texto, Valentim Benício se preocupou em destacar os feitos de Jourdan na guerra do Paraguai para demonstrar que, caso tivesse continuado a carreira no Exército, o biografado seria, com absoluta certeza, um dos generais da República.⁴⁵ Após extenso detalhamento dos serviços prestados pelo coronel Emilio Jordan, o texto passa a recuperar a produção do biografado nos domínios da história militar e da geografia, que como vimos, era o critério de maior importância para a escolha de um patrono. Assim como a história produzida no IGHMB, os trabalhos de Jordan também teriam um compromisso com a política nacional, pois teriam sido resultado de uma missão imposta ao biografado pelo governo republicano em 1892. O objetivo da missão era “desenvolver o espírito militar e aperfeiçoar conhecimentos táticos e estratégicos apropriados às condições do meio geográfico sul-americano”.⁴⁶ Para realizar sua missão, Jourdan selecionou as campanhas de 1864 a 1870.

O almirante Antonio Luiz vonHoonholtz, o barão de Teffé, patrono da cadeira ocupada pelo então capitão de mar e guerra Frederico Villar, também teve sua vida narrada. O foco do texto está na vida e na obra do almirante retratado como um animador de campanhas em prol da renovação das esquadras e pela organização de uma marina mercante nacional, trazendo a reboque a industrialização do país ao se desdobrar em atividades como a

⁴⁴Idem. p 14

⁴⁵RIGHMB, vol II, p. 16.

⁴⁶Idem. p. 22

construção naval e a siderurgia. Esse engajamento do almirante nas questões relativas ao domínio do mar foi definido por Villar como uma “ideia patriótica”.⁴⁷

A ideia de uma vida sacrificada em prol da defesa da pátria está presente em todo o texto. Trechos como “a defesa da Pátria absorve, no entanto, inteiramente, o nosso Patrono”⁴⁸ demonstram que o elogio destinado a esses homens é sempre pautado no caráter “patriótico” de suas ações. Nesse sentido, suas obras de cunho geográfico – suas cartas hidrográficas, mapas de operações – estariam sendo feitas com “os olhos voltados para a imagem da Pátria”.⁴⁹ Villar o enaltece da seguinte forma:

TEFFÉ era um homem física e moralmente elegante, tinto, sereno, boníssimo, de encantadora personalidade, um verdadeiro Varão de Plutarco, digno da maior veneração, espírito nacionalista, e não obstante a glória dos seus antepassados e a veneração que tinha por seus Pais, deu à sua farda exclusivamente o nome de TEFFÉ – bem brasileiro.⁵⁰

As referências a Plutarco são recorrentes nos textos analisados. Assim como a historiadora Maria da Glória Oliveira aponta para a escrita dos sócios do IHGB, acredito que também no IGHMB, a evocação de autores canônicos greco-latinos não se preocupa em compreender “no que o passado difere do presente, mas se baseia em um jogo de identificações e analogias que, ao final, torna quase nula a distância entre os séculos”.⁵¹

O lema “TUDO PELA PÁTRIA” estaria inscrito nos corações dos militares do Exército e da Marinha que morreram nas campanhas do passado. Segundo o capitão de mar e guerra Frederico Villar, havia em seu tempo uma maior necessidade da união entre essas duas forças. Exército e Marinha deveriam estar em suprema cooperação pelo bem do Brasil.⁵²

O debatedor da biografia acima relatada, o major Jonathas de Moraes Correia, inicia sua escrita ressaltando que a “biografia dos grandes homens é a própria história da humanidade”.⁵³ Prosseguindo o debate, as palavras do major deixam de fazer referência ao biografado para se concentrar na vida do biógrafo, enumerando suas atividades na Marinha e

⁴⁷ *Idem.* p. 31.

⁴⁸ *Idem.* p. 41.

⁴⁹ *Idem.* p. 51.

⁵⁰ *Idem.* p. 52.

⁵¹ OLIVEIRA, Maria da Glória. “Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Op cit. p. 54.

⁵² *RIGHMB*, vol II, p. 53.

⁵³ *RIGHMB*, vol II, 1942.p. 54.

retratando-o como uma personalidade de grande valor ao apresentar uma lista de serviços prestados ao País. No elogio direcionado ao biógrafo podemos ler:

Ao receber a comunicação de que seria o debatedor desta conferência, logo percebi que aqui, apenas, poderia trazer-vos as minhas felicitações, e me aproveitaria da oportunidade, embora ferindo a vossa modéstia, para vos dizer que também sois um alto servidor do Brasil, e que, a ele, tendes dado, o melhor de vossas energias, de vossa capacidade de trabalho, de vossa inteligência e de vosso patriotismo.

Não vos deixes perturbar pela imponência do vulto do vosso patrono, porque entre vós e ele existem muitos pontos de afinidade. Estais à altura dele e se vos falta a auréola da guerra externa, pompeastes, também, em dado momento, a vossa bravura, em defesa de vossas convicções.⁵⁴

O patrono Jerônimo Francisco Coelho foi fundador da “Sociedade Patriótica” e dos jornais *O catarinense* e *O expositor*. Sua biografia, escrita pelo general Moreira Guimarães, é, entre todos os textos lidos e analisados, a que possui um teor laudatório menos acentuado. Em poucas páginas, o general narra a vida do seu patrono sem muitos adornos, sem salientar grandes sacrifícios em nome da Pátria, ressaltando sua inserção no campo da política e um pendor quase natural para a carreira das armas. No entanto, foi sua atuação nas artes e na fundação de centros de “cultura moral” que destacaram Jerônimo Francisco Coelho como um grande pensador.⁵⁵

A história militar dedicada à edificação do civismo também pautou a biografia do almirante Francisco Cordeiro Torres Alvim, escrita pelo almirante Henrique Boiteux⁵⁶

Boiteux afirma, já na introdução do seu discurso, que é por meio do culto à memória dos beneméritos, onde se forma o coração da nacionalidade. Isso incumbiria aos biógrafos, o dever de lembrar aqueles que “aparam os golpes atirados à nossa pátria”.

Ao citar a desistência do barão de Iguatemi em concorrer a uma vaga no senado por ter como adversário o chefe da divisão naval em Montevidéu, Jesuino Lamego da Costa,

⁵⁴ *Idem*. p. 53.

⁵⁵ “Breve notícia sobre Jerônimo Francisco Coelho” .*RIGHMB*, vol II, 1942. pp. 65-70. Os grandes centros de “cultura moral” criados por Jerônimo Coelho foram *A Sociedade Patriótica* e a *Loja Caridade*, ambas voltada para a obediência ao “Grande Oriente do Brasil”.

⁵⁶ *RIGHMB*, Vol III, 1943. p. 25.

Sobre a articulação da biografia com a construção de nacionalidades, ver GUIMARÃES, Manoel Luiz S. “A biografia como escrita da história” *In.*; SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. pp 19-26.

alegando não querer hostilizar um homem que havia prestado tantos serviços à pátria, o biógrafo afirma que:

Belo exemplo moral, que serve de fogo a muita gente. Eram militares que não cometiam crimes de lesa-pátria entregando-se ao personalismo político partidário, deixando de concentrar seus pensamentos individuais nos altos interesses pátrios.⁵⁷

O trecho deixa claro em que se pauta o exemplo moral do barão de Iguatemi – a sua não inserção em projetos de cunho político-partidário. O biografado sacrificava sua vontade individual no altar da pátria. E, um militar que não quisesse ser equiparado a um criminoso deveria fazer o mesmo.

A biografia empreendida por Boiteux preencheu vinte e sete páginas da revista e seguiu uma ordem que vai do nascimento do barão de Iguatemi, em 1822, até a sua morte, no ano 1882, demonstrando uma maneira de se pensar o tempo, ou a cronologia como sendo natural, e não fruto de uma operação. Essa maneira de se “narrar a vida” é comum nas demais biografias publicadas no período.

É no relato da morte de Alvim onde vemos se movimentar a frágil fronteira entre um objeto passado e uma práxis presente.⁵⁸

O relato da morte de Alvim se dá da seguinte forma:

E, assim, meus Senhores, como vai desaparecer a monotonia e o tédio em que vos mantive por tanto tempo, graças à vossa gentil e reconhecida indulgência, não tardou o desaparecimento do astro de tão luminosa irradiação. Cercado de seus parentes, depois de beijar um netinho que muito amava, recomendou-se a Deus e caiu em uma modurna, no meio da qual perguntou ao seu irmão, o coronel João Alvim: *Já se acabaram as guerras? Deixem-me dormir* e dormiu para sempre lembrado por aqueles que levam a repetir **QUE REVIVER FATOS DE PASSADO GLORIOSO PARA QUE NÃO SE GASTEM E FIQUEM ESQUECIDOS NOS EMBATES E ESTRÉPIDOS DA VIDA QUOTIDIANA É CUIDAR DO FUTURO. UMA NAÇÃO QUE PERDE SUAS VIRTUDES MILITARES FICA A MERCÊ DE SEUS INIMIGOS. ELAS NÃO VICEJAM NA TENDA DO OPERÁRIO.**⁵⁹

⁵⁷RIGHMB, op. cit. p. 25.

⁵⁸CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Op cit. p. 48.

⁵⁹RIGHMB, op. cit. p. 38. Caixa alta do autor. Grifos meu.

Como de praxe, as alocações realizadas nas sessões do IGHMB eram sucedidas por uma réplica. Geralmente, um dos sócios era previamente selecionado para “debater” a exposição. No caso da biografia do almirante Henrique Boiteux, em homenagem ao barão de Iguatemi, o coronel Luiz Lobo, também um fundador da agremiação, foi o sócio debatedor da alocação. O coronel iniciou sua fala, ressaltando que o IGHMB era uma “casa de soldados - Soldados velhos que não esqueceram a disciplina com o tempo; soldados novos que nem mesmo tempo têm para esquecê-la”.⁶⁰ Segundo o coronel, estar ali e participar dos debates proporcionava aos demais um exemplo de disciplina.

O coronel Luiz Lobo destacou que os trabalhos de cunho biográfico, como o realizado pelo almirante Henrique Boiteux, não eram os mais propícios aos debates acadêmicos, pois não estariam sujeitos às controvérsias ou a interpretações diferentes, pois corresponderiam a “verdadeiras monografias sobre a vida de um vulto de mérito excepcional, composta à luz de documentação abundante e minuciosa”.⁶¹ Isso demonstra, para o coronel, que a história era pensada como uma categoria fixa, não devendo ser “deformada”, antes, suas “verdades” não podendo ser apagadas, sob o risco de se perder o rumo, provocando confusão nos tempos históricos.

O coronel ressaltou também que os fatos narrados pelo almirante já haviam sido estudados quando ocorridos e que, tal como um caso encerrado, já estaria concluído o juízo para a posteridade. E esse juízo tinha um caráter definitivo.

Há também uma importante relação destacada pelo coronel Luiz Lobo, que se observa também no discurso de Souza Docca no programa do instituto: a preocupação com quem estaria apto para a produção dessa história cívica, desse culto. Luiz Lobo enfatizava que o biógrafo e o biografado precisavam estar à mesma altura. Caso contrário, seria impossível entender o biografado dentro de sua época. Segundo o coronel, “a paixão profissional do almirante Boiteux por Iguatemy enche o esboço biográfico de um grande clarão patriótico”. Interessante percebermos que a paixão que aproxima o autor do presente ao objeto passado é de natureza “profissional” e não ideológica. Essa relação manteria viva a chama do “espírito militar que nem os gelos da velhice conseguiram apagar”. Em suas palavras:

⁶⁰Sobre uma fenomenologia do lugar, RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007. p. 159.

⁶¹*R.IGHMB*, volume III, p. 40.

Este debate não tem o objetivo de repetir aos vossos ouvidos as glórias conquistadas pela capacidade e pela bravura do almirante Torres Alvim. Mas se a História é ainda a grande mestra da vida, se é, não uma disciplina volúvel que se deforma no conceito de gerações sucessivas, como agora se a concebe, mas um livro aberto de verdades inapagáveis, o que devemos aproveitar dela são as lições, são os exemplos que derivam de seu conteúdo intangível, são as diretrizes que o passado pode traçar ao presente e ao futuro, dentro da relatividade fatal do tempo e da evolução social.⁶²

O texto de Souza Docca deixa implícito uma crítica a história que se fazia em sua época. Acredito que essa crítica foi melhor explorada pelo major Jonathas Correia, cujo trabalho exploraremos mais a frente. Pois, se nesse texto, o general Docca não desenvolve esse tema, o major cita o papel do IGHMB em restaurar a “história militar”. Diversas categorias estão em disputa nesse momento – a Política, com “P” maiúsculo, e a política, com “p” minúsculo, a “história cruel” e a “história amistosa”, o militar que se sacrifica pela Pátria e o militar que sacrifica a pátria em prol de interesses particulares.

Nesse mesmo volume, podemos contemplar mais biografias pautadas na evocação de valores cívicos. O almirante Inácio Joaquim da Fonseca (1827-1902) foi descrito pelo também almirante Didio Iratim Afonso como pertencente à geração de construtores nacionais, destacando que de Caxias e Tamandaré a Andrade Maia e Marcílio Dias, de Inhaúma a Osório há uma infinidade de heróis luminosos que podem ser encontrados entre os chefes e nas fileiras. Esses heróis fariam parte de uma galeria que “retemperaram o civismo brasileiro.”⁶³ Para participar desse panteão, segundo o almirante Didio Iratim, os critérios requisitados eram os seguintes: a prática do heroísmo, a celebração dos heróis, honrar a família e, finalmente, venerar a pátria.⁶⁴

Seguindo esses mesmos critérios, outro personagem tem a vida narrada nas páginas da revista. O marechal do Exército José de Oliveira Barbosa, barão do Passeio Público e Visconde do Rio Comprido. O então capitão Adailton Sampaio Pirassinunga foi o sócio incumbido de celebrar esse herói e o descreveu como um sábio de condutas retas, destacando

⁶²Idem. Ibidem.

Sobre o caráter pedagógico da história – KOSELLECK, Reinhart. “História Magistra Vitae” In: *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. Puc-Rio, 2006. pp. 41-60.

⁶³Idem. p. 120.

⁶⁴Idem. p. 151.

que seu biografado nunca tomou parte ativa em lutas internas do país, sendo, por esse motivo, um perfeito militar, que muito fez para e pelo Brasil.⁶⁵

Ao discursar na recepção de um novo sócio, o major Jonathas Correia enfatiza que o ato de recordar e estudar os “valores substanciais da Nação” é criar modelos a ser seguidos pelas novas gerações “dando-lhes um sentido mais digno do valor do seu País”. Por esse motivo, o major defendia que a escrita da história do Brasil fosse feita através da biografia de alguns dos nossos antepassados. As “Referências Biográficas” que dão título ao texto do major referem-se a Jerônimo Coelho, patrono da cadeira que viria a ser ocupada pelo novo sócio, o major Frederico Leopoldo da Silva, e ao general Moreira Guimarães, primeiro ocupante da mesma cadeira.⁶⁶

Foi seguindo essa mesma lógica que o capitão de fragata Luiz Barroso Pereira, escolhido para ser o patrono da cadeira de nº 43, ocupada pelo comandante Lucas Boiteux, emerge do campo do esquecimento. Um marinheiro proficiente, “morto por uma bala argentina durante a guerra de 1825-1828 em seu posto de honra” merece ser lembrado como um herói, disposto a sacrificar sua vida pela pátria.⁶⁷

O general João Fulgêncio de Lima Mindello se concentrou na narração da trajetória de seu patrono se atendo às suas qualidades técnicas. Em seu “Esforço biográfico sobre o coronel Carneiro da Cunha”, patrono da cadeira vinte e dois do IGHMB, ocupada pelo autor, o tema da nação foi tratado a partir do interesse e dos seus esforços para o desenvolvimento de sua terra natal, a Paraíba, e de seu papel em comissões científicas e técnicas. Além das qualidades técnicas destacadas pelo general Mindello, seu patrono dedicou parte de sua vida à construção de um panteão dos heróis paraibanos. Atendendo assim, a um dos critérios para que fosse lembrado e cultuado.⁶⁸

III.5. “Viagem Maravilhosa” – Diálogo entre morte e vida.

Diferentes temporalidades se cruzam neste tipo de análise, e ao optar pelos enredos clássicos da escrita hagiográfica tento fazer com que as escolhas feitas pelo escritor me

⁶⁵*Idem.* pp 153-166.

⁶⁶*Idem.* p 167.

⁶⁷*Idem.* pp.95-111.

⁶⁸*RIGHMB*, vol VIII, 1945. p.31-40.

ajudem a compreender melhor, já que também insiro uma outra temporalidade distinta a esse trabalho, como ele agenciou a “morte” dos seus confrades a práxis do IGHMB.

Um trabalho que busca refletir o papel da biografia na escrita da história é o texto produzido pelo major Jonathas Correia. Escrito originalmente para recepcionar um novo sócio, o major Frederico Leopoldo da Silva, que passaria a ocupar a cadeira de Jerônimo Coelho, – antes ocupada pelo general Moreira Guimarães, que falecera deixando vaga a cadeira - o texto nos permite ver uma reflexão acerca de como a biografia funcionava enquanto história militar. Primeiro, Jonathas Correia transforma a biografia em uma espécie de história da humanidade. Mas não qualquer biografia, antes, a “biografia dos grandes homens”. O autor questiona se não seria o relato da vida de Caxias uma verdadeira crônica sócio-política do período que se estende de 1822 a 1880, ou se não poderíamos tratar largamente o desenvolvimento econômico do Brasil a partir das biografias de Mauá. O major afirma que um trabalho biográfico não deve se restringir aos aspectos “bons e justos” da vida do biografado, ocultando-se propositalmente qualquer fraqueza ou vício do mesmo. No entanto, ao escrever sobre o colega falecido, sua prática foi também hagiográfica, se tomarmos por base a hagiografia enquanto expressão de um dever de memória. O texto também apresenta um trecho que sugere que o IGHMB não era uma unanimidade entre os militares, apontando para o fato de ser um hábito, entre os militares, depreciar o Instituto, “olhá-lo com certas reservas e fingir não acreditar em sua alta e nobre finalidade, nos seus desígnios e na sua capacidade esclarecedora e restauradora de nossa história militar”. O autor evidencia uma “luta” travada entre os que trabalham no IGHMB em uma “fileira de defesa” e os desprovidos de inteligência. A partir daí podemos deduzir que, se a “história militar” praticada no IGHMB buscava restaurar esse gênero de escrita, é porque ele mesmo, é um elemento de disputa no interior das Forças Armadas. É importante não deixarmos esse caráter “restaurador” passar despercebido, uma vez que podemos colocar em xeque a própria noção do que seria “história militar”. O que fica patente, é que a própria categoria “história militar” precisa ser historicizada, pois, em um primeiro momento, podemos estranhar o fato de um instituto voltado para a temática militar se ater a textos de grande teor laudatório e, ainda assim, afirmar-se como um “instituto de história militar”.

O general Emilio Fernandes de Souza Docca recebeu duas homenagens póstumas nas páginas da revista do IGHMB. Uma de autoria do então tenente coronel Altamirano Nunes Pereira, e outra do almirante Frederico Villar, que homenageava também, em apenas duas

páginas, outros confrades, falecidos pouco antes do general Souza Docca, o almirante Henrique Boiteux, e os coronéis Álvaro de Alencastre e Luiz Lobo. Ao escrever sobre esse último, o então presidente do IGHMB declarou em 1945 que:

(...) dono de grandes virtudes cívicas e privadas e cujos consideráveis serviços, sempre prestados com extraordinária constância e inexcedível dedicação, jamais – poderemos esquecer; bravo soldado, cuja dignidade, sadio patriotismo e grande coração o faziam querido e admirado no Exército, na Marinha e por toda a gente que com ele tivesse contato.

Como um verdadeiro fidalgo, ele podia ficar mal com o Reino e com o Rei, mas bem com a honra e consigo mesmo. De sublime lealdade, mais preso à sua palavra que um santo ao seu voto, heroicamente desbaratou, - para mantê-la, bens, contentamento e vida, que terminou afogada em horrível martírio.⁶⁹

Já o então tenente coronel Altamirano Nunes Pereira, em homenagem prestada ao general Souza Docca, se refere à vida militar ressaltando que:

Quem conhece a vida militar por dentro, bem sabe da psicologia das corporações. Há filtros que se abrem para os que devam ser assimilados, enquanto portas se fecham para os que não devam ascender. Pois, a mentalidade dos homens da caserna se identifica e homogeniza, determinando uma irradiação social que impõe a purga branca ou concede o apreço, para a exclusão ou assimilação de valores.⁷⁰

Os filtros aos quais se refere o tenente coronel tornaram possível que uma praça chegasse ao posto de general. Como já destacado na prosopografia, o general Souza Docca ingressa no Exército como soldado do 6º Batalhão de Infantaria no ano de 1889, ingressando por meio de concurso, no oficialato do Exército. A “porta” pela qual Souza Docca entrou no oficialato foi fechada no ano de 1934 e trancada em 2 de dezembro de 1937 com o decreto-lei nº 38, que proibia, sob qualquer hipótese, a promoção de praças a oficiais.⁷¹

Um elogio fúnebre em homenagem ao general falecido Augusto Tasso Fragoso foi escrito pelo general Estevão Leitão de Carvalho para ser lido em sessão no instituto no dia 20 de outubro de 1945, quando se completava um mês do falecimento de Tasso Fragoso. Nessa

⁶⁹ RIGHMB. Vol VII, 1945, p. 40.

⁷⁰ RIGHMB. Vol VII, 1945, p. 43.

⁷¹ Sobre as leis de promoção no Exército ver CARVALHO. José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil. Op cit.* p 79.

homenagem, o general Estevão Leitão de Carvalho, para quem a história seria “o guia seguro para a marcha da razão”,⁷² afirma que o culto à memória dos grandes homens funcionaria como um índice da civilização dos povos, além de corresponder a um ato de justiça. Além disso, o exemplo dos “grandes homens” seria útil para que o “espírito das novas gerações” fosse modelado, tendo em vista que essas gerações teriam de suportar sobre seus ombros, o destino e o renome da pátria. O general asseverava, recuperando Cícero, que essa seria a maneira de a história se tornar o testemunho dos tempos, a luz da verdade e a escola da vida. Em suas palavras, o general Tasso Fragoso⁷³

(...) foi vendo, por si mesmo, que a veracidade do conceito de que a história é a mestra da vida, fonte perene de patriotismo e que, portanto, não deve ser desconhecida notadamente dos militares. Convencido de que o estudo dos episódios guerreiros das gerações que nos precederam, feito com serenidade e reflexão é salutar aos moços que vestem farda, pois lhes fortalece o espírito, retempera o caráter e proporciona sólidos elementos para julgarem questões imprevistas, e, por vezes, incandescentes, em que as paixões dominantes, sem as luzes da verdadeira História, acarrearão os maiores desastros.

O que podemos extrair a partir da exposição dessas biografias é que os biografados foram representados como arquétipos. Essa representação não visava somente o louvor pelo louvor. Era, acima de tudo, uma história militar com um forte viés doutrinário. Não só um espelho para os militares, mas para a nação que se desejava erigir. Ao investirem em uma história militar onde a exemplaridade é enaltecida, o que se buscava era a “salvação das almas”⁷⁴ diante de uma política menor, que abria espaço para o dissenso nas Forças Armadas construídas discursivamente como sendo um fator de brasilidade. A história militar, tal como produzida no IGHMB, foi posta em ação como um elemento de criação de uma consciência de aceitação e apoio à ordem estabelecida, fazendo assim com que seus esforços em rememorar personagens e fatos se traduzissem, em última instância, em fazer política, transformando a agremiação em um espaço de luta.

⁷²CARVALHO, Estevão L. “Discurso em homenagem ao general Tasso Fragoso”. In. *RIGHMB*, vol VIII, 1945. p.26.

⁷³*Idem.* p. 21.

⁷⁴CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolho no tempo*. Op cit. p. 67.

Conclusão

No final do ano de 1936, um grupo de oficiais do Exército e da Marinha se reuniu para tratar da criação de um instituto voltado para a elaboração de uma “história militar”. Meses mais tarde seria instaurado no Brasil o regime do Estado Novo, que teve no Exército peça fundamental de apoio. Além de patrocinar o desenvolvimento de uma política fortemente interessada na “recuperação do passado nacional brasileiro”. Para especialistas na temática militar o período em questão marcou a vitória de um projeto articulado por um setor do Exército que visava mudanças na estrutura interna da organização militar, nas suas relações com o Estado e com a sociedade. O IGHMB viria a ser inaugurado em 1938, com o Estado Novo já em curso. Compreender como ele funcionou nessa conjuntura de mudança na concepção da função das Forças Armadas na vida política do Brasil foi meu maior interesse.

Busquei orientar a pesquisa e a escrita a partir de três perguntas. A primeira me permitiu caracterizar o Exército anterior ao Estado Novo. A questão *Por que lembrar?* ajudou a vislumbrar os motivos que teriam levado parte do Exército a pensar mudanças em suas estruturas internas.

No segundo capítulo, a pergunta norteadora foi *Quem recorda?* Para responder utilizei o método prosopográfico, tentando alertar para os perigos de uma biografia coletiva quando se trabalha com fontes oficiais. A lição que extraí desse exercício foi desconfiar de resultados óbvios. Escrever uma história do IGHMB enquanto um *projeto*, pode ser útil à medida que nos permite compreender melhor como o sistema de comunicações organizacional que, segundo Edmundo Campos Coelho, já se encontrava bem desenvolvido em meados da década de 1930, foi mobilizado para a difusão de uma doutrina e para a criação de um sentimento comunitário, a partir da elaboração de elementos simbólicos que se concentraram na “glorificação de um passado comum, dos heróis militares e seus feitos, e na prática, então instituída, do culto às vítimas da Intentona Comunista”. Elementos que permitiram a criação de um clima de solidariedade no interior das Forças Armadas. No entanto, tentei demonstrar no segundo capítulo que a solidariedade, como bem frisou Edmundo Campos Coelho, se restringiu às relações entre os membros da organização, e não deve ser confundida com a “existência de unidade de pensamento, ou de qualquer espécie de monolitismo ideológico ou

doutrinário.”¹ Esse esforço de manipulação de elementos simbólicos nos permite afirmar que a via utilizada para a formação dessa identidade foi a via do anticomunismo e da negação dos partidos políticos.

No terceiro e último capítulo a proposta foi pensar *o que se recorda?* O programa do IGHMB trazia como proposta principal despertar em cada educando – não especificando o militar – as virtudes cívicas, alertando ser necessário “criar”, na alma e na inteligência de cada um o sentimento e a consciência do “espírito brasileiro”. Esse “espírito brasileiro” só poderia ser despertado por meio da “História Pátria”, escrita e ensinada “sem exaltação jacobinista, sem chauvinismo irritante, mas à luz da verdade e cultuando os altos e respeitáveis sentimentos patrióticos, que se alicerçaram no “espírito militar”². Essa relação Exército/Nação marca, sem dúvida, uma regularidade discursiva nos textos veiculados no IGHMB, que não só permite ao militar participante deste espaço construir uma imagem de si, como também construir uma imagem de seu próprio tempo. O “espírito militar” torna-se uma espécie de condutor e, porque não dizer, um modelo de “espírito brasileiro”.

Nesse uso doutrinário da história, tanto a história militar do Brasil como a história dos sócios do IGHMB deveriam garantir que as lições transmitidas tivessem relação com a defesa constante da Pátria, a manutenção da integridade nacional, o respeito pela ordem civil e, finalmente, a preservação da ordem social.³ Reclamaram-se como “agentes diretores” e, marcados fortemente pela tese poligenista, surgida em meados do século XIX, citam Spencer, Taine e Gustave le Bon, de quem extrairiam suas preocupações com a “psicologia social”. Mostravam em sua escrita que “era o grupo, entendido enquanto conjunto, que determinava os comportamentos humanos individuais.”⁴ Nesse projeto, o povo é inferior, e deve ser conduzido por “agentes diretores” preocupados por demais com a degeneração social.

A história militar praticada no IGHMB estaria muito próxima àquela praticada na Antiguidade, onde a história não se caracterizaria por uma escrita sobre o passado, mas a escrita do passado, não sendo esse passado um objeto externo e distinto da narrativa. Nesse tipo de escrita, o passado se materializa e tem a sua realização na narrativa, funcionando de maneira a trazer vida aos personagens do passado. Essa história “mestra da vida” mantém sua função de tribunal, onde as ações humanas são julgadas e avaliadas moralmente. E a

¹COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de Identidade*. Op. Cit. p 123.

²RIGHMB. Vol1. 1941. p.XIV.

³ Idem. p. XVI.

⁴ SHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças*. Op cit. p.63.

expressão das acusações ou das absolvições é realizada de maneira a se manter vigente não só em seu momento histórico, mas também perante as gerações vindouras.⁵ E não devemos acreditar que a opção por uma escrita seguindo o modelo antigo – em especial dedicado à biografias de grandes vultos – em detrimento de um modelo “moderno” – tenha sido uma escolha natural, mas uma escolha com um forte viés político-doutrinário, uma vez que essa forma de escrita coloca esses homens não a serviço da pátria, mas de um projeto político bastante específico, vitorioso principalmente após 1937: um projeto conservador e autoritário. Nesse projeto, a nação necessitava de controle político, uma vez que o povo era visto como desprovido de condições de agir coletivamente. Insere-se então, na pauta desse projeto, a associação entre educação e segurança nacional, fundamentada na percepção da educação como instrumento de controle. O Estado Novo, regime estabelecido sob tutela das Forças Armadas, é recheado de exemplos dessa natureza, onde a “política educacional e cultural se manifesta estreitamente ligada a necessidade imperativa da ordem e da disciplina”.⁶ As Forças Armadas, enquanto tutora do regime, desenvolveu pontos de contato com essa política, dando vida a diversas instituições culturais, dentre elas, o IGHMB, que exaltava as Forças Armadas por meio de tradições inventadas ao mesmo tempo que redefinia seu papel ao construir uma política própria capaz de suprimir os diversos conflitos que atacavam a organização militar.

⁵ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval. “A dimensão retórica da historiografia” in: PINSKY, Carla Bassanezi, LUCA, Tania Regina de (orgs). *O historiador e as suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. p.228-229

⁶ BOMENY, Helena. “Antiliberalismo como convicção: teoria e ação política em Francisco Campos”. In: LIMONCIC, Flavio, MARTINHO, Francisco Carlos P. (orgs). *Intelectuais do antiliberalismo: alternativas à modernidade capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 263-315.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Martha, SOIHET, Rachel, GONTIJO, Rebeca. *Cultura Política e leituras do passado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BARROSO, Gustavo. *História Militar do Brasil*. 2ª edição. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1938.

CARDOSO, Luciene Pereira Carris. “Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: espaço de invenção do patriotismo nas primeiras décadas do século XX”. In: *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v.3, n.1, p. 68-84, jan/jun, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 2005.

CASTRO, Celso. *O Espírito Militar: Um estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

_____. *A Invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor, KRAAY, Hendrik. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolho do tempo: Memória e fim do fim da história*. Coimbra: Almedina, 2009.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: O Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. “A Instituição Militar no Brasil: Um ensaio bibliográfico”. In: *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. BIB 19, primeiro semestre, 1985.

D’ARAUJO, Maria Celina (org.). *Getúlio Vargas*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

DOCCA, Emilio F. S. *Causas da guerra com o Paraguai: autores e responsáveis*. Porto Alegre: Americana, 1919. p 10.

_____. *História do Rio Grande do Sul*. Sl: Ed Simões, 1954.

Em Guarda contra o comunismo. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1937.

HEINZ, Flavio (org). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

História do Exército Brasileiro: perfil militar de um povo. Vol. 2. Brasília e Rio de Janeiro: Edição do Estado Maior do Exército.

HOBBSAWM, Eric J. RANGER, Terence. *A invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IANNI, Otávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1968.

IZECKSOHN, Vitor. *O cerne da discórdia: a Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército*. Rio de Janeiro: E-papers, 2002.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: História e Historiografia*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1972.

_____, *Getúlio Vargas*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucilia de A. Neves. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FILHO, Ivan Alves. *Brasil, 500 anos em documentos*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

FOUCAULT, Michel. “Sobre a arqueologia das ciências. Resposta ao Círculo da Epistemologia”. In: MOTTA, Manoel Barros da (ORG). *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. pp-82-118.

GUIMARÃES, Manoel L. S. “Nação e Civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n 1, 1988.

KOSELLECK, Reinhart. “História Magistra Vitae” In: *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. Puc-Rio, 2006.

KRISTEVA, Julia. *História da Linguagem*. Lisboa: Edições 70, 2007.

LIMONCIC, Flávio; MERTINHO, Francisco Carlos Palomanes. *Intelectuais do Antiliberalismo: alternativas à modernidade capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

NIETZSCHE, Friedrich. *Escritos sobre a História*. Tradução e notas: Noéli Correia de Melo Sobrinho. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2005.

NORÁ, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. In.: *Projeto História*. n. 10, São Paulo: PUC, 1993.

MOTTA, Jehovah. *Formação do Oficial do Exército. Currículos e Regimes na Academia Militar (1810-1944)*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

OLIVEIRA, Lucia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia poder*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982.

OLIVEIRA, Maria da Glória. “Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Tese (doutorado) Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2009.

PEREGRINO, Umberto. *História da Biblioteca do Exército: Um capítulo da História Cultural do Brasil*. SL: S/d.

PINTO, Sérgio Murilo. “Góis Monteiro e a política do Exército”. In: *Militares e política*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, n. 5, julho-dezembro, 2009.

PINSKY, Carla Bassanezi, LUCA, Tania Regina de (orgs). *O historiador e as suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n 3, 1989.

RODRIGUES, Fernando. *Indesejáveis: Instituição, Pensamento Político e Formação Profissional dos Oficiais do Exército Brasileiro (1905-1946)*. Paco Editorial. E-book.

ROUQUIÉ, Alain. *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980.

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SILVA, Carla Luciana. *Onda Vermelha: Imaginários Anticomunistas Brasileiros (1931-1934)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A Intentona Comunista de 1935*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

_____. “A História Militar Brasileira”. *Revista Militar Brasileira*. Jul-Dez, 1944. pp. 356-368

SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

_____. *Duque de Caxias: O homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política*. Rio de Janeiro: Record, 1980.

STONE, Lawrence, “Prosopografia”. In.: **Rev. Sociol. Polit.** Curitiba, v. 19, n 39.p. 115-137, jun. 2011.

VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose: Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ANEXO A

Lista de Fontes

1. Álvaro Otavio de Alencastre
Revista do IGHMB, Ano 56 – nº 82, 1996.
Almanaque do Exército (1932)
ASR, Vol I, p 57.
VS, Vol I, p 293.
Rio gran, p. 157 (Dicionário dos intelectuais rio-grandenses)
Pedro Villas Bôas. Notas de Bibliografia Sul-riogradenses. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1974. P.20.
2. Alipio Vrigilio di Primio
Revista do IGHMB, Ano 56 – nº 82, 1996.
Almanaque do Exército (1937)
3. Adailton Samapaio Pirassinunga
Almanaque do Exército (1948)
4. João Borges Fortes.
Almanaque do Exército (1920)
SPALDING, Walter. Construtores do Rio Grande. Porto Alegre: Livraria Sulina, 1969.
5. Cesar Feliciano Xavier
Revista do IGHMB, Ano 56 – nº 82, 1996.
Rio gran, p. 44. (Dicionário dos intelectuais rio-grandenses)
AG, 480 (Argeu Guimarães. Dicionário Bio-bibliográfico Brasileiro de Diplomacia, política externa e direito internacional. Rio de Janeiro, ed. do autor, 1938, 482 p.)
6. Frederico Augusto Rondon
Almanaque do Exército (1948)
7. Didio Iratim Affonso Costa
Dicionário IHGB, vol III, p 53.
Paran, p. 346 (Sebastião Sá Sotomaior. *Galeria Paranaense*. Notas biográficas. 1ª centenário da Independência do Brasil. Ed. Comemorativa. Curitiba: Livraria Mundial, 1922, 426 p.)
8. João Egon Prates da Cunha.
Revista do IGHMB, Ano 56 – nº 82, 1996.
9. Frederico Villar
Pasta (Arquivo da Marinha)
10. Altamirano Nunes Pereira
Almanaque do Exército (1937)
Rio gran, p, 17.
VS, vol I, p 270.
11. Raphael Danton Garrastazu Teixeira
Almanaque do Exército (1948)
Revista do IGHMB, Ano 56 – nº 82, 1996.
DHHB – CPDOC
12. Henrique Boiteux
Pasta (Arquivo da Marinha)
Revista do IGHMB, Ano 56 – nº 82, 1996.
Dicionário de Sócios IHGB, Vol III, p. 36.
VS, vol II, p 367.

13. Humberto de Alencar Castello Branco
 Almanaque do Exército (1960)
www.biblioteca.presidencia.gov.br › Ex-Presidentes
14. Jonas de Moraes Correia
 Almanaque do Exército (1937)
 Dicionário de sócios do IHGB, vol I, p. 55.
15. Jonathas de Moraes Correia
 Revista do IGHMB, Ano 56 – nº 82, 1996.
 Almanaque do Exército (1948)
 Fé-de-ofício/ AHEX
16. Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos
 Almanaque do Exército (1939)
 Dicionário de sócios do IHGB, vol II, p. 96
17. José Faustino da Silva Filho
 Almanaque do Exército (1948)
18. Manoel Liberato Bitencourt
 Revista do IGHMB, Ano 56 – nº 82, 1996.
 Dicionário de sócios do IHGB, vol III, p. 36.
 SB, vol I. p 146 (Augusto Vitorino Alves Sacramento Blake. Dicionário bibliográfico brasileiro. Rio de Janeiro: Typografia Nacional e Imprensa Nacional, 1883-1902, 7 vols.)
19. João Fulgencio de Lima Mindello
 Revista do IGHMB, Ano 56 – nº 82, 1996.
 Parah, p. 168 (Liberato Bittencourt. Homens do Brasil. Vol II – Parahyba. Rio de Janeiro: Gomes Pereira Editor, 1914. 331 p.
20. Estevão Leitão de Carvalho
 Almanaque do Exército (1945)
 Dicionário de sócios do IHGB, vol II, p. 47.
 AG, p. 109.
21. José de Lima Figueiredo
 Revista do IGHMB, Ano 56 – nº 82, 1996.
 Almanaque do Exército (1948)
 Riogran, p 87.
22. Luiz Lobo
 Almanaque do Exército (1926)
 Revista do IGHMB, Ano 56 – nº 82, 1996.
23. Lucas Alexandre Boiteux
 Pasta (Arquivo da Marinha)
 Dicionário de sócios do IHGB, vol II, p. 33.
 VS, vol II, p. 374.
24. Leopoldo Nery da Fonseca
 Almanaque do Exército (1939)
 DHBB/CPDOC
25. Manoel José M. Nogueira da Gama
 Pasta (Arquivo da Marinha)
 Revista do IGHMB, Ano 56 – nº 82, 1996.
26. Antonio Leoncio Pereira Ferraz
 Almanaque do Exército (1937)
 Dicionário de sócios do IHGB, vol III, p. 182.
27. Francisco de Paula Cidade

- Almanaque do Exército (1945)
Rio gran, p 64.
28. Pedro Cordolino Ferreira de Azevedo
Almanaque do Exército (1926)
Revista do IGHMB, Ano 56 – nº 82, 1996.
Fé-de-Ofício (AHEX)
 29. Antonio Buarque Pinto Guimarães
Pasta (Arquivo da Marinha)
 30. Antonio Carlos Raja Gabaglia
Pasta (Arquivo da Marinha)
 31. Raul Tavares
Pasta (Arquivo da Marinha)
Dicionário de Sócios IHGB, Vol III, p.170.
 32. Emilio Fernandes de Souza Docca
Almanaque do Exército (1945)
Dicionário de Sócios IHGB, Vol III, p. 162.
 33. Severino Sombra de Albuquerque
Almanaque do Exército (1948)
Dicionário de Sócios IHGB, Vol I, p. 169.
 34. Augusto Carlos de Souza e Silva
Pasta (Arquivo da Marinha)
 35. Augusto Tasso Fragoso
Almanaque do Exército (1932)
SB, Vol II, p 430.
AG, 182.
Dicionário de Sócios IHGB, Vol III, p. 166.
 36. Genserico de Vasconcelos
Almanaque do Exército (1931)
Fé-de-Ofício (AHEX)
 37. Francisco José Pinto
Almanaque do Exército (1942)
Dicionário de Sócios IHGB, Vol III, p. 123.
 38. José Maria Moreira Guimarães
Dicionário de Sócios IHGB, Vol III, p. 80.
 39. Valentim Benício da Silva
Almanaque do exército (1942)
Dicionário de Sócios IHGB, Vol III, p. 155.
 40. Raul Bandeira de Melo
Fé-de-ofício (AHEX)
 41. Jonathas da Costa Rego Monteiro
Fé-de-ofício (AHEX)
 42. Candido Mariano da Silva Rondon
Almanaque do Exército (1925)
Dicionário de Sócios IHGB, Vol III, p. 136.